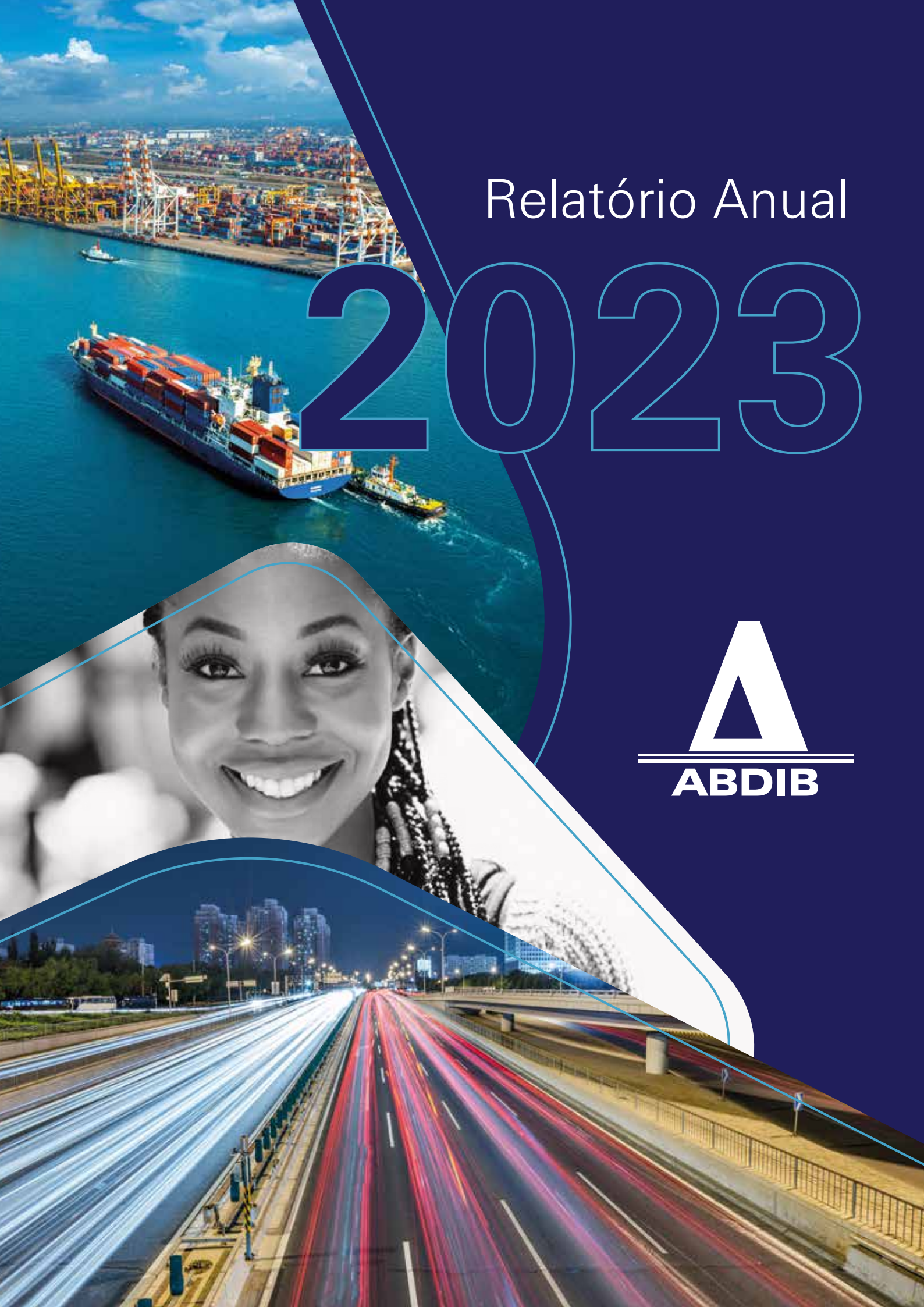


Relatório Anual

2023



Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base

Relatório Anual
2023



Expediente

Conselho de Administração

Presidente

André Clark
Siemens Energy

Andre Lima De Angelo
Acciona

Bruno Costa Carvalho De Sena
BMPI

Carlos Hitoshi Fuda Castro (*in memoriam*)
Macquarie in memoria

Carlos Leal Villa
Solvi

Daniel Marteleto Godinho
WEG

Décio De Sampaio Amaral
Ultrapar

Gustavo Estrella
CPFL

João Ney Prado Colagrossi Filho
Camargo Correa Infra

José Roberto De Paiva
Hitachi Energy

Lauro Celidonio Gomes Dos Reis Neto
Mattos Filho Advogados

Luiz Sergio Vieira Filho
EY

Mauricio Cruz Lopes
OEC

Vice-Presidente

Solange Ribeiro
Neoenergia

Marcos Pinto Almeida
Brookfield Brasil

Mauricio Stolle Bähr
Engie Brasil

Max Xavier Lins
Enel

Nathanael Robson Albuquerque Da Mota
Engetec

Paulo Augusto Nepomuceno Garcia
Alupar

Roberto Penna Chaves Neto
CCR

Radamés Andrade Casseb
Aegea Saneamento

Rodrigo Limp Nascimento
Eletrobras

Saulo Alves Pereira Junior
Andrade Gutierrez

Teresa Cristina Querino Vernaglia
BRK Ambiental

Viveka Hannele Kaitila
General Electric

Conselho Consultivo

Antonio Bardella Caparelli — <i>Promon</i>	José Virgílio Enei — <i>Machado Meyer Advogados</i>
Andre Dabus — <i>Marsh</i>	Julio Fontana Neto — <i>Rumo</i>
Carlos José De Souza — <i>Andrade Gutierrez</i>	Leonardo Miranda da Silva — <i>Tozzini Freire Advogados</i>
Celso Pedroso — <i>Solvi</i>	Luiz Otavio Assis Henriques — <i>EDP</i>
Cláudio Medeiros Netto Ribeiro — <i>OEC</i>	Maria Gabriela Dietrich Maimone — <i>General Electric</i>
Daniela Mattos Sandoval Coli — <i>BRK Ambiental</i>	Marcos Antonio Lins Da Costa Cintra — <i>Eneva</i>
Eduardo Salgado Viegas — <i>Concremat</i>	Marcos Cardoso Costa — <i>Wabtec</i>
Fabio Minicheli Assad Jose — <i>Voith Hydro</i>	Massimo Guala — <i>Webuild</i>
Fernando Lohmann — <i>Macquarie</i>	Mauricio Endo — <i>KPMG</i>
Gustavo P. Gachineiro — <i>CPFL</i>	Michel Boccaccio — <i>Alstom Brasil</i>
Gustavo Xavier Barreto — <i>CCR</i>	Miguel Luiz Morad Noronha — <i>BMPI</i>
João Eduardo Greco Pinheiro — <i>Alupar</i>	Pedro Bruno Barros De Souza — <i>BNDES</i>
João Henrique Delibaldo — <i>Caixa Econômica Federal</i>	Renato José Silveira Lins Sucupira — <i>BF Capital</i>
João Paulo Tavares Papa — <i>Sabesp</i>	Rogério Tavares — <i>Aegea</i>
Jorge Nemr — <i>Leite, Tosto e Barros Advogados</i>	Rosario Zaccaria — <i>Enel</i>
José Alberto Esteves Dias — <i>Hitachi Energy</i>	Rui Chammas — <i>ISA CTEEP</i>
José Roberto Reynaldo Junior — <i>TSEA Energia</i>	Sergio Moniz Barretto Garcia — <i>Arteris</i>
	Thomas Felsberg — <i>Felsberg Advogados</i>

Estrutura Administrativa

Presidente-executivo

Venilton Tadini

Vice-presidente-executivo

Ralph Lima Terra

Diretor de Planejamento e Economia

Roberto F. Guimarães

Diretor Administrativo e Financeiro

Nivaldo Tetti

Diretor de Comitês Temáticos

José Maria de Paula Garcia

Diretor de Comunicação

Ricardo Galuppo

Coordenador do Departamento de Economia

Frederico Barreto

Coordenadora de Eventos

Evellyn Dias

Coordenadora - Departamento da Educação Corporativa

Ana Claudia Calegari



Sumário

Editorial	06	COMITÊS SETORIAIS	
Publishing	08	Estratégico do Setor Elétrico	40
Entrevista: André Clark	10	Geração	41
Interview: André Clark	12	Transmissão	42
Sobre a ABDIB	14	Iluminação Pública	45
About ABDIB	16	Rodovias	48
A infraestrutura em números	18	Ferrovias	51
The infrastructure in numbers	20	Portos	53
Agenda de Propostas	22	Aeroportos	56
Agenda for Proposals	24	Mobilidade Urbana	58
		Indústria	59
		Petróleo e Gás	60
COMITÊS		Saneamento e Recursos Hídricos	62
Comitês e Grupos de Trabalho	28	Resíduos Sólidos	64
		Infraestrutura Social	66
COMITÊS MATRICIAIS			
Gestão de Crise	29	PROGRAMAÇÃO DOS COMITÊS	
Desestatização	30	Planos de Ação dos Comitês para 2023	68
Financiamento, Riscos e Garantias	31		
Legal e Tributário	32	AÇÕES INSTITUCIONAIS	
Sustentabilidade	34	Presença Institucional	96
Inovação	36	Encontros e Debates	102
Relações Internacionais	38	Debates com Presidenciáveis	112
Engenharia	39	ABDIB Experience	114
		Educação Corporativa	119
		Comunicação	122

EDITORIAL

A agenda da infraestrutura para o Brasil

O país precisa se unir em torno de um projeto de desenvolvimento que contemple a infraestrutura e a reindustrialização

O ano de 2022 foi fortemente marcado pela polarização em torno da disputa das eleições para a presidência da República. O resultado final no segundo turno se deu por uma margem baixíssima de votos — o que expõe a verdadeira dimensão da divisão da sociedade. Num ambiente marcado pela disputa, o debate entre os apoiadores dos candidatos gerou rupturas de amizades e até desuniu famílias. Em um ano de Copa do Mundo fora do calendário usual, as eleições mobilizaram mais a torcida do que o apoio à Seleção.

Num ambiente como esse, o novo governo, por meio da liderança do presidente da República, terá como missão unir a nação em torno de um projeto de desenvolvimento nacional. Um projeto que leve em conta as necessidades e o clamor das parcelas mais vulneráveis da sociedade, mas que, ao mesmo tempo, crie condições adequadas de segurança jurídica e institucional para atrair investidores e promover o crescimento.

Os primeiros dias do novo governo, infelizmente, não ofereceram o cenário adequado para se avançar nessa direção. Os ataques promovidos por grupos radicais às sedes dos três poderes, em Brasília, exigiram que toda a atenção do Estado e da sociedade se voltasse para a adoção de medidas capazes de impedir o retrocesso institucional pretendido pelos extremistas. É necessário dar um basta a essa situação. O país não pode transigir em relação aos atentados. As apurações dos fatos precisam apontar os verdadeiros responsáveis pelos atos, que devem ser punidos com todo o rigor da lei.

A tarefa de garantir a ordem institucional não pode interromper o avanço em torno das me-

didadas que levarão ao desenvolvimento. Estamos mais pobres. A economia, estacionada há quase 10 anos. Para deixar de ser um país de renda média, basicamente exportador de produtos primários, e passar a ser um país de renda alta, o Brasil precisa adotar uma estratégia de desenvolvimento que rompa com a inércia recessiva das últimas décadas, acelere os investimentos em infraestrutura com maior apoio do setor público e promova a reindustrialização.

A ABDIB, como representante da infraestrutura e da indústria de base brasileiras, tem uma contribuição importante a oferecer nesse sentido. Nossa Agenda de Propostas Para a Infraestrutura 2022, elaborada com a participação de mais de 600 integrantes de nossos 23 Comitês, foi entregue aos principais candidatos à presidência da República nas eleições do ano passado e, depois de conhecido o resultado, apresentada ao Grupo de Infraestrutura da equipe de transição do novo governo.

A estratégia de desenvolvimento proposta pela ABDIB consiste em estabelecer prioridades para a retomada do crescimento do País, respeitadas as condicionantes internacionais como a transição energética para uma economia verde e a desglobalização das cadeias produtivas, alicerçadas sobre três pilares estruturantes e disruptivos: investimentos em infraestrutura, reindustrialização e melhoria da distribuição de renda para o crescimento sustentável.

A condicionante de transição energética em curso no mundo coloca o Brasil como um dos principais países com programas de investimentos neste sentido. O país desenvolve programas expressivos de geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis (eólica, solar,

É preciso adotar ações disruptivas para romper o marasmo da estagnação da renda e do emprego.

biomassa), cujo excedente de produção poderá ser utilizado na produção de hidrogênio verde, para venda, inclusive, ao mercado externo. Segundo a empresa de consultoria Mackinsey, o Brasil poderá se tornar uma potência mundial no mercado do hidrogênio verde, podendo movimentar até US\$ 200 bilhões em 20 anos.

Além da questão energética, o País está executando um amplo programa de saneamento básico e de coleta e tratamento de resíduos sólidos, que contribuirá para o Brasil alcançar as metas acordadas de redução de carbono. É preciso aproveitar a oportunidade e os nossos ativos, na esteira da transição energética e da necessidade de reduzir a dependência das atuais cadeias globais de produção, e adotar políticas públicas de inovação e competitividade, incluindo, mas não se limitando a isso, a tecnologia 5G e a indústria 4.0 para promover a reindustrialização do país.

Nesse sentido, o desenvolvimento de uma política industrial e de comércio exterior também precisa estar inserido neste contexto ambiental bem como no movimento de desglobalização das cadeias produtivas. É importante destacar que só haverá reindustrialização e crescimento sustentável dos serviços e do setor primário se houver investimento em infraestrutura, pois nada acontecerá se não houver oferta, a preços competitivos, de energia, transportes nos diversos modais, logística e saneamento básico.

Será necessário um choque de investimentos públicos e privados. A norma do teto dos gastos precisa ser alterada. É importante esta-

belecer um teto para as despesas correntes e um piso para os investimentos. Não são mais aceitáveis ajustes que penalizem investimentos e perpetuem as despesas correntes e a renúncia fiscal.

A retomada do crescimento depende da recuperação dos investimentos na economia e particularmente dos aportes na expansão da infraestrutura. Esses, por sua vez, são fundamentais para a melhoria da competitividade e da reindustrialização da economia brasileira. Será necessário atender as regras ESG, inclusive para contemplar as exigências de organismos multilaterais de crédito e investidores nacionais e internacionais.

É preciso retomar a pauta legislativa, interrompida durante o processo eleitoral, com importantes projetos de incentivo aos investimentos em infraestrutura no país, como debêntures de infraestrutura, a modernização das regras para PPPs e concessões, a securitização da dívida tributária, a revisão da regulação do setor elétrico e as diretrizes para a mobilidade urbana. Por fim, essas ações precisam ser acompanhadas de reformas estruturantes, como a tributária, a administrativa e outras que contribuam para uma trajetória de crescimento sustentável.



Venilton Tadini

Presidente-executivo da ABDIB

PUBLISHING

Brazil infrastructure agenda

The country needs to join development projects under infrastructure and reindustrialization needs

2022 was strongly marked by polarization around the presidency of the Republic elections. The result in the second round was by a very low votes margin – which exposes the true dimension of the society division. In this environment, the debate among the candidates' supporters generated of friendships and families ruptures. In a World Cup year outside the usual calendar, the elections mobilized more fans than for the national team support.

In such an environment, the new government, through the President of the Republic leadership, will have to join the nation around a national development project. A project that takes into account the most vulnerable parts of society needs and clamors that, at the same time, creates adequate conditions and legal and institutional certainty to attract investors and promote growth.

The new government early days, unfortunately, did not offer the right scenario in this direction. The attacks carried out by radical groups in Brasilia demanded all attention of the state and society to prevent institutional setback intended by the extremists. It is necessary to end this situation. The country cannot be condescended on the attacks. The fact-finding needs to point out the real acts responsible, which must be punished under all law rigor.

Order ensuring institutional cannot stop progress around development measures. We're poorer. The economy parked for almost 10 years. To stop being a middle-income country, basically an exporter of primary

products, and become a high-income one, Brazil must adopt a development strategy that breaks the last decades recessionary inertia, accelerate infrastructure investments with public sector support and promotes reindustrialization.

ABDIB, as a representative of Brazilian infrastructure and basic industry, has an important contribution in this regard. Our 2022 Infrastructure Proposals Agenda, prepared with the participation of more than 600 members of our 23 Committees, has been delivered in 2022 to the presidency of the Republic main candidates. And after the result, presented to the Infrastructure Group of the new government transition team.

ABDIB development strategy proposal consists on establishing priorities for the country's growth resumption, respecting international conditions such as energy transition to a green economy and the production chains deglobalization, based on three structuring and disruptive pillars: infrastructure investments, reindustrialization and distribution of income improvements for sustainable growth.

The world ongoing energy transition constraint places Brazil as one of the main countries with investment programs. The country develops significant programs of electricity generation through renewable sources (wind, solar, biomass), whose surplus production can be used in the green hydrogen production, for sale, even, to the foreign market. According to Mackinsey, Brazil could become a world power in green hydrogen

Disruptive actions must be taken to break income and employment stagnation.

market, and could move up to US\$ 200 billion in 20 years.

In addition to energy issue, the country is implementing a broad program of basic sanitation and collection and treatment of solid waste, which will contribute to Brazil agreed carbon reduction goals. We need to catch the opportunity and our assets, in the energy transition issue and to reduce dependence on current global production chains, and adopt innovation and competitiveness public policies, including, but not limited to, 5G technology and industry 4.0 to promote our reindustrialization.

Therefore, industrial and foreign trade policies also need to be inserted in this environmental context as well as in deglobalization of production chains movements. It is important to highlight that there will only be reindustrialization and sustainable growth of services and the primary sector if there is infrastructure investment, as nothing will happen if there is no supply, at competitive prices, of energy, transport in the various modes, logistics and basic sanitation.

Public and private investment shocks will be needed. The spending ceiling rule needs to be changed. It is important to establish a ceiling for current expenses and a floor for investments. Adjustments that penalize investments and perpetuate current expenses and tax waivers are no longer acceptable.

The growth resumption depends on the investment recovery, particularly on infrastructure expansion. These, in turn, are fundamental for improving the competitiveness and reindustrialization of Brazilian economy. It will be necessary to comply with ESG rules, including the requirements of multilateral credit bodies and national and international investors.

It is necessary to resume the legislative agenda, interrupted during the electoral process, with important projects to encourage investments in infrastructure, such as infrastructure debentures, the modernization of the PPPs and concessions rules, the securitization of tax debt, the revision of the electricity sector regulation and the urban mobility guidelines. Finally, these actions need to be accompanied by structural reforms, such as tax, administrative and others that contribute to a sustainable growth trajectory.



Venilton Tadini
President of ABDIB

ENTREVISTA: ANDRÉ CLARK

O Brasil é uma potência da energia renovável

O Brasil precisa furar o bloqueio da demanda local e exportar. Para isso, necessita de uma política industrial verde, inovadora e voltada para o planeta

O presidente do Conselho de Administração da ABDIB André Clark, nesta entrevista, avalia o panorama da infraestrutura no país, aponta alternativas para a retomada do crescimento e indica as oportunidades que a situação internacional oferece ao Brasil — uma potência da energia renovável, eólica e solar — neste momento de transição energética.

Analisando o panorama da Infraestrutura brasileira, quais são, na sua avaliação, os principais desafios para o novo governo?

Um dos maiores desafios é a reestruturação do Orçamento da União. É preciso alternar a norma do teto de gastos mantendo a responsabilidade fiscal. É preciso privilegiar os investimentos públicos em infraestrutura, somados ao grande volume de projetos de investimentos privados para garantir crescimento sustentável ao país. Outra necessidade é retomar o processo de industrialização com mais eficiência, a fim de oferecer melhores condições de atratividade para o investimento privado dentro de uma estratégia de desenvolvimento capaz de romper com a inércia recessiva das últimas décadas.

Quais foram os principais avanços no governo que se encerrou no ano de 2022?

O Brasil aprendeu a fazer ajuda financeira condicional — ou seja, colocar dinheiro na população que mais carece. O Bolsa Família é um dos programas mais premiados do mundo e a ajuda emergencial também mostrou a eficiência do Brasil no tema. A quantidade de brasileiros recebendo o Bolsa Família passou de 30 milhões para 100 milhões. O que precisa ser feito agora é garantir que as pessoas saiam desse sistema,



Uma nova arquitetura fiscal deve combater a elevação de despesas correntes e o congelamento dos investimentos.”

a partir de crescimento econômico, emprego, projetos e baixo custo de vida. E a melhor solução de curto prazo para essa situação é o investimento em infraestrutura, que reduza o custo de vida da população e gere emprego, ativando a economia em diversos segmentos. Os últimos governos, desde Temer, fizeram um bom trabalho em atrair a iniciativa privada para dentro da infraestrutura em várias áreas, com destaque para o setor elétrico e para o setor de saneamento. Mas, não é só nessas áreas que o Brasil precisa de muito investimento. Rodovias, logística, portos, metrô, mobilidade urbana—tudo isso requer atenção. São investimentos menos óbvios para a iniciativa privada, tornando necessário o investimento público, desde que eficiente.

Que medidas são necessárias para ampliar e estimular os investimentos em infraestrutura?

Além de manter o avanço do programa de participação privada na concessão de serviços da infraestrutura, é necessária uma nova arquitetura fiscal para combater a lógica de elevação de despesas correntes ao sabor da inflação e de congelamento dos investimentos. Precisamos aplicar um redutor sobre as principais despesas correntes e um multiplicador sobre os investimentos públicos, em setores que trazem um maior retorno social e econômico.

Que impacto terá sobre o Brasil a situação internacional, recessiva e inflacionária, decorrente das consequências da pandemia de Covid-19 e da guerra entre a Rússia e a Ucrânia?

As consequências econômicas desses fenômenos se espalharam pelo mundo, contaminaram o ambiente internacional e alteraram as prioridades na busca pelo crescimento. A crise de proporções gigantescas, que gerou distorções de preços, segurou o PIB, e estimulou a inflação em escala global, alertou para a necessidade de acelerarmos providências que vinham andando de forma lenta antes desses eventos. É o caso, por exemplo, da transição energética – uma necessidade global que repercute no Brasil como uma oportunidade para que o país assuma um papel de liderança num momento em que o mundo exige fontes limpas, renováveis e sustentáveis de geração.

Entre as medidas concretas necessárias para que o Brasil obtenha vantagens nas negociações com os parceiros internacionais no que diz respeito às agendas da sustentabilidade e da transição energética, quais o senhor considera prioritárias?

É preciso agir em conformidade com as regras ESG, em condições de atrair mais investidores e de promover um maior aporte de recursos internacionais. No caso do Brasil, é preciso reduzir o desmatamento e, mais importante, regenerar seus biomas para capturar carbono e,

com isso, poder lucrar. Isso é um dos criadores mais relevantes de captura de carbono, o que se chama *nature based solutions*. O Brasil é campeão nessa área e tem potencial imediato de melhorar seu uso de terra, entre 80 e 90 milhões de hectares, para capturar carbono. O Brasil é uma potência da energia renovável, eólica e solar. Mas, para isso se desenvolver e duplicar em pouco tempo, nós precisamos furar o teto da demanda local e exportar coisas: hidrogênio verde, aço verde, amônia verde, plástico verde. Tudo para uma nova configuração industrial do Brasil: política industrial verde, inovadora e voltada para o planeta.

Muitos acreditam que as condições naturais favorecem o protagonismo do Brasil neste momento em que o mundo vive uma transição rumo a uma matriz energética mais limpa e sustentável. O senhor vê o país em condições de liderar essa corrida?

Com o avanço da agenda ambiental, o Brasil tem condição de liderar, por exemplo, a corrida em busca eficiente do uso de fontes limpas e permanentes, como o vento e a luz do sol, que serão importantes para a produção de Hidrogênio Verde, não só para o abastecimento interno como também para o mercado externo. Liderar a busca eficientes pelos recursos renováveis necessários para a produção do Hidrogênio Verde pode posicionar o Brasil como polo exportador.

De que forma isso pode favorecer a reinserção do Brasil nas cadeias globais de valor e, consequentemente, favorecer o esforço pela reindustrialização do país?

Diante da reestruturação das cadeias globais de valor num ambiente que cobra medidas destinadas a promover menor dependência externa de importação na indústria, o Brasil precisa, diante dessas prioridades e das novas condicionantes observadas no mundo, definir uma estratégia realmente disruptiva de desenvolvimento. Uma estratégia capaz de romper com o marasmo de crescimento e renda.

INTERVIEW: ANDRÉ CLARK

“Brazil is a renewable energy power”

Brazil must pierce local demand block and export. For this, it needs a green, innovative and planet-oriented industrial policy.

The President of the Board of Directors of AB-DIB André Clark, in this interview, evaluates the country infrastructure outlook, points out alternatives for the growth resumption and indicates the opportunities offered by international situation - a renewable energy, wind and solar power— at this time of energy transition.

Analyzing the Brazilian Infrastructure framework, what are, in your opinion, the main challenges for the new government?

One of the biggest challenges is the Federal Government Budget restructuring, to alternate the spending ceiling rule while maintaining fiscal responsibility. It is necessary to privilege infrastructure public investments, added to the large volume of private investment projects to ensure country sustainable growth. Another need is the more efficiently reindustrialization, in order to attract private investment within a development strategy capable of breaking with the recessive inertia of recent decades.

What were the main advances in the government that ended in 2022?

Brazil has learned how to make a good income transfer policy into the poorest population. Bolsa Família is one of the most awarded programs in the world and the emergency aid also showed the efficiency of Brazil. The number of Brazilians receiving Bolsa Família changed from 30 million to 100 million people. We need to ensure that people can be able to get out of this system, from economic growth, jobs, proj-



A new fiscal framework must combat rising current expenditures and freezing investments.”

ects and low cost of living. And the best short-term solution to this situation is infrastructure investment, which reduces the population's cost of living and generates employment and income in several segments. The last governments, since Temer, have done a good job of attracting private initiative into infrastructure in several areas, with emphasis on the electricity and sanitation sectors. But Brazil needs a lot of investment in other areas. Highways, logistics, ports, subways, urban mobility - all require attention. They are less obvious investments for the private sector, making public investment necessary, as long as it is efficient.

What steps are needed to scale up and stimulate infrastructure investments?

In addition to maintaining the progress of the private participation program in the concession of infrastructure services, a new fiscal framework is needed to combat the raising current expenses logic according to inflation and freezing investments. We must apply a reducer on the main current expenditures and a multiplier on public investments, in sectors that bring greater social and economic return.

What impact will the international, recessionary and inflationary situation have on Brazil, resulting from the consequences of the Covid-19 pandemic and the war between Russia and Ukraine?

The economic consequences of these phenomena have spread around the world, contaminated the international environment and altered priorities in search of growth. The gigantic proportions crises, which generated price distortions, held back GDP and spurred inflation on a global scale, warned to accelerate measures needs that had been moving slowly before these events. This is the case, for example, of the energy transition — a global need that has repercussions in Brazil as an opportunity for the country to take a leading role at a time when the world requires clean, renewable and sustainable sources of generation.

Among the concrete measures necessary for Brazil to obtain advantages in negotiations with international partners with regard to sustainability and energy transition agendas, which do you consider to be priorities?

It is necessary to act in accordance with ESG rules, in order to attract more investors and to promote a greater contribution of international resources. In the case of Brazil, it is necessary to reduce deforestation and, more importantly, regenerate its biomes to capture carbon

and, with it, be able to profit. This is one of the most relevant creators of carbon capture, which is called nature based solutions. Brazil, a champion in this area, has the immediate potential to improve its land use, between 80 and 90 million hectares, to capture carbon. Brazil is a renewable energy, wind and solar power. But develop and double it in a short time, we need to pierce local demand block and export things: green hydrogen, green steel, green ammonia, green plastic. Everything for a Brazil new industrial configuration: green, innovative and planet-oriented industrial policy.

Many believe that natural conditions favor Brazil protagonism a time when the world is experiencing a transition towards a cleaner and more sustainable energy matrix. Do you see the country in a position to lead this race?

With the advancement of the environmental agenda, Brazil is able to lead, for example, the race in efficient search for the use of clean and permanent sources, such as wind and sunlight, which will be important for Green Hydrogen production, not only for domestic supply but also for the foreign market. Leading the efficient search for renewable resources for Green Hydrogen production can position Brazil as an exporting pole.

How can this favor the reintegration of Brazil into global value chains and, consequently, favor the effort for the country reindustrialization?

Faced within the global restructuring value chains framework that requires measures to promote less external dependence on industry imports, Brazil must, in view of these priorities and the new world constraints, define a truly disruptive development strategy. A strategy capable of breaking the low growth of income.

Sobre a ABDIB

Missão

A Associação Brasileira da infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, fundada em 1955 com a missão de:



Contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura e indústrias de base;



Fortalecer a competitividade das empresas de bens e serviços para infraestrutura e indústrias de base;



Colaborar com agentes públicos e privados na busca de soluções consistentes para viabilizar investimentos;



Ampliar a participação das empresas brasileiras no mercado global de infraestrutura.

Associadas

A ABDIB congrega cerca de 120 empresas públicas e privadas que participam da estruturação, dos investimentos e da operação dos negócios nos setores de infraestrutura e indústrias de base. As empresas atuam nas áreas de aeroportos, energia elétrica, ferrovias, indústria de base, infraestrutura social, petróleo e gás natural, portos, recursos hídricos, resíduos sólidos, rodovias e saneamento. Entre as associadas há concessionárias de serviços públicos, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços de engenharia e consultoria, escritórios de advocacia, grandes usuários de infraestrutura, fundos de *private equity*, seguradoras e instituições financeiras.

tos e comportamentos que ratifiquem a integridade e conformidade nos negócios, a defesa da concorrência e a livre iniciativa.

Valores



Atuar de forma ética no relacionamento com públicos internos e externos.



Ser transparente, disseminar informações aos associados de forma equânime e informar a sociedade sobre ações e objetivos da associação.



Atender às expectativas das empresas associadas com senso crítico, responsabilidade e em concordância com as normas e leis.



Trabalhar com agilidade, simplicidade e objetividade, maximizando recursos técnicos e humanos com inovação e criatividade.

Código de Conduta

A entidade guia-se por um Código de Conduta e de Governança Interna aprovado em Assembleia Geral, com adesão obrigatória das empresas associadas. Com base no documento, a ABDIB passou a atuar de forma mais incisiva na orientação sobre normas e condutas éticas nos setores de infraestrutura, enfatizando concei-

Canal de Informações e Denúncias

A ABDIB mantém o canal abdib.org.br/linha-etica-2 que permite a qualquer cidadão enviar informações sobre fatos que possam ser interpretados como suposta violação à legislação brasileira e às normas descritas no Código de Conduta e no Código de Governança Interna da entidade. Os dados serão tratados com sigilo e diligência.

Estrutura Organizacional: Conselhos e Presidência

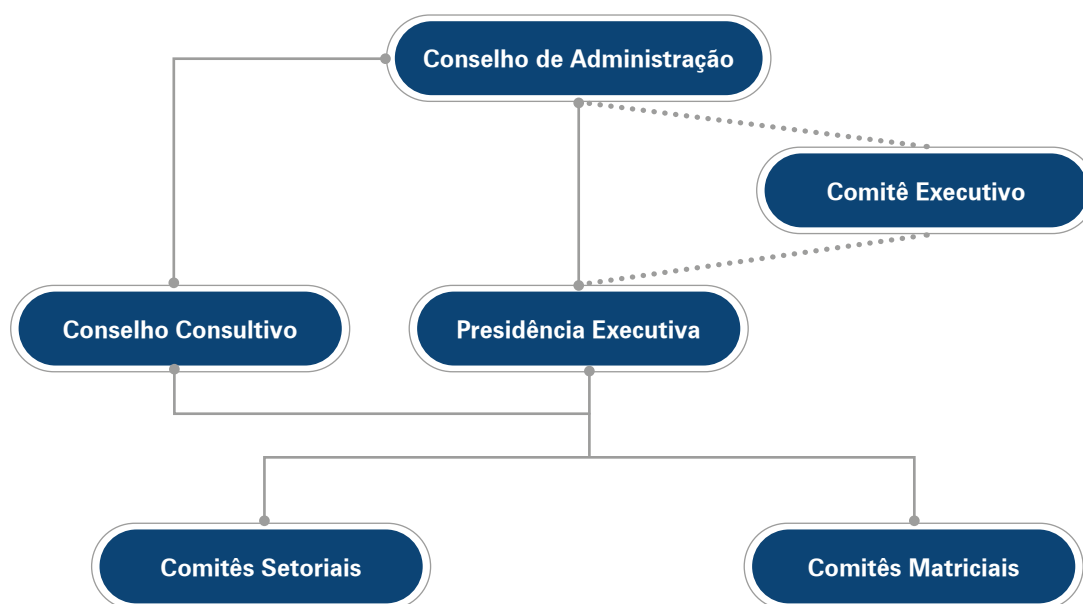
O Conselho de Administração é composto por 25 integrantes, presidentes de algumas das maiores empresas do país, com a função de contratar e orientar o presidente-executivo e estabelecer as diretrizes para o planejamento estratégico e da gestão.

O presidente-executivo, com dedicação exclusiva, é responsável pela administração geral e pela execução do plano de ação da ABDIB, com as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração com apoio do Conselho Consultivo e dos comitês.

O Conselho Consultivo é composto por 40 integrantes com a função de assessorar o Con-

selho de Administração nas diretrizes e planos de ação da ABDIB e acompanhar o desenvolvimento das atividades dos comitês.

A ABDIB conta com um Comitê Executivo, cuja função é auxiliar e agilizar a tomada de decisões e a gestão exercidas pelo Conselho de Administração. É formado por sete integrantes: presidente e vice-presidente do Conselho de Administração, presidente-executivo e quatro membros indicados pelo presidente do Conselho de Administração para os seguintes assuntos: finanças e auditoria; organização e gestão de pessoas; mudança climática, sustentabilidade e inovação; e assuntos jurídicos e legais.



About ABDIB

Mission

The Brazilian Association of Infrastructure and Basic Industries (ABDIB) is a private, non-profit entity founded in 1955 with the mission of:



Contribute to the economic growth and social development of Brazil through the expansion of infrastructure and basic industries investments;



Strengthen the competitiveness of goods and services companies for infrastructure and basic industries;



Collaborate with public and private agents in the search for consistent solutions to enable investments;



Expand the participation of Brazilian companies in the global infrastructure market.

Associated companies

ABDIB brings together about 120 public and private companies that participate in the structuring, investments and operation in the infrastructure and basic industries sectors. The companies operate in the airports, electricity, railways, basic industry, social infrastructure, oil and natural gas, ports, water resources, solid waste, highways and sanitation areas. Among the associates are utilities, equipment manufacturers, engineering and consulting service providers, law firms, large infrastructure users, private equity funds, insurance companies and financial institutions.

The entity is guided by a Code of Conduct and Internal Governance approved at the General Meeting, with associated companies mandatory adhesion. Based on the document, ABDIB started to act more incisively in guiding ethical standards and conduct in the infrastructure sectors, emphasizing concepts and behaviors that ratify business integrity and compliance, defense of competition and free initiative.

Amounts



Act ethically in the relationship with internal and external audiences.



Be transparent, disseminate information to members in an equitable manner and inform society about actions and objectives of the association.



Meet the expectations of companies associated with critical sense, responsibility and in accordance with standards and laws.



Work with agility, simplicity and objectivity, maximizing technical and human resources with innovation and creativity.

Information and Reporting Channel

ABDIB maintains the channel abdib.org.br/linha-etica-2 that allows any citizen to send information about facts that can be interpreted as an alleged violation of Brazilian law and the rules described in the Code of Conduct and the Internal Governance Code of the entity. The data will be treated with secrecy and diligence.

Governance Structure: Councils and Presidency

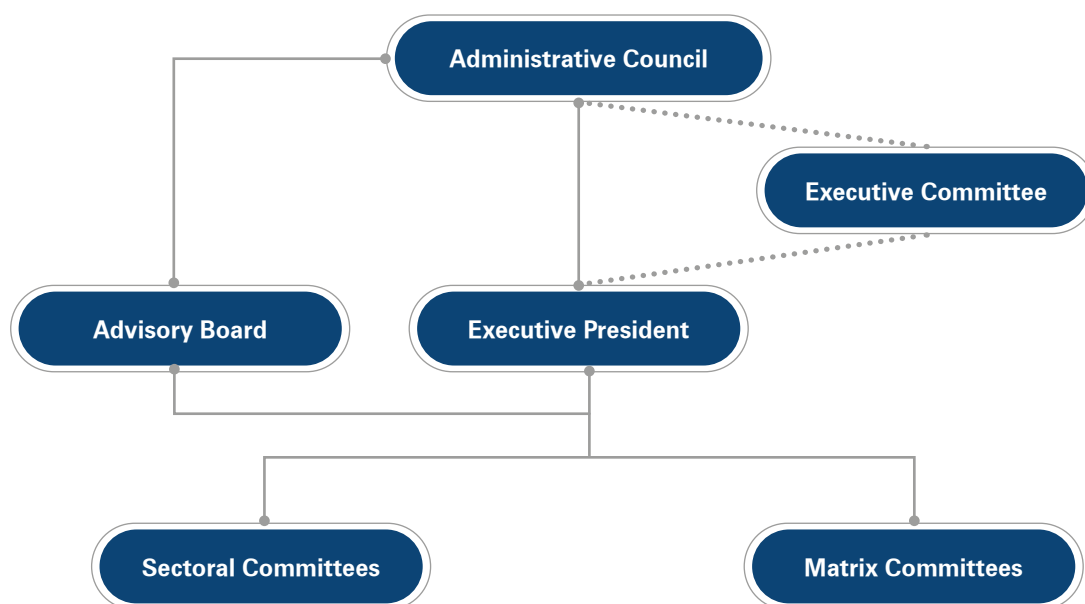
The Board of Directors is composed of 25 members, presidents of some of the largest companies in the country, with the function of hiring and guiding the CEO and establishing strategic planning and management guidelines.

The CEO, with exclusive dedication, is responsible for the general administration and execution of the ABDIB action plan, with Board of Directors guidelines under the Advisory Board and the committees support.

The Advisory Board is composed of 40 members with the function of advising the Board of Directors on ABDIB guidelines and action plans

and monitoring the committees activities.

ABDIB has an Executive Committee, whose function is to assist the decision-making and management exercised by the Board of Directors. It consists of seven members: President and Vice-President of the Board of Directors, Chief Executive Officer and four members appointed by the President of the Board of Directors for the following subjects: finance and auditing; organization and management of people; climate change, sustainability and innovation; and legal and legal matters.



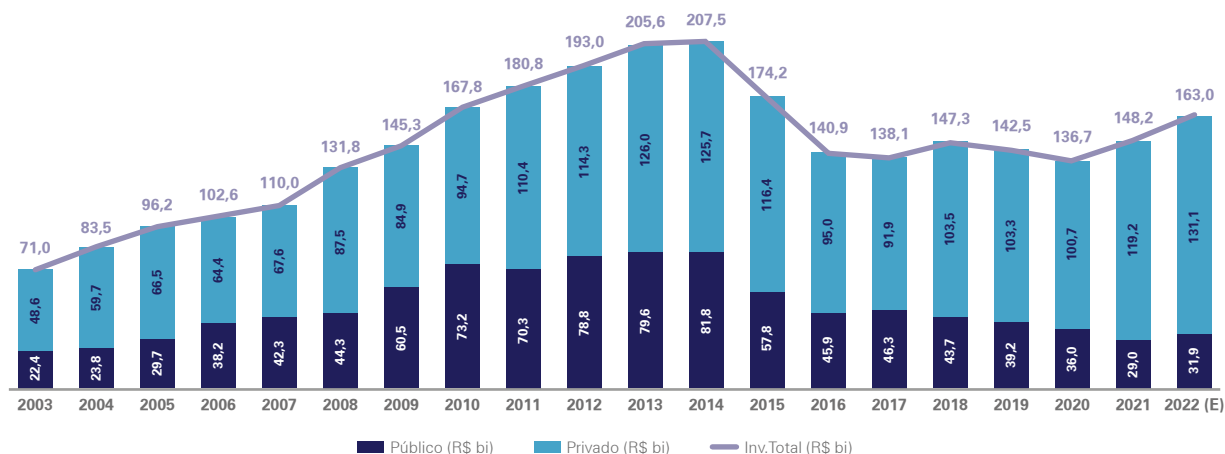
A infraestrutura em números

Com investimentos em infraestrutura além do necessário, o Brasil tem muito o que avançar



Os esforços para a expansão do investimento privado, por mais que tenham logrado êxito em gerar bons resultados, não têm sido capazes de recuperar as necessidades de investimento do setor. Embora desde 2017 os investimentos privados na infraestrutura apresentem crescimento, os investimentos públicos têm sido drasticamente reduzidos, atingindo o menor patamar histórico, como mostra o gráfico a seguir:

Investimento público e privado (em R\$ bilhões)
Valores constantes a preços de 2021



Fonte: ABDIB

A edição 2022 do Livro Azul da Infraestrutura elaborado pela ABDIB mostra que o grande potencial de expansão dos investimentos privados não será capaz de suprir sozinho as necessidades de investimento para eliminar os gargalos do setor. O *pipeline* de projetos é expressivo, mas mesmo assim insuficiente para as necessidades do país.

O investimento realizado na infraestrutura brasileira, excetuando-se o setor de óleo e gás, somou R\$ 148,2 bilhões em 2021. O número é inferior em 28,6% ao pico atingido em 2014,

quando foram aplicados R\$ 207,5 bilhões no setor em números atualizados. São necessários investimentos anuais correspondentes a 4,3% do PIB ao longo dos próximos dez anos para o país reduzir gargalos ao desenvolvimento econômico e social.

A defasagem é mais visível nos setores de transportes e logística e de saneamento básico. Em transportes, há necessidade de investir anualmente 2,26% do PIB, mas o investimento atingiu 0,35% do PIB em 2021, juntando investimentos públicos e privados.



Por mais que os projetos privados tenham avançado, o Estado precisa fazer sua parte e investir em infraestrutura.

Em saneamento básico, é necessário investir por ano 0,45% do PIB, mas o investimento somou em 2021 apenas 0,20% do PIB.

Realidade e necessidade de investimentos em Infraestrutura

Setor	Investimentos REALIZADOS (2021) R\$ bilhões	Em % PIB	Investimentos NECESSÁRIOS Em % PIB	Investimentos NECESSÁRIOS Em R\$ bilhões
Transportes / Logística	R\$ 30,1	0,35%	2,26%	R\$ 196,2
Energia Elétrica	R\$ 67,2	0,77%	0,84%	R\$ 72,9
Telecomunicações	R\$ 33,8	0,39%	0,76%	R\$ 66,0
Saneamento	R\$ 17,1	0,20%	0,45%	R\$ 39,1
Total	R\$ 148,2	1,71%	4,31%	R\$ 374,1

Fonte: ABDIB

Nos setores de energia elétrica e de telecomunicações, há defasagens, mas em níveis inferiores. Em energia elétrica, é necessário investir 0,84% do PIB por ano, mas os investimentos atingiram 0,77% do PIB em 2021. Em telecomunicações, é necessário investir 0,76% do PIB por ano, mas o investimento somou 0,39% do PIB em 2021.

Considerando o nível de defasagem nos investimentos, mesmo considerando a estimativa de pequeno aumento dos investimentos em 2022, é fundamental a complementarieda-

de entre o setor público e privado para assegurar o incremento da taxa de investimento.

Por último e não menos importante, para que os investimentos privados avancem, é preciso evitar retrocessos regulatórios e o aumento da insegurança jurídica no País. Precisamos, ainda, dadas nossas vantagens comparativas, aproveitar as novas oportunidades de investimentos advindas da transição energética rumo à economia verde, num ambiente cada vez mais responsável do ponto de vista ESG.

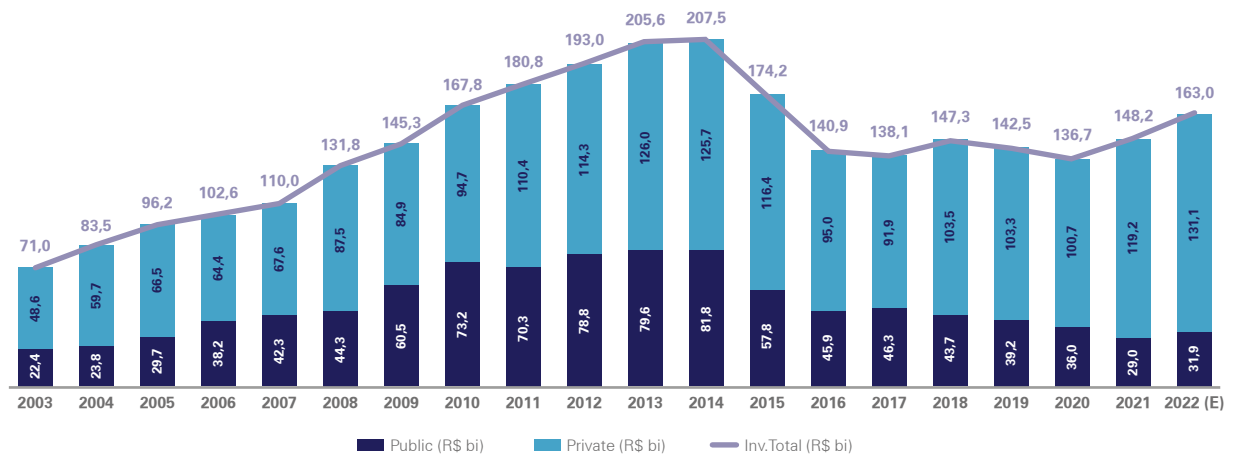
The infrastructure in numbers

With infrastructure investments falling short of the needs, Brazil has a lot to move forward



The expanded private investment, successful in generating good results, have not been able to recover the infrastructure needs. Although since 2017 private infrastructure investments have grown, public investments have been drastically reduced, reaching the lowest historical level, as shown in the following graph:

Public and Private Investment (in R\$ billion)
Constant values at 2021 prices



Source: ABDIB

The ABDIB 2022 Blue Book of Infrastructure edition shows that the great potential for private investments expansion will not be able to meet the investment needs alone to eliminate the bottlenecks of the sector. The project pipeline is expressive, but still insufficient for the country’s needs.

Investment in Brazilian infrastructure totaled R\$ 148.2 billion in 2021, 28.6% lower than the peak reached in 2014, when R\$ 207.5 billion were invested in the sector in updated num-

bers. Annual investments corresponding to 4.3% of GDP are needed (except oil and gas sector) over the next ten years, to reduce bottlenecks.

The gap is most visible in transport, logistics and sanitation sectors. In transport and logistics, the needs equal to 2.26% of GDP annually, but investment reached only 0.35% of GDP in 2021, combining public and private investments.



As much as private projects have advanced, the Government needs to do its part and invest in infrastructure.

In basic sanitation, the needs reach 0.45% of GDP per year, but investment totaled only 0.20% of GDP, combining public and private investments.

Reality and need for investments in Infrastructure

Sector	Investments MADE (2021) R\$ billion	In % GDP	REQUIRED Investments In% GDP	REQUIRED Investments In R\$ billion
Transportation / Logistics	R\$30.1	0.35%	2.26%	R\$196.2
Electricity	R\$67.2	0.77%	0.84%	R\$72.9
Telecommunications	R\$33.8	0.39%	0.76%	R\$66.0
Saneamento	R\$17.1	0.20%	0.45%	R\$39.1
Total	R\$148.2	1.71%	4,31%	R\$374.1

Source: ABDIB

In the electricity and telecommunications sectors, there are lags, but at lower levels. In electricity, the needs equal to 0.84% of GDP per year, but investments reached 0.77% of GDP in 2021. In telecommunications, it is necessary 0.76% of GDP per year, but investment totaled 0.39% of GDP in 2021.

Considering the investment lags, even considering the estimate of a weak investment increase in 2022 (more private than public), complementarity between public and pri-

vate sectors is essential to ensure investment growth.

Last but not least, private investments will not advance in the presence of regulatory setbacks and increased legal uncertainty. We also need, given our comparative advantages, to take advantage of the new investment opportunities arising from energy transition process towards green economy in an increasing ESG responsibility.

AGENDA DE PROPOSTAS

Uma agenda para a infraestrutura e para o Brasil

Documento elaborado pela ABDIB e entregue aos principais candidatos à presidência em 2022 aponta os caminhos para a infraestrutura

Com a participação de mais de 600 pessoas ligadas a todos os Comitês, a ABDIB elaborou a Agenda de Propostas Para a Infraestrutura 2022, que foi entregue aos principais candidatos à presidência da república no evento presencial *ABDIB Fórum: Agenda da Infraestrutura com Presidenciáveis 2022* e, depois, discutida com o Grupo de Infraestrutura da equipe de transição do novo governo. O trabalho levou em conta as condicionantes externas e o ambiente interno. Também foram consideradas as oportunidades a serem criadas pela transição energética, pela busca da segurança alimentar e energética, pelos movimentos de desglobalização das cadeias produtivas – inseridas em uma estratégia de desenvolvimento voltada para a infraestrutura e a reindustrialização do País.

A íntegra do documento pode ser encontrada em abdib.org.br/agenda-de-propostas-para-a-infraestrutura-2022.

Foram levadas em conta as oportunidades a serem criadas pela transição energética, pela busca da segurança alimentar e energética, pelos movimentos de desglobalização das cadeias produtivas.

A seguir a Agenda para os primeiros 100 dias do Governo.

Definição da Estratégia

Estabelecer as prioridades para a retomada do crescimento do país, respeitadas as condicionantes internacionais como a transição energética para uma economia verde com menos emissões de carbono e a desglobalização das cadeias produtivas, alicerçadas sobre três pilares estruturantes e disruptivos: a) investimento em infraestrutura, b) reindustrialização e c) melhoria da distribuição de renda para o crescimento sustentável;

Reforma do Estado

Reforma Orçamentária: Alterar as regras do Teto de Gastos, de forma a melhorar a composição dos gastos públicos. Reduzir a participação das despesas correntes no orçamento e aumentar a dos investimentos em infraestrutura. Nova regra: teto para despesas correntes e piso para investimentos. Avançar no processo de desestatização através de privatizações e concessões (puras e/ ou patrocinadas);

Reforma Tributária: Simplificação do complexo sistema tributário brasileiro e eliminação das distorções que inibem e prejudicam a produção e o investimento. O novo sistema deve contemplar a instituição de impostos sobre o valor agregado, sobre a renda e patrimônio, além da eliminação parcial e gradativa de benefícios/renúncias fiscais;

Reforma Administrativa: Busca de eficiência do setor público, eliminando as distorções existentes entre as diversas carreiras e as progressões automáticas e permitindo que as contratações daqui por diante sejam feitas sob novas bases, com o objetivo de redução das despesas correntes e liberação de recursos para investimentos;

Política Industrial

Elaborar conjunto de medidas (fiscais e creditícias) visando a recuperação da indústria, por meio da identificação dos segmentos de produção importantes para o desenvolvimento tecnológico (indústria 4.0 e tecnologia 5G), para inserção competitiva da economia no cenário internacional e para reforçar a segurança produtiva nacional e a reindustrialização.

Agenda Legislativa

- **PL 2.646/20:** Debêntures de infraestrutura, que abre espaço para a atração de investidores institucionais a emissão de títulos atrelados aos benefícios ambientais dos projetos (*green bonds*);
- **PL 7.063/17,** que consolida e moderniza as regras para concessões em todas as suas modalidades;
- **PL 168/18 e PL 2.159/21:** Estabelecem normas gerais, competências da União, Estados e Municípios, aperfeiçoam aspectos processuais e consolidam normas existentes de licenciamento ambiental;
- **PL 459/17:** Securitização, que estabelece procedimentos para securitização da dívida tributária dos entes públicos, operações que podem contribuir com o aumento de receita e impulsionar investimentos públicos e privados;



- **PLs 414/21 e 1.917/15:** Promovem revisão da regulação do setor elétrico;
- **PL 4.881/12:** Estabelece diretrizes para a mobilidade urbana;
- **PL 4.562/20:** Institui regras para substituição de diretores de agências reguladoras
- **Substitutivo ao PL 2148/015:** Estabelece diretrizes para a criação do Sistema Nacional Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) e do Registro Nacional Integrado de Compensações de Emissões de Gases de Efeito Estufa (RNC GEE).

AGENDA OF PROPOSALS

Infrastructure and brazil agenda

A document prepared by ABDIB and delivered to the main candidates for the presidency in 2022 points the way to infrastructure.

With the participation of more than 600 people linked to all Committees, ABDIB prepared the 2022 Infrastructure Proposals Agenda, which was delivered to the presidency of the republic main candidates at the ABDIB Forum: Infrastructure Agenda with Presidential 2022 and then discussed with new government Infrastructure Group transition team. The work took into account external constraints, the internal environment and the fiscal crisis. The opportunities to be created by the energy transition, food and energy security, deglobalization of production chains movements – all within the framework of a development strategy focused on country infrastructure and reindustrialization – were also taken into account.

The full document can be found at abdib.org.br/agenda-de-propostas-para-a-infraestrutura-2022.

The opportunities to be created by the energy transition, by the search for food and energy security, by the movements of deglobalization of production chains were also taken into account.

Following is the Government first 100 days Agenda

Strategy Definition

Establish the country's growth priorities, respecting international conditions such as the energy transition to a green economy under fewer carbon emissions and the production chains deglobalization, based on three structuring and disruptive pillars: a) investment in infrastructure, b) reindustrialization and c) distribution of income improvement for sustainable growth;

State Reform

Budget Reform: Change the Spending Ceiling rules in order to improve the public spending composition. Reduce current expenditure share in the budget and increase infrastructure investments. New rule: ceiling for current expenses and floor for investments. Advance in privatization process through infrastructure concessions and PPPs;

Tax Reform: Brazilian tax system simplification and elimination of distortions that inhibit production and investment. The new system should include taxes on added value, income and equity, in addition to the partial and gradual elimination of tax benefits/waivers;

Administrative Reform: Search for efficiency in public sector, eliminating the existing distortions between the various careers and automatic progressions, in order to reduce current expenses to increase investments;

Industrial Policy

Develop measures (fiscal and credit) to industry recovery process, through the identification of the important production segments for technological development (industry 4.0 and 5G technology), for the competitive insertion of the economy in the international scenario and to strengthen national productive security and reindustrialization.

Legislative Agenda

- **PL 2.646/20:** Infrastructure debentures, to reach institutional investors with more profitable securities and encourages the issuance of securities linked to the environmental benefits (green bonds);
- **PL 7.063/17,** which consolidates and modernizes the concessions rules;
- **PL 168/18 e PL 2.159/21:** Establish general rules, competences of the Federal, States and Municipalities governments, improve procedural aspects and consolidate existing environmental licensing standards;
- **PL 459/17:** Securitization, which establishes procedures for securitization of public entities' tax credits, to increased revenue and boost public and private investments;
- **PLs 414/21 e 1.917/15:** Promote review of the electricity sector regulation;



- **PL 4.881/12:** Establishes urban mobility guidelines;
- **PL 4.562/20:** Establishes replacing officers rules of regulatory agencies;
- **Substitutivo ao PL 2148/015:** Establishes of the Brazilian National Emissions Trading System (SBCE) and the National Integrated Registry of Greenhouse Gas Emissions Offsets (RNC GHG) guidelines.



COMITÊS

**REALIZAÇÃO DOS
COMITÊS EM 2022**





COMITÊS

Os *think tanks* da infraestrutura

Ambientes de discussões e formulação de diagnósticos e propostas, os comitês setoriais e matriciais funcionam como suporte de atuação da ABDIB

Funcionando como *think tanks*, os comitês da ABDIB são o suporte para a formulação de diagnósticos e contribuições aos poderes públicos e ao setor privado sobre os mais variados assuntos relativos aos diferentes setores da infraestrutura. As discussões levadas adiante em 2022 – com destaque para a elaboração da Agenda de Propostas entregue aos candidatos à presidência da República – possibilitaram a produção de análises e a formação de opinião sobre os fatos mais marcantes, que tiveram como foco os diversos segmentos da infraestrutura e das indústrias de base do país.

A ABDIB conta com 23 comitês - sendo 7 matriciais e 16 temáticos. Em alguns casos, e na medida em que fatos específicos demandam maior dose de atenção, são criados grupos de trabalho para tratar dos temas com mais profundidade e foco.

Devido às medidas de isolamento social necessárias no enfrentamento da pandemia da Covid-19, a atividade dos comitês e dos grupos de trabalho em 2022 continuaram a ocorrer no ambiente virtual. Os cerca de cem encontros virtuais realizados registraram, como nos anos anteriores, ampla participação de empresários e especialistas das empresas associadas, com índices de presença comparáveis aos de 2021.

COMITÊ DE GESTÃO DE CRISE

Foco nas eleições de 2022

Depois de discutir as consequências da COVID 19 e a crise hídrica, o grupo se voltou para a elaboração de propostas para o novo governo

O Comitê foi constituído originalmente em março de 2020 com o objetivo de atender às demandas de curto prazo decorrentes da pandemia da Covid-19, tais como reequilíbrios econômico-financeiros de contratos, refinanciamentos de dívidas e políticas de sustentação de renda.

Para atingir seus objetivos, o grupo foi composto pelos coordenadores dos demais comitês, de forma a ter uma visão geral de todas as atividades matriciais e setoriais acompanhadas pela Abdib.

Já em 2021, o foco de ação do Comitê foi o acompanhamento da crise hídrica, tendo sido preparado trabalho com diagnóstico e sugestões de medidas mitigadoras de riscos, que foi apresentado ao governo federal.

No ano de 2022, as atividades do Comitê estiveram concentradas na discussão e aprovação da Agenda de Propostas para a Infraestrutura 2022, que foi entregue aos candidatos à Presidência da República ou a seus representantes. Posteriormente o documento foi discutido com o grupo de infraestrutura da equipe de transição do presidente eleito. Este documento continuará sendo a base de discussões com o novo governo.

O Comitê continua constituído, pois a sinergia obtida pela sua composição mostrou-se eficaz para atuar *ad hoc* diligentemente sempre que surgirem questões relevantes a serem resolvidas no setor.



Definição da estratégia de desenvolvimento foi a prioridade.

COMITÊ DE DESESTATIZAÇÃO

Avanço em ambiente favorável

O programa federal de concessões e de parcerias, que avançou de forma menos consistente em 2022, não pode ter retrocesso e precisa ser acelerado em 2023

A agenda de desestatização para 2022 era mais ambiciosa do que a que acabou sendo executada. A paralisação do processo de transferência do Porto de Santos, em São Paulo, e a retirada do aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, da 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias, são exemplos de projetos que, se tivessem sido levados adiante conforme a previsão inicial, teriam registrado um avanço bem mais significativo do que acabou sendo verificado.

Isso não significa, porém, que na avaliação do Comitê de Desestatização, não tenha havido uma evolução expressiva, principalmente nos segmentos de aeroportos, portos, saneamento e energia elétrica (privatização da Eletrobrás). Esse avanço se deu em um ambiente marcado pelo amadurecimento dos programas de desestatização, com projetos mais consistentes e bem estruturados e sob uma melhor articulação entre os órgãos de regulação e controle. Somase a isso um avanço importante das concessões promovidas por estados e municípios.

Em 2022 o comitê manteve uma agenda de convites a autoridades dos governos federal, estadual e municipal para apresentação das oportunidades de investimentos, conforme alguns exemplos a seguir:

O presidente da Companhia Carioca de Participações (CCPar), do Rio de Janeiro, Gustavo Guerrante, e o diretor da SP Negócios, de São Paulo, Michael Sotelo Cerqueira, apresentaram a estrutura de governança, os objetivos e a carteira de projetos dos dois principais municípios do Brasil. Destacaram a importância do diálogo com o setor privado na construção da



Amadurecimento dos programas de desestatização



Importância do diálogo com o setor privado



Ampla carteira de projetos

agenda de concessões e PPPs e a ampla carteira de projetos para os próximos anos, com destaque para os projetos de infraestrutura social em saúde, educação e lazer.

O Superintendente de Parcerias em Infra Social e Serviços Ambientais do BNDES - Pedro Bruno Barros de Souza apresentou os projetos de concessões e PPPs em Infra Social em estudo na carteira do banco.

COMITÊ DE FINANCIAMENTO, RISCOS E GARANTIAS

Prioridade para o *project finance non recourse* nos financiamentos

Mitigação de riscos, reforço do seguro garantia e utilização do mercado de capitais por meio de *Green Bonds* e debêntures

O Comitê de Financiamento, Riscos e Garantias tem papel fundamental nas discussões do setor, pois os projetos de infraestrutura, com prazos mais longos de maturação, tendem a ter problemas a serem resolvidos ao longo da execução contratual.

Discutir temas como condições de financiamento interno e externo, adequação da matriz de risco e a estrutura de garantias são temas perenes do comitê. Cresce a necessidade dos projetos se adequarem a exigência dos mercados às melhores práticas de ESG - *Environment, Social and Governance*.

O setor de infraestrutura, ao mesmo tempo em que é a principal vertente para o desenvolvimento econômico e social do país, também é responsável por impactos socioambientais. A pauta ESG em projetos de infraestrutura foi tema recorrente e relevante do comitê, trazendo a discussão da questão frente aos desafios de financiamento, riscos e garantias.

Na agenda ESG, a ABDIB recebeu a equipe da Sitawi, empresa especializada em assessoria nas melhores práticas para potencializar o impacto socioambiental positivo, ao longo do desenvolvimento dos projetos.

Para discutir as fontes de financiamento para os investimentos, a ABDIB recebeu a diretora de crédito do BNDES – Solange Vieira, que mostrou a estratégia do BNDES para ampliar a estruturação de *Project Finance non- recourse ou limited recourse* em Infraestrutura e apresentou a carteira de projetos do BNDES para os próximos anos.

A pauta ESG em projetos de infraestrutura foi tema recorrente e relevante do comitê, trazendo a discussão da questão frente aos desafios de financiamento, riscos e garantias.

Dando sequência aos entendimentos mantidos com o BNDES, foram criados, no âmbito do comitê, dois grupos de trabalho para a criação de matrizes de risco não gerenciáveis nos setores de contratos de rodovias e saneamento básico.

Outro tema importante que mereceu destaque e que foi objeto de ação da ABDIB junto aos ministérios da Infraestrutura e da Economia, além do próprio Congresso foi a aprovação do PL 2646 que trata das Debêntures da Infraestrutura. A medida será fundamental para atrair investidores institucionais e emitir *G Bonds*.

O mercado de seguros foi tema relevante nos trabalhos e a Abdib, inclusive, faz parte do Conselho do IISR – Instituto de Inovação em Seguros e Resseguros, coordenado pela FGV.

O comitê também elaborou propostas que foram entregues aos presidentiáveis, com destaque para a importância do BNDES e do mercado de capitais no financiamento do setor. Desenvolver ações de proteção ambiental, para melhor aceitação dos projetos no mercado internacional, foi outra consideração do comitê no conjunto de propostas.

COMITÊ LEGAL E TRIBUTÁRIO

Em busca da segurança jurídica

Problemas que surgirem durante a execução dos contratos deverão ser resolvidos de acordo com regras previamente pactuadas

A insegurança jurídica continua a ser uma das maiores preocupações dos investidores em infraestrutura. De fato, o ranking do Fórum Econômico Mundial mostra o Brasil ocupando apenas o 120º lugar em eficiência do aparato legal para a resolução de disputas. É importante observar que segurança jurídica não significa a inexistência de conflitos, incidentes, imprevistos ou intercorrências ao longo da execução contratual de 20 ou 30 anos. Significa que sua solução será conduzida de acordo com as regras devidamente pactuadas.

Destacam-se, como ficou claro nas reuniões realizadas em 2022, o prosseguimento das cobranças de IPTU pelos Municípios sobre terminais portuários, ferrovias, aeroportos e rodovias concedidos, as tentativas de encampação da Linha Amarela pela Prefeitura do Rio de Janeiro sem a devida indenização prévia, as dúvidas quanto à possibilidade de alienação de participação acionária de empresas concessionárias juntamente com a transferência da concessão e, mais recentemente a iniciativa surgida na Câmara dos Deputados de empurrar para 2023 e depois reverter os reajustes nas tarifas de energia previstas em contrato e já autorizados pela ANEEL.

Segurança Jurídica não significa ausência de conflitos, mas que a solução será conduzida conformes regras pactuadas.



Além da segurança jurídica de contratos, o país precisa avançar rapidamente nas questões relativas à segurança cibernética, com vistas à proteção dos nossos ativos de informação, importante item de segurança nacional de uma nação, e não retroceder em relação aos avanços obtidos na legislação trabalhista.

Reforma tributária

Existe consenso quanto a necessidade de se fazer uma reforma que reduza a carga tributária e os custos com a burocracia para tratar um complexo e ineficiente sistema tributário. O Comitê vem se debruçando ao longo dos anos sobre as mais diversas propostas de reforma tributária, abrangendo desde as mu-

danças infraconstitucional, a exemplo da reforma do imposto de renda, tributação sobre dividendos, a reforma do Pis e Cofins, a criação de novo mecanismo de financiamento, as debêntures de infraestrutura, como também as diversas propostas de emenda constitucional que buscam, a seu modo, reformar o sistema de tributação do consumo no país.

O Comitê deu prosseguimento ao Monitoramento destas propostas e aos debates em torno delas, e de forma pró-ativa, buscou sensibilizar os principais atores sobre seus impactos na infraestrutura.

Em especial, e o Comitê destaca preocupações com relação a regimes de tributação sobre valor adicionado que não assegurem crédito financeiro amplo e, com isso, mantenha um longo e custoso contencioso com a Receita Federal, bem como que onere o investimento de longo prazo. Outra preocupação sempre presente é o prazo para ressarcimento de créditos acumulados e o alinhamento das agências reguladoras com a Economia no que concerne à incorporação de nova matriz tributária aos preços e tarifas contratuais.

O Comitê se alinha ao objetivo de equidade tributária, mas sempre com o alerta de que a desmontagem de um sistema deficiente como o atual deve ser cercado de cuidados que mitiguem, para os investidores e usuários, os impactos decorrentes de mudanças no ambiente tributário nacional.

IPTU: A tributação sobre as concessões continua sendo uma ameaça

Embora ainda sem solução, um tema de constante monitoramento pelo Comitê é a cobrança do IPTU sobre as concessões e infraestrutura em geral. Durante 2022 foi dado prosseguimento ao monitoramento do assunto pelo Co-

mitê, e esta ação contínua – em coordenação com outras entidades – resultou na sensibilização de autoridades federais e estaduais que, finalmente, formalizaram seu ingresso em ações no STF que tratam do tema.

Para o Comitê, o primeiro grande desafio deste debate sempre foi a sensibilização dos Poderes Públicos federal e estadual, engajando-se em uma controvérsia que, conquanto afete aos concessionários e parceiros privados, a rigor afeta mesmo o equilíbrio federativo e a gestão de serviços públicos federal e estaduais, e este desafio foi vencido.

O fim de uma pendência de duas décadas

Um aspecto que mereceu destaque no ano de 2022 foi a solução de pendências antigas e recentes, que contribuíram para aumentar a segurança jurídica em torno das concessões. Nesse cenário destaca-se o julgamento da ação que tramitava no Supremo Tribunal (STF) há quase duas décadas. Ela questionava a transferência de controle societário juntamente com a transferência dos contratos de concessão sem a abertura de uma nova licitação. A ABDIB, que atuou com destaque como *amicus curiae* na ação, sempre entendeu que a lei 8987/95, em caso de transferência de controle acionário, incluía também a transferência de concessão.



COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

A era do hidrogênio verde

Num mundo que vive uma transição energética rumo à economia verde, o Brasil tem tudo para se consolidar como uma potência energética do Século 21

Quanto mais avançam as discussões em torno das mudanças climáticas e da necessidade de transição para uma matriz energética verde e com baixa emissão de carbono, mais se torna evidente a oportunidade que o Brasil tem pela frente neste momento. O clima, a topografia, a biodiversidade, a dimensão territorial, a extensão da costa e a taxa de exposição à luz solar são condições favoráveis que, se exploradas da forma adequada e em linha com a agenda ESG, podem consolidar o país como uma grande potência energética do século 21, notadamente na produção e até exportação de hidrogênio verde.

As condições vantajosas para o Brasil neste momento foram confirmadas durante a Conferência das Nações Unidas Sobre o Clima, a COP-27, realizada em novembro de 2022 em Sharm El Sheik, no Egito. O encontro reforçou as metas em torno das emissões de carbono



A ABDIB foi convidada pelo Ministério da Economia a participar do Programa Nacional do Hidrogênio – PNH2

O respeito às regras ESG é essencial para aprovação de projetos de infraestrutura pelos bancos multilaterais, BNDES, fundos e outras agências de fomento.

definidas no ano anterior, durante a COP-26, em GIESGow, na Escócia, e no Acordo de Paris. Elas incluem a redução gradual uso de combustíveis fósseis, a reparação de danos causados pelas mudanças climáticas e o financiamento à transição energética em países emergentes.

Levar em conta a agenda ESG e o impacto ambiental dos projetos de infraestrutura, hoje, não é uma opção. É uma condição que precisa ser levada em conta para obter financiamento do Brasil e do exterior. As reuniões do Comitê em 2022 deixaram claro que a adequação a essas exigências é condição essencial para que o Banco Mundial, o BID, o BNDES e outras agências de fomento aprovem e liberem os recursos para projetos de infraestrutura.

Foi tema do comitê, ainda, a análise do decreto 10.935/2022 (proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional) nos setores de infraestrutura, devido às consequências para os projetos, em especial nos setores de ferrovias, rodovias e transmissão.

O comitê também trabalhou na elaboração de temas para o documento Agenda de Propostas da Infraestrutura 2022, destacando que é fundamental reordenar os procedimentos de licenciamento ambiental, estabelecer critérios e conceitos, bem como prazos e responsabilidades em discussão no PL 2159/21 (Lei Geral de Licenciamento Ambiental), afim de conferir maior segurança e celeridade aos projetos.

A ABDIB foi convidada pelo Ministério da Economia a participar do Programa Nacional do Hidrogênio – PNH2 e irá encaminhar ao grupo gestor do programa as contribuições da entidade para o plano trienal que está em estruturação.

A advogada Maria João Rolim, do escritório Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Advogados, e Luiz Felipe Falcone, da EDP, representantes da Abdib neste tema, apresentaram ao comitê de sustentabilidade, que contou com a participação dos comitês Estratégico de Financiamento, Riscos e Garantias o Setor Elétrico e de Fide energia e financiamento, riscos e garantias os principais aspectos do programa e os estágios de desenvolvimento.



COMITÊ DE INOVAÇÃO

É hora de ampliar a inovação na infraestrutura

A infraestrutura precisa de ferramentas de inovação já presentes em outros setores da economia sendo as startups um bom caminho

Um dos desafios para os próximos anos, segundo o Comitê de Inovação, é o de apontar caminhos que estimulem a incorporação, pelo setor de infraestrutura, das ferramentas de inovação que já estão presentes em outros setores da economia.

A apresentação de casos de inovação foi um dos destaques nas reuniões do comitê em 2022. O objetivo foi mostrar a importância dos mecanismos e processos inovadores na melhoria do resultado dos negócios. Na reunião de maio, três projetos de *startups* com aplicação em infraestrutura foram discutidos em detalhes:

- **Quattro D:** *Startup* que trabalha soluções de desenvolvimento de projetos e planejamento de obra na plataforma BIM, treinamentos e projetos especiais, além de recursos de computação gráfica;
- **Horus Aeronaves (drones):** *Startup* para inspeções e monitoramento, por exemplo, no setor de energia, com soluções de inspeção automatizadas para aerogeradores, linhas de transmissão, usinas solares e eólicas em tempo real, tornando a manutenção preventiva de ativos de distribuição e geração de energia mais ágil e eficiente;
- **Fohat Engenharia:** *Startup* com soluções que garantem a digitalização da comercialização de energia, para promover transações



As condições naturais do país e a incorporação crescente de novas tecnologias pela indústria são condições favoráveis à inovação da infraestrutura.

ções de energia *peer-to-peer* (P2PTE), com o uso de *blockchain*, *tokenomics*, inteligência artificial, *advanced metering* e *big data*. As soluções atendem à comercialização de energia em mercados organizados ou não organizados de balcão.

Os trabalhos do Comitê de Inovação indicaram a necessidade de a ABDIB liderar um programa de capacitação em inovação para profissionais do segmento de infraestrutura. Neste sentido, a ABDIB convidou o co-fundador da Distrito,

Gustavo Araújo para apresentar seu programa executivo com foco em inovação, tecnologia e valores humanos. A intenção é realizar uma competição para premiar cinco startups com projetos inovadores no campo da infraestrutura e inaugurar o Hub Infratech ABDIB em 2023.

Os projetos de infraestrutura são imprescindíveis para sustentar o escoamento eficiente dos produtos, dos insumos e das exportações no país. São importantes, também, para melhorar a qualidade dos serviços de transporte, saneamento, energia e telecomunicações nas cidades. Estes, no entanto, têm se mantido em níveis muito inferiores aos necessários.

Na reunião, a advogada Adriana Ferreira Tavares, do escritório Tozzini Freire, em sua apresentação, reforçou que uma das carências do setor diz respeito à regulação. Para que a inovação avance na infraestrutura é necessário criar políticas públicas que incentivem a contratação e a implementação de projetos inovadores. O mecanismo legal do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) – agora também disciplinado pela nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) – tem um dispositivo específico relativo às *startups*. A regulamentação da Lei, no entanto, precisa prever a participação do ecossistema de inovação no processo.

A Lei de Concessões (Lei nº 8.987/95), por sua vez, precisa ser aprimorada no sentido de, em determinados casos, permitir que os concessionários utilizem suas bases de ativos para ampliar a concessão de serviços aos usuários. É necessário, além disso, adotar políticas públicas que, a exemplo da Lei do Bem (que concede benefícios a empresas que desenvolve pesquisas em novas tecnologias), desonerem parte dos tributos devidos pelos concessionários que investirem em programas de inovação. Ou que estimulem a captação de recursos por meio de debêntures incentivadas ou de fundos voltados para a inovação em infraestrutura.

O Hub Infratech 2023

Uma das ações mais relevantes conduzidas pelo Comitê de Inovação em 2022 se deu em parceria com a plataforma de *startups* Distrito, para discutir exemplos bem sucedidos no campo da inovação. Representantes de 22 empresas associadas à ABDIB participaram da primeira fase do programa e tiveram acesso a casos reais que promoveram iniciativas disruptivas. No entanto, os exemplos não incluíram iniciativas relevantes no campo da infraestrutura.

A iniciativa despertou o interesse das empresas associadas e deu origem à proposta de criação, pela ABDIB, do Hub Infratech. A intenção é realizar uma concorrência para selecionar 15 startups com projetos inovadores nas diversas áreas da infraestrutura e escolher as cinco melhores que receberão o Prêmio Infratech Innovator ABDIB 2023. A formatação final da Prêmio Infratech Innovator ABDIB 2023 e do Hub Infratech ABDIB deverá ser apresentada aos associados no início de 2023.

COMITÊ DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A reinserção do Brasil no cenário internacional

O Brasil deve aproveitar as oportunidades que surgirão na esteira da desglobalização regional e reposicionar a indústria neste movimento

Há consenso de que em decorrência da pandemia do Covid-19 - em todas as suas fases, incluindo a que culminou com o fechamento do porto de Shanghai - e da guerra Rússia-Ucrânia, haverá ajustes nas cadeias globais de valor, com alterações na dinâmica do comércio internacional.

De fato, o risco de depender de poucas fontes de fornecimento de insumos e de produtos, fenômeno do crescimento da globalização verificado a partir dos anos 90, mostrou-se evidente com o desabastecimento ocorrido, o que está levando governos e empresas a procurarem alternativas de suprimentos.

O Brasil deve aproveitar as oportunidades que surgirão na esteira da desglobalização regional e se reposicionar neste movimento, tendo como focos a transição energética rumo a uma economia mais verde e inovações da indústria 4.0 e tecnologia 5G. E temos ativos para isto, com nossa matriz energética, uma das mais limpas e sustentáveis do mundo e nossa produção de alimentos.

O Brasil deve promover seu processo de reindustrialização focado na produção para substituir importação e exportação de excedentes de manufaturados de maior valor agregado e de hidrogênio verde.



Desta forma, o Brasil deve promover seu processo de reindustrialização focado na produção para substituir importação e exportação de excedentes de manufaturados de maior valor agregado e de hidrogênio verde.

Com isto, estará buscando cada vez mais a sua inserção competitiva na economia internacional. Nessa linha, o Comitê convidou o Sr. Marcos Rossi Martins, Superintendente da área de Indústria, Serviços e Comércio Exterior do BNDES, que apresentou estudo preliminar do banco para a retomada dos financiamentos das exportações de bens e serviços, dada a necessidade de desenvolver este mercado no exterior.

COMITÊ DE ENGENHARIA

Melhoria da qualidade dos serviços prestados

Estimular a inovação e as práticas sustentáveis

O Brasil avançou nos últimos anos na regulação dos contratos de concessão de serviços de infraestrutura, o que inclui a qualidade da engenharia na estruturação dos projetos. A nova lei que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei 14.133/2021) também trouxe avanços relevantes, com destaque para um novo modelo de contratação, não permitindo, por exemplo, a contratação de engenharia por pregão.

Os integrantes do Comitê, analisando as perspectivas de retomada de um grande número de projetos, mostraram preocupação com a eventual falta de mão de obra qualificada para atender à demanda.

A nova lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



O comitê também trabalhou na elaboração de temas para o documento Agenda de Propostas da Infraestrutura 2022, destacando a importância de aplicar um modelo de licitação técnica e preço para 100% de serviços técnicos especializados contratados pelo Estado, como serviços de engenharia, visando o melhor custo e não o menor custo.

Para 2023, o comitê irá definir temas para trabalhar, em uma maior aproximação com outras entidades do setor, como SINAENCO, ABCE, FDIC, ABEMI e IE.

Toda a cadeia brasileira de serviços de engenharia e construção precisa de um olhar estratégico e integrador, caso contrário, diversos projetos de infraestrutura correm o risco de não se viabilizarem.

COMITÊ ESTRATÉGICO DO SETOR ELÉTRICO

À espera do novo Marco Regulatório

O PL 414/2021 traz evoluções regulatórias expressivas, sobretudo no que diz respeito à abertura do mercado de energia elétrica

Já aprovado pelo Senado, o Projeto de Lei nº 414/2021 estabelece um novo marco regulatório para o setor de energia e aguarda parecer do relator para ser votado pela Câmara dos Deputados. Debatido na reunião do Comitê Estratégico do Setor Elétrico realizada no dia 23 de março, ele teve sua tramitação prejudicada pelo calendário eleitoral – mas deve ser levado a votação no início de 2023. O projeto é uma das sete medidas que a ABDIB considera essenciais para a infraestrutura. O tema foi apresentado pela diretoria da entidade ao presidente da Câmara, Arthur Lira, em fevereiro de 2022, em reunião que também contou com a presença do deputado federal Arnaldo Jardim.

O projeto traz ganhos expressivos, sobretudo no que diz respeito à abertura do mercado de energia elétrica. Também aprimora critérios de segurança para a operação do mercado, reduz subsídios e induz à evolução regulatória no sentido da liberdade de escolha. Mesmo com esses avanços, alguns pontos exigem atenção. É necessário, por exemplo, que o equilíbrio e a sustentabilidade da infraestrutura sejam mantidos no âmbito da lei e de sua regulamentação.

Em setembro, Venilton Tadini, presidente executivo da ABDIB, e representantes do Comitê reuniram-se com o diretor geral da ANEEL, Sandoval Feitosa e outros executivos da Agência, na sede da agência em Brasília, no âmbito do programa Diálogos com Associações do Setor Elétrico. Entre os temas levados pela ABDIB, esteve a preocupação com o hiperativismo do Legislativo no que se refere a intervenções em reajustes de tarifas já aprovados pela ANEEL, a segurança energética, onde o planejamento



É necessário que o equilíbrio e a sustentabilidade dos projetos da infraestrutura sejam mantidos no âmbito da lei e de sua regulamentação.

é fundamental para buscar o equilíbrio entre os princípios de sustentabilidade, segurança energética e modicidade tarifária.

Outro tema da pauta foi a necessidade de definição de critérios para a renovação das concessões de transmissão, pois entre 2025 a 2032 vencem 24 concessões de transmissão. Por fim, a ABDIB mostrou preocupação com problemas enfrentados pelas transmissoras, de caso fortuito e força maior, com a necessidade de regras para excludentes de responsabilidade por atraso em cronogramas e regras relacionadas ao vandalismo em ativos de transmissão.

COMITÊ DE GERAÇÃO

As condições para se tornar potência energética

Num momento em que o mundo vive a transição para fontes de energia limpas e renováveis, o Brasil dispõe de uma condição privilegiada em relação à maioria dos países

Em um ano marcado pela privatização da Eletrobrás, no mês de junho — fato que deverá ter reflexos positivos duradouros para a eficiência do sistema elétrico brasileiro —, a ABDIB acompanhou e participou com otimismo do debate sobre as possibilidades que se abrem para a geração de energia no país. É importante observar que a área de geração, a exemplo do que ocorreu com todo o setor elétrico, vem atravessando mudanças significativas, que o deixaram mais bem preparado para enfrentar os desafios da transição energética que se desenrola em escala global.

Em menos de 30 anos, o setor elétrico deixou de ser quase 100% estatal e se tornou predominantemente privado. Por mais privatizada que seja, no entanto, essa expansão precisa estar inserida num planejamento que leve em conta a diversidade de fontes de geração de que o país dispõe em abundância.

Em várias oportunidades, a ABDIB ressaltou a importância que a exploração da matriz diversificada de energia disponível poderá ter no processo de retomada do crescimento da economia brasileira. E, também, salientou o peso que a geração de eletricidade a partir das fontes limpas e renováveis de que dispõe em abundância poderá favorecer o Brasil no processo de transição energética que ocorre em escala global — e não é exagero dizer que o país pode se firmar como uma potência energética do Século 21.

Para que se confirme, essa possibilidade exigirá um planejamento de médio e longo prazos, em que todos os recursos disponíveis possam ser

Com uma matriz energética predominante hídrica, o país deve, agora, enfatizar a geração de energia renovável — de origem solar, eólica ou proveniente da biomassa.

utilizados para garantir a segurança energética, a modicidade tarifária. Nesse planejamento também devem ser incluídas as inúmeras oportunidades que o gás natural oferece à exploração da energia térmica — num modelo que promova a segurança energética e a modicidade tarifária. A ABDIB considera fundamental o desenvolvimento de fontes hídricas e térmicas — supridas por gás natural — na base da expansão da capacidade de geração de energia elétrica do país, dando estabilidade ao sistema e permitindo a expansão de fontes intermitentes como eólica, solar e biomassa, de forma complementar.

Na medida em que o Brasil deve apostar na expansão da matriz energética em bases renováveis e que garantam estabilidade e segurança energética no suprimento, o Comitê enfatizou a importância de se aproveitar o potencial hidrelétrico existente em usinas de todos os portes. Neste sentido, foi constituído grupo de trabalho para propor às autoridades, a retomada de investimentos em hidrelétricas de médio porte, que apresentam os mesmos atributos positivos. Estimativas preliminares apontam que há potencial de 14.000 MW em mais de cem usinas hidrelétricas com potência entre 150 e 180 MW.

COMITÊ DE TRANSMISSÃO

Os desafios e as oportunidades dos novos leilões

Os novos leilões e a necessidade de renovação do sistema existente devem dinamizar os negócios em torno do sistema de transmissão

Os leilões previstos para 2023 deverão gerar, nos próximos anos, investimentos totais superiores a R\$ 50 bilhões na implantação de novas linhas, que ampliarão o Sistema Integrado Nacional (SIN) em 12 mil quilômetros. Esse foi um dos temas que mais atraíram a atenção e interesse do Comitê de Transmissão nas reuniões de 2022. As novas linhas e subestações se destinarão principalmente à necessidade de escoamento da energia que será gerada por usinas de fontes renováveis — solar e eólica — instaladas nas regiões Norte e Nordeste, em escala jamais observada no setor elétrico.

Um outro ponto que também pode aumentar a demanda por serviços e que gera uma certa preocupação no setor, é com o envelhecimento do parque brasileiro de transmissão — uma realidade que exigirá atenção nos próximos anos. É preciso, conforme foi discutido na reunião do dia 10 de março, por exemplo, assegurar a substituição racional da infraestrutura do sistema elétrico em fim de vida útil, de modo a garantir que a malha de transmissão possa operar conforme os níveis de confiabilidade e qualidade exigidos pela sociedade. Tudo isso

Na avaliação dos fabricantes e fornecedores, a indústria brasileira tem condições de atender o aumento da demanda.



num ambiente que também exige das transmissoras atenção para as regras de renovação das concessões que estão próximas do vencimento e da definição pelo poder concedente do tipo de ativos que devem ser relicitados e dos que devem ter os contratos renovados.

A necessidade de manutenção e modernização do sistema sob condições dessa natureza, aliada aos leilões para ampliação do sistema exigirá ações coordenadas entre as instituições responsáveis pelo sistema, e as associações representativas do setor — em especial para a ABDIB. Também deverão se incorporar ao debate os órgãos de regulação e controle, os

organismos ambientais, os responsáveis pela estruturação de projetos, os bancos públicos, em especial o BNDES, além de outras instituições financeiras, e, sobretudo, toda a extensa cadeia de fornecedores de materiais e equipamentos. É necessária atenção à capacidade de suprimento de cabos e estruturas metálicas para torres de transmissão, equipamentos elétricos e na formação de mão-de-obra qualificada que atuam em empresas “epcistas” — ou seja as empresas responsáveis pelo projeto e pela implantação das novas instalações.

Em todas as oportunidades em que foram ouvidos pelo Comitê de Transmissão a esse respeito, os fornecedores manifestaram segurança em relação à possibilidade de atender a esses desafios. O objetivo dessa integração é evitar atrasos ou até mesmo interrupções do processo de implantação das novas linhas, que podem prejudicar a adequada operação do sistema. Para isso haverá a necessidade de um trabalho proativo e integrado, sempre apresentando soluções no sentido de superar os eventuais gargalos.

Esse ponto de vista foi defendido algumas vezes ao longo do ano e mereceu atenção especial do professor José Sidnei Colombo Martini, membro do Conselho do Operador Nacional do Sistema e catedrático honorífico da Universidade de São Paulo, na reunião do Comitê no dia 11 de maio. Outro debate em torno do tema se deu na reunião do dia 1º de setembro, que contou com a participação do então titular da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE), do Ministério de Minas e Energia (MME), José Guilherme de Lara Resende. Na reunião, foi manifestada a intenção da ABDIB de trabalhar em conjunto com a Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate) na identificação de eventuais gargalos, capazes de prejudicar o atual ciclo da elevada demanda por novos investimentos, prevista para ocorrer a partir dos próximos leilões de transmissão.

A preocupação com os aspectos de natureza regulatória foi manifestada em diversos momentos ao longo do ano. Na reunião do dia 2 de junho, o advogado Caio Figueiredo Cavalcante apresentou o resultado da Consulta Pública 030/2020, que deu origem à Resolução Normativa nº 1020 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Cavalcante atuou em nome da ABDIB nesse tema. A agência manteve a decisão de não remunerar as Transmissoras pelas melhorias e modernizações executadas nas linhas, conforme era feito até então. A decisão da ANEEL — que desconsiderou os argumentos da ABDIB e de outras entidades do setor elétrico —, fere a segurança jurídica indispensável aos investimentos de longo prazo e a própria segurança da operação.

Outro ponto de preocupação tem como origem o Projeto de Lei nº 4.009/2021, que busca instituir novas obrigações para a sinalização de torres e linhas de transmissão para prevenção do risco de acidentes aéreos. O projeto, que já foi aprovado pelo Senado, apresenta redundância em relação à NBR-6535, que já regulamenta a sinalização e contempla a questão da prevenção desse tipo de acidente.

Ainda segundo as empresas do setor, nos últimos anos, têm ocorrido uma mudança de postura da agência reguladora na avaliação administrativa de ocorrências caracterizadas como casos fortuitos e/ou de força maior, tais como interrupções causadas por quedas de balões, atos de vandalismo e de sabotagem, além de eventos climáticos excepcionais como, por exemplo, a velocidade de ventos que superam as especificações técnicas aplicáveis à capacidade, configurando, dessa forma, situações típicas de excludente de responsabilidade. Nesses casos as Transmissoras tem sido penalizadas pelo Regulador, pela aplicação de multa por indisponibilidade, em flagrante desacordo com a legislação vigente.

O alto custo dos atos de vandalismo

Um tema que esteve presente nas reuniões do Comitê de Transmissão ao longo de 2022 diz respeito aos casos de furtos, vandalismo e sabotagem nas linhas de transmissão de todo o país — tema que foi apresentado pela ABDIB a representantes do Ministério das Minas e Energia. De acordo com um levantamento junto às Transmissoras associadas, de 2019 até abril do ano passado ocorreram cerca de 650 ocorrências de atos criminosos que prejudicam a operação do sistema, acarretaram prejuízos e, em cerca de 30 casos, causaram a interrupção do sistema e geraram blackouts regionais em diversos pontos do país. Entre as ocorrências, cerca de 490 — ou seja, a grande maioria — foram furtos de materiais e bens de instalações de transmissão.

A ABDIB entende que, pela natureza de sua operação, as Transmissoras não podem ser responsabilizadas pela fiscalização, controle e prevenção desse tipo de ação. Em primeiro lugar, porque a natureza dessas ocorrências exige ações de segurança pública que, por definição, são de responsabilidade do Estado. Além disso, seria impossível para qualquer



Concessionária manter em operação um sistema de vigilância que cubra a totalidade da linha de transmissão que atravessa vários estados, passa por centenas de municípios e está integrada a um sistema nacional. Frise-se que a extensão do sistema de transmissão nacional é da ordem de 170.000 quilômetros, existindo linhas com extensão individual de 3.000 quilômetros.

O objetivo da ABDIB é, sob a tutela do Ministério de Minas e Energia, constituir um canal de coordenação que sirva para acionar e sensibilizar as autoridades federais através de seus órgãos de inteligência e segurança, para que, em articulação com os respectivos órgãos estaduais, tomem medidas efetivas no combate e na prevenção dessas ações criminosas e na punição dos culpados, uma vez que o sistema de transmissão é notoriamente considerado uma infraestrutura crítica para a sociedade.

COMITÊ DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

É possível fazer mais com a COSIP

Ampliação do escopo de utilização da contribuição sem comprometer seu uso na ampliação de investimentos no setor

Entre os temas mais debatidos nas reuniões do Comitê de Iluminação Pública em 2022, o destaque foi, a necessidade de ampliação do uso da Contribuição Para o Custeio da Iluminação Pública (COSIP). Em seus 20 anos de existência — completados justamente no ano passado —, a COSIP tem sido uma fonte líquida e sólida de recursos e foi capaz de garantir o pagamento e as obrigações públicas dos contratos. Apesar do sucesso desse mecanismo e de toda a evolução tecnológica verificada nas últimas duas décadas, a utilização da COSIP mantém os mesmos contornos restritos da época em que foi criada — o que impede, como ficou claro nas discussões do Comitê, seu emprego em projetos que envolvam as novas tecnologias, com consequências negativas para o setor.

O fato de o uso da contribuição ser restrito à implantação e à modernização das instalações convencionais de Iluminação Pública tem restringido a ampliação do potencial dos projetos. E, na mesma medida, retardado a implementação das chamadas *Smart Cities*.

A COSIP representou uma arrecadação de quase R\$ 12 bilhões em 2021.



Nesse sentido, o ano de 2023 oferecerá, na opinião do Comitê de Iluminação Pública, uma boa oportunidade para se avançar no debate em relação ao uso dessas novas tecnologias. A implantação da telefonia celular de quinta geração, o chamado 5G, que a ABDIB acompanhou desde o primeiro momento, amplia a possibilidade de acesso a esses serviços complementares.

A ABDIB atuará no sentido de revisar a regulamentação da COSIP, pois o acompanhamento dos contratos existentes mostra que os valores arrecadados com a COSIP são mais do que suficientes para a cobertura dos custos relativos à prestação dos serviços específicos de iluminação pública. Há, assim, um excedente de recursos que poderia ser direcionado à ampliação dos escopos dos contratos de PPP,

incorporando os serviços relacionados com as novas tecnologias, sem a necessidade de elevação do percentual da contribuição sobre a conta de luz e sem causar escassez nos demais usos já autorizados da COSIP.

Conforme mostrado na reunião do Comitê do dia 15 de setembro, a COSIP gerou no ano de 2021 uma arrecadação de quase R\$ 12 bilhões. Desse total, 54,2% foram arrecadados por municípios com mais de 200 mil habitantes. Em 1.172 dos 5.570 municípios brasileiros, a administração não se apropriou de nenhum valor dessa contribuição e, portanto, não obteve benefícios com ela. O acesso a esses recursos, com base em projetos bem estruturados, poderia ser destinado a investimentos na qualidade dos projetos de iluminação.

O setor de iluminação pública — que hoje compartilha com o Saneamento Básico o protagonismo das concessões municipais — vem crescendo nos últimos anos sob estímulo, principalmente, da Resolução Normativa 414, baixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 2010. Amparada no artigo 30 da Constituição de 1988, a norma determinou a transferência da gestão da infraestrutura pública de iluminação para os municípios. Mesmo com o crescimento que tem sido verificado, o espaço para a expansão é considerável.

Na Agenda do comitê, Tiago Chagas Faienstein, líder do projeto de Cidades Inteligentes na ABDI e Juliano Lemes Brogliato, analista de implantação do Parque Tecnológico de São José

O ano de 2023 oferecerá uma boa oportunidade para se avançar no debate em relação ao uso dessas novas tecnologias.



54,2% da arrecadação de 2021

foram arrecadados por municípios com mais de 200 mil habitantes



Projeto Conecta 5G

Instalação de redes de 5G por meio da integração de antenas às luminárias inteligentes

dos Campos, apresentaram o Projeto Conecta 5G, que permitirá a instalação de redes de 5G em municípios brasileiros por meio da integração de antenas às luminárias inteligentes.

O financiamento de projetos de Iluminação Pública foi tema de apresentação de Lincoln Brando, do BNDES, com as modalidades de financiamento do banco para o setor.

O comitê recebeu, também, as equipes da SEPPI, IFC e CEF para apresentação do Guia Prático de Estruturação de Projetos de Iluminação Pública. Na ocasião foram apresentados os principais itens que compõem o guia, como um importante instrumento para o desenvolvimento de projetos de IP.

O especialista em regulação da Aneel, Daniel Bego, apresentou os principais pontos da TS 0158/2022 sobre o Relatório de Avaliação do Resultado Regulatório (ARR) da Resolução Normativa nº 888/2020, que aprimorou a regulação do fornecimento de energia elétrica para o serviço público de iluminação.

A Frente Nacional do Prefeitos – FNP e os municípios estiveram presentes em reuniões do Comitê. O representante da FNP, Theo San-

tini e os representantes da Prefeitura de Canoas /RS – Larissa Junckes e da Prefeitura de Caxias do Sul/RS – Mauricio da Silva, fizeram uma análise do mercado de Iluminação Pública, destacando o crescimento dos projetos em cidades médias e grandes, reforçando a necessidade de melhoria no quadro técnico para a estruturação e o acompanhamento de projetos em cidades menores. Na mesma reunião, o gerente do BNDES, Leonardo Assuf Castelo Branco, fez uma atualização do pipeline de projetos na carteira do banco.

O Gerente Nacional de Desestatização, Parcerias e Serviços Especiais da CEF, Felipe Teles Izabel da Cunha, apresentou a carteira de projetos de iluminação pública em estruturação pelo banco.

O diretor-presidente da ABCIP, Pedro Iacovino, fez uma análise do mercado de Iluminação Pública nos últimos anos, destacando a expressiva carteira de projetos concedidos e o expressivo volume de projetos em desenvolvimento.

Durante o ano, é importante também destacar, o andamento e conclusão dos trabalhos dos grupos de Trabalho - GTs - Incorporação de Soluções de Cidades Inteligentes ao Escopo de PPPs de IP (GT1), Nova Regulamentação de Usos Permitidos da COSIP (GT2), e elaboração do Diagnostico de Contratos de PPP de IP, através do GT3, cujo trabalho final será divulgado no começo de 2023.

O Comitê também trabalhou na Agenda de Propostas para a Infraestrutura 2022, destacando, entre as propostas: a necessidade de elaboração de políticas públicas de *smart cities* e apoio ao MDR sobre o tema; alterar da regulamentação da COSIP, com o objetivo de dar maior segurança jurídica em relação as receitas acessórias; aprimoramento de mecanismos contratuais, desenvolvimento de novas tecnologias, com apoio a inovação para o setor.

A vez das Cidades Inteligentes

Desde 2021, quando o Comitê de Iluminação Pública produziu um estudo detalhado sobre o tema e em diversos momentos de 2022, o debate sobre *Smart Cities* tem estado presente na ABDIB. A entidade entende que a implantação dessas novas tecnologias nas cidades brasileiras terá impacto positivo para o desenvolvimento urbano sob a ótica social. Já há tecnologias desenvolvidas e testadas para a área de segurança, o monitoramento do trânsito, a qualidade do piso nas vias públicas, a coleta e destinação dos resíduos sólidos e o acompanhamento de áreas de risco e muitas outras.

A oferta de serviços alinhados com o avanço tecnológico e com as demandas sociais, industriais e de negócios é um diferencial nessa concorrência e as cidades mais bem preparadas terão vantagens na atração de investimentos globais. Para isso, é preciso garantir que se elimine a insegurança jurídica em torno da ampliação do uso da COSIP — um problema que somente poderá ser definitivamente resolvido com alterações na regulamentação da Contribuição. A intenção dessa proposta está longe de desvirtuar os objetivos originais da COSIP e não busca retirar nem diminuir a importância dessa contribuição para a iluminação pública.

COMITÊ DE RODOVIAS

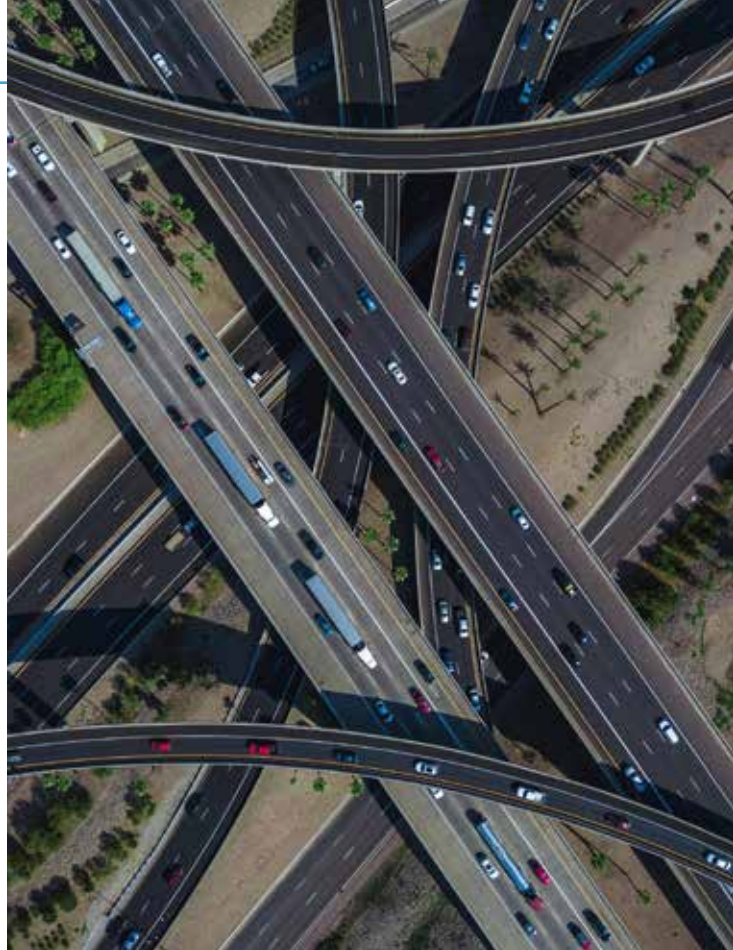
Mesmo com o aumento dos investimentos privados, grande parte da malha ainda é pública

Principal modal da matriz de transportes do Brasil, as rodovias ainda apresentam problemas por falta de investimentos no setor

Embora seja predominante na matriz de transportes brasileira, o modal rodoviário é repleto de problemas e carências — que vem sendo devidamente identificadas pelo Comitê de Rodovias e precisam permanecer na pauta de 2023. Apenas 213 mil quilômetros de uma malha total de 1,5 milhão de quilômetros de estradas de rodagem são pavimentados. Isso significa pouco mais da extensão 12% do total. Os dados constam do Boletim Estatístico da Confederação Nacional de Transportes (CNT) referentes a novembro de 2022.

Esse problema é grave, mas não é único. Mesmo considerando a extensão total, o Brasil carece de cobertura rodoviária. A malha de 1,5 milhão de quilômetros é distribuída de forma

Com um território 22 vezes menor do que o brasileiro, o Japão tem uma malha rodoviária com praticamente a mesma extensão.



desigual entre as regiões brasileiras e suas carências em regiões como o Norte, o Nordeste e até mesmo na área do agronegócio no Centro-Oeste, são ainda maiores do que no Sul e no Sudeste.

No total, ela atende a uma extensão territorial de 8,5 milhão de quilômetros quadrados. Com apenas 378 mil quilômetros quadrados, o Japão dispõe de 1,2 milhão de estradas. Ou seja, uma malha equivalente à do Brasil para um território mais de 20 vezes menor. Países com dimensões territoriais semelhantes à brasileira contam com uma malha muito mais extensa. Os Estados Unidos dispõem de 6,6 milhões de quilômetros de rodovias e a Índia, por sua vez, de 6,4 milhões.

A conclusão diante de números como esses é óbvia. Deslocar cargas ou passageiros por caminhão ou por ônibus de um ponto a outro do Brasil demanda viagens muito mais extensas, fragmentadas e demoradas do que em outros países. Com outro detalhe importante a se observar: apenas 34% da malha pavimentada brasileira, ainda conforme a pesquisa da CNT, são

considerados bons ou ótimos. Esse percentual cai para 24,7% no caso das rodovias administradas pelo Estado e sobe para 69% nas rodovias operadas por concessionárias privadas.

O orçamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o órgão responsável pela construção e manutenção das estradas federais sob administração do Estado, foi de R\$ 5,8 bilhões para 2022. Esse valor corresponde a uma queda de 71,1% em relação ao orçamento de 2011.

Na pauta do comitê está também o acompanhamento das oportunidades de investimentos nos estados e municípios brasileiros. Assim, Leonardo Busatto, Secretário Extraordinário de Parcerias do Rio Grande do Sul, apresentou no Comitê o programa de investimentos no Estado, destacando as concessões rodoviárias, com investimentos superiores a R\$ 11,0 bilhões nos próximos 30 anos.

A agenda de reuniões do comitê em 2022 também contou com a participação de autoridades e dirigentes da ANTT. O diretor geral Rafael Vitale falou do andamento do processo de relicitação de ativos rodoviários. Também foi discutido o impacto dos aumentos dos insu- mos nas obras rodoviárias e a necessidade do reequilíbrio dos contratos.

O comitê participou das Reuniões Prioritárias da ANTT com as entidades do setor e contribuiu com as Consultas Públicas relacionadas com os Regulamentos das Concessões Rodoviárias (RCR).

O RCR 1 teve como prioridade a simplificação da regulação no setor, por meio de atualização dos procedimentos regulatórios gerais, que resultou na Resolução ANTT 5.950/2021, de 20/7/2021.



Apenas 34% da malha pavimentada brasileira

são considerados bons ou ótimos



R\$ 5,8 bilhões

Orçamento do DNIT para 2022

O RCR 2 tratou de temas relacionados a Bens, Obras e Serviços nos contratos de concessão e resultou na Resolução da ANTT – 6.000/2022, de 1/12/2022.

O RCR 3 se propõe a disciplinar a gestão econômica e financeira dos contratos de concessão e exploração da infraestrutura rodoviária. Ainda em elaboração, ele trata de tarifação, equilíbrio econômico-financeiro e seguros.

Em agosto o comitê apresentou suas contribuições em reunião participativa do 3º RCR junto a ANTT.

O RCR 4 já será discutido nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, enquanto o RCR 5 tem previsão de discussão ainda em 2023, e estarão na agenda de trabalho do comitê para o ano de 2023.

Em outubro de 2022, o Comitê participou da reunião com o Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia, Edson Silveira Sobrinho, que apresentou os estudos da nova metodologia de compartilhamento do risco de demanda em concessões rodoviárias, o que é uma das discussões da agenda do Comitê.

O aumento dos preços dos insumos

Uma das ações de destaque da ABDIB em 2022 foi a reunião com a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para tratar da questão do aumento dos preços dos insumos nos setores rodoviário e ferroviário. Realizado a convite do diretor-geral Rafael Vitale, o encontro aconteceu na sede da agência, no dia 13 de outubro. O objetivo foi discutir o resultado de estudos que comprovam o caráter extraordinário dos aumentos dos preços de insumos usados de forma intensiva em projetos de infraestrutura, especialmente rodoviária. Os dados mostraram a correlação direta dos aumentos dos preços com fenômenos excepcionais como a pandemia da COVID-19 e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

A ABDIB comprovou as evoluções atípicas dos preços do cimento, do aço, do material rodante e das peças rodoviárias na comparação com o IPCA, do IBGE. Os gráficos deixam claro o descolamento entre os preços realizados e o indexador contratual a partir de 2020. A entidade ressaltou, na época, que os aumentos extraordinários, não acompanhados por medidas de normalização dos fluxos de caixa, criaram um ambiente desfavorável à execução dos contratos e vinham sangrando o caixa das diversas concessões.

Como principal representante dos setores da infraestrutura brasileira, em nome da segurança jurídica, da responsabilidade regulatória e da estabilidade financeira e econômica das concessões, a ABDIB enfatizou a necessidade de reconhecimento por parte da ANTT da existência dos descasamentos extraordinários de preços. Também solicitou que fossem estabelecidas diretrizes e regras para a condução célere dos processos de reequilíbrios econômico-financeiros, com ênfase na manutenção dos fluxos de caixa das concessões.



COMITÊ DE FERROVIAS

O impacto positivo do Novo Marco Legal

As discussões sobre o regime de autorização, a renovação antecipada das concessões e a necessidade de reequilíbrio dos contratos dominaram a pauta do setor

A ampliação da participação do modal ferroviário na matriz de transporte brasileira com o objetivo não apenas de romper os tradicionais gargalos no escoamento de grãos e de minério, mas, também, de agilizar e modernizar o deslocamento de passageiros e a movimentação de cargas gerais, é vista como uma das principais necessidades no modelo de logística do país. De acordo com o Plano Nacional de Logística (PNL), lançado em 2021 com projeções para o sistema de transportes do país até 2035, a participação do transporte de cargas por trem, que era de 18% no cenário traçado em 2017, deverá chegar a 43% em 15 anos.

Caso a projeção do PNL-2035 se confirme, o país passará a dispor de uma malha de transporte mais ampla, racional e equilibrada. Isso possibilitará uma maior integração com os outros modais e, em última instância, a redução do transporte rodoviário de longa distância — que é, entre todos os modelos, o que mais gera emissões de carbono e provoca impactos ambientais.

Com o objetivo de ampliar a presença do modal ferroviário na matriz de transportes brasileira, várias providências regulatórias vêm sen-

Um dos destaques de 2022 foi a assinatura de contratos de prorrogação antecipada das concessões de três ferrovias importantes.



do tomadas. A principal delas foi a Lei 14.273. Sancionada em 23 de dezembro de 2021 e conhecida como Marco Legal das Ferrovias, a lei trouxe mudanças significativas ao setor e foi objeto de discussão pelo Comitê de Ferrovias já na primeira reunião de 2022, no dia 1º de fevereiro. O tema foi tratado pelo assessor especial do Ministério da Infraestrutura, Marcos Félix. As atenções, na apresentação, foram atraídas pelo espaço concedido pela Lei à implantação de novas ferrovias pelo modelo de autorização.

O novo regime, visto como positivo, atraiu o interesse dos operadores ferroviários foi positiva e pode ser visto como o avanço mais importante introduzido pela nova lei. Desde o primeiro momento, porém, ficou nítida a necessidade de se encontrar uma maneira de conceder as autorizações sob a proteção de uma regulamen-

tação que proporcione mais segurança jurídica aos contratos já existentes e aos que vierem a ser celebrados sob o novo regime.

O Marco Legal trouxe, também, avanços importantes no que se refere ao tratamento dado aos acidentes causados exclusivamente por terceiros, aos seguros e ao transporte de produtos perigosos previstos no novo Marco. Todos eles, além da adaptação dos contratos de concessão para o modelo de autorização, ainda precisam ser regulamentados para que a aplicação da Lei se dê num ambiente de maior segurança jurídica. As reuniões do Comitê apontaram, também, a necessidade de regulamentação do instituto da autorregulação, com a definição de uma entidade privada para estabelecer normas técnicas para o setor e os critérios de avaliação do desempenho, a exemplo do modelo adotado nos Estados Unidos.

Outro ponto destacado ao longo do ano foi a importância de se buscar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão – uma necessidade que se tornou ainda mais evidente diante das circunstâncias específicas do ano de 2022. No dia 29 de julho, em reunião conjunta com o Comitê de Rodovias, o economista Armando Castelar, da Fundação Getúlio Vargas, avaliou o impacto da elevação dos preços dos insumos – sobretudo do óleo diesel – nas concessões do setor.

Castelar insistiu que, diante da impossibilidade de se prever com antecedência um cenário de impactos econômicos profundos (como os que o país sofreu em consequência da pandemia da Covid-19 e dos efeitos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia) é necessário que os poderes concedentes concordem em rever alguns dos termos dos contratos de concessão. Entre eles estão o prazo e as exigências de investimentos, por exemplo.



Marco Legal das Ferrovias

trouxe mudanças significativas ao setor

Em decorrência disso, a ABDIB se reuniu com o diretor geral da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres e apresentou documento tratando sobre o tema. Posteriormente a Associação Nacional de Transportes Ferroviários (ANTF) e à Associação Brasileira de Concessões Rodoviárias (ABCR) também se reuniram com a ANTT para tratar do tema.

Destaque em 2022 para a assinatura de contratos de prorrogação antecipada das concessões da Rumo Malha Paulista (RMP) e com as Estradas de Ferro Vitória-Minas (EFVM) e Carajás (EFC). Outras ferrovias também se enquadraram nas condições que permitem a prorrogação das concessões, como a MRS logística, a Ferrovia Centro Atlântica (FCA) e a Rumo – Malha Sul e a Ferrovia Teresa Cristina, de Santa Catarina.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas estima que a prorrogações antecipadas das concessões aumentarão o volume transportado pelas ferrovias em 70 milhões de toneladas/ano, o que poderá contribuir para uma redução de até 30% dos custos de transporte – além da consequente redução de acidentes e de emissão de gases poluentes. A partir das prorrogações, as concessionárias deverão investir mais de R\$ 30 bilhões nos primeiros cinco anos a partir da assinatura de renovação dos contratos de concessão.

Alguns projetos de novas ferrovias já foram qualificados pelo PPI e devem ser iniciados, como o Trecho Mara Rosa/ GO a Água Boa/ MT da FICO - Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (EF - 354); o Tramo Central da Ferrovia Norte-Sul (EF - 151); o da FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste (EF - 334) e do da Ferrogrão (EF - 170).

COMITÊ DE PORTOS

O aumento da participação privada no setor

Os avanços regulatórios recentes complementaram o avanço regulatório trazido pela Lei dos Portos, que completa dez anos em 2023, e injetaram ânimo no setor

A derrubada pelo Congresso do veto presidencial ao artigo do Programa de Estímulo ao Transporte de Cabotagem, conhecido como BR do Mar, que previa a reinstauração do regime do Reporto foi um dos pontos positivos para o setor em 2022, conforme avaliação do Comitê dos Portos. O benefício havia sido suspenso em dezembro de 2020. Pelo regime do Reporto, a importação de máquinas e equipamentos essenciais para a modernização dos terminais portuários seguirá isenta do IPI, do PIS, da Cofins e do Imposto de Importação até dezembro de 2023.

Outro passo importante para o avanço da atividade portuária foi a conclusão da primeira grande desestatização do setor — com a concessão da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) à iniciativa privada. Arrematada pelo fundo de investimentos Shelf 119, da gestora Quadra Capital, a empresa receberá investimentos de pelo menos R\$ 850 milhões ao longo dos 35 anos de concessão (*veja texto em destaque*).

Com a paralisação do processo de concessão do Porto de Santos — interrompido por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) —, o terminal capixaba acabou sendo o negócio mais vultoso celebrado no setor portuário que, desde 2019, contou com 146 contratos de adesão e de aditivos que ajudaram a dinamizar o setor.



A BR do Mar tem entre seus objetivos ampliar a oferta de transporte marítimo entre os portos do país, incentivar a concorrência e criar novas rotas.

Num ano em que se tornou ainda mais importante para o setor acompanhar os impactos sobre os portos brasileiros da logística do transporte marítimo internacional — que registrou aumentos extraordinários de preços ao longo de 2022 — as medidas regulatórias adotadas no país foram acompanhadas passo a passo pelo Comitê. A manutenção do Reporto era essencial para o sucesso do projeto da BR do Mar, aprovado no início de 2022.

O projeto tem por objetivo ampliar e melhorar a qualidade da oferta de transporte marítimo entre os portos do país, incentivar a concorrência, criar novas rotas e reduzir o custo da operação. O Brasil conta com mais de 8 mil quilômetros de costa e mais de 20 mil quilômetros de rios navegáveis. Desde os anos 1960, porém, a lógica do sistema nacional de transportes esteve focada no modal rodoviário — deixando em segundo plano o modal ferroviário e, numa condição menos privilegiada ainda, o aquaviário. Essa realidade, felizmente, tem mudado nos últimos anos ao sabor de mudanças regulatórias que trouxeram benefício para o setor.

Conhecida como Lei dos Portos, a Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, completará dez anos em 2023. Desde sua aprovação, ela vem representando um estímulo importante à ampliação do modal aquaviário na matriz de transportes do país. Os avanços que se seguiram a essa lei ajudaram a tornar mais arejado o ambiente do setor portu-



**+8.000 km
de costa**

no Brasil



**+20.000 km
de rios navegáveis**

no Brasil

O projeto tem por objetivo ampliar e melhorar a qualidade da oferta de transporte marítimo entre os portos do país, incentivar a concorrência, criar novas rotas e reduzir o custo da operação.

ário brasileiro. Entre os avanços mais significativos está a Lei 14.047, de 2020. Conhecida como “Minirreforma do Setor Portuário”, ela dispensou a necessidade de licitação para alguns casos de arrendamento de terminais e armazém. Ela também expandiu os prazos dos contratos de uso temporário e aumentou a segurança jurídica das operações a partir do momento em que deixou expressa a natureza privada dos contratos entre concessionários e terceiros.

Amparada pela lei, a operação dos terminais portuários privados jogou luz sobre uma realidade que, por mais óbvia que sempre tenha sido, nunca havia sido tratada com a devida atenção no país. Estimular o transporte aquaviário é importante, também, para os outros modais. Outro ponto que mereceu atenção do Comitê de Portos em 2022 foi a necessidade de se investir na infraestrutura rodoviária e ferroviária, indispensáveis para a alimentação e para o escoamento dos terminais portuários.

O Comitê recebeu o Presidente da Santos Port Authority SPA, Fernando Henrique Passos Biral, que apresentou os principais aspectos sobre privatização do Porto de Santos, destacando os investimentos previstos na modernização e ampliação da infraestrutura portuária.

Em outra reunião, o Superintendente de Infraestrutura e Movimentação da ANP - Helio da Cunha Bisaggio, apresentou os principais aspectos da Resolução da ANP 881/2022, que estabelece os critérios para uso dos terminais aquaviários autorizados pela ANP para a movimentação de petróleo e derivados, além do gás natural e de biocombustíveis, mediante remuneração ao operador das instalações.

O TCU esteve presente na reunião conjunta dos Comitês de Portos e Ferrovias, quando o Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do TCU, Bruno Martinnello Lima, apresentou a estrutura técnica o modelo de governança na análise dos processos pelo tribunal. Destacou a importância da abertura do diálogo e interlocução com o setor privado, para amplitude do entendimento do TCU. Entre os avanços, reforçou o aprimoramento das regras de governança e o aumento da transparência nos processos.

A privatização da Codesa foi um marco para o setor

A privatização da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA foi, sem dúvida, o maior e mais expressivo negócio que envolveu o setor portuário brasileiro nos últimos anos. Em fevereiro do ano passado, menos de dois meses antes do leilão que transferiu o terminal localizado na capital Vitória para a iniciativa privada, o Comitê debateu os detalhes com o gerente de Desestatização do Setor Portuário do BNDES, Francisco Coser (o resumo da apresentação está na seção *Encontros e Debates*).

Uma das características da CODESA é a diversificação das operações portuárias proporcionadas pelos três portos que integram o sistema — Portos de Vitória, da Barra do Riacho e da Praia Mole — é a possibilidade de expansão oferecida pelo negócio. De acordo com um levantamento do BNDES, mais da metade da área concedida é ainda inexplorada e poderá ser utilizada para novas instalações.



COMITÊ DE AEROPORTOS

Embarque para uma nova era

Com as Concessões de 2022, a gestão do sistema aeroportuário tornou-se majoritariamente privada o poder público deve manter apenas pequenos terminais regionais

Com a expectativa em 2022 em relação a 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias, Juliana Noman - Diretor Presidente e Tiago Pereira - Diretor, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), apresentaram a reestruturação da 7ª rodada de aeroportos na reunião do Comitê. A transferência para concessionárias privadas dos 18 terminais leiloados na 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias – realizado na sede da B3, em São Paulo, no dia 18 de agosto de 2022 – marcará uma mudança relevante na aviação comercial brasileira. Quando o processo estiver concluído, no primeiro semestre de 2023, mais de 90% dos passageiros aeronáuticos do país passarão a ser atendidos por empresas privadas – restando como estatal apenas o aeroporto de Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

Pelo plano traçado no governo passado, o Santos Dumont deveria ser levado a leilão em 2023, juntamente com o aeroporto Tom Jobim Galeão, também no Rio, que será relicitado. Esse foi um dos temas acompanhados mais de perto pelo Comitê de Aeroportos ao longo de 2022. Ronei Glanzmann, Secretário Nacional de Aviação Civil, apresentou no Comitê um quadro evolutivo das rodadas realizadas de concessões de aeroportos federais, destacando os novos players e o volume de investimentos em andamento, o status dos processos de relicitações, a reorganização da malha aérea na pós-pandemia e os próximos desafios do setor.



Há a necessidade de avançar nos processos dos Aeroportos do Galeão, Santos Dumont, Campinas e Natal.

Dany Oliveira, diretor da Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA) apresentou o cenário de retomada do movimento de passageiros depois da paralisação causada pela pandemia da Covid-19. De acordo com a Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA), a demanda por transporte aéreo no país em 2022 superou a média do mercado internacional, indicando uma volta acelerada do país ao número de passageiros transportados antes da pandemia.

O Comitê de Aeroportos identificou um conjunto de desafios que não foram superados em 2022 e que continuarão exigindo atenção em 2023. O primeiro é a implementação das devoluções amigáveis previstas na Lei 13.448/2017. Mesmo amparada em lei que tramitou em 2018 e foi regulamentada pelo Congresso Nacional em 2019, ainda há dificuldades para a aprovação pelo Tribunal de Contas da União (TCU) dos editais de licitação dos aeroportos de Natal (ESGA) e de Campinas (VCP).

Uma preocupação presente nas discussões do Comitê em 2022 e que permanecerá em pauta diz respeito à cobrança do IPTU sobre os aeroportos e outros ativos de infraestrutura concedidos à iniciativa privada. Por se tratar de instalações e terrenos de propriedade da União, os aeroportos eram isentos da cobrança do tributo municipal quando operados pela estatal Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) — e assim deveriam ter permanecido após os leilões que os transferiram para concessionárias privadas. Várias prefeituras, no entanto, resolveram taxá-los com o tributo — criando uma despesa não prevista no edital de licitação. Isso, no limite, compromete o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

Outro ponto observado ao longo do ano diz respeito à própria INFRAERO. Com a concessão dos principais aeroportos brasileiros, a empresa deverá ter seu papel redefinido. O mais provável é que fique limitada à gestão de pequenos aeroportos regionais e à prestação de alguns serviços. Outro desafio na mesma

linha, e que exigirá a atenção do Comitê em 2023, será a elaboração de uma política de longo prazo para a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). O dinheiro deverá ser destinado, entre outras prioridades, a um programa de investimentos em aeroportos regionais, que considere a vocação de cada terminal e região, por meio de um plano de aviação regional que estimule o desenvolvimento do transporte aéreo em localidades com atendimento precário.

O poder de Congonhas

O bloco que mais atraiu atenção na 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias, concluída no dia 18 de agosto de 2022, foi liderado pelo Aeroporto de Congonhas, na capital de São Paulo. Segundo mais movimentado do país, atrás apenas do aeroporto de Guarulhos, também em São Paulo, Congonhas recebeu mais de 22 milhões de passageiros em 2019 — ano anterior à pandemia da Covid-19. Naquele momento, ele chegou a operar até 592 voos diários.

Líder do bloco arrematado, Congonhas passará a receber investimentos vultosos já no primeiro semestre de 2023, quando a nova concessionária assumirá a operação. O valor previsto apenas para atender às exigências de modernização previstas em contrato é de R\$ 2,1 bilhões — mas o valor deverá substancialmente superior a esse.



Demanda por transporte aéreo no país

superou a média do mercado internacional em 2022

COMITÊ DE MOBILIDADE URBANA

Desafio logístico e ambiental para melhorar a qualidade de vida das pessoas

A mobilidade urbana, que se refere à locomoção das pessoas entre os espaços para atender suas necessidades, é uma atividade essencial para a sociedade

Um dos grandes desafios do nosso tempo é que a urbanização e o aumento da concentração de pessoas sem o devido planejamento, inviabilizaram a mobilidade urbana adequada, piorando a qualidade de vida das pessoas, não só pelo tempo gasto nos deslocamentos como também pelos efeitos ambientais adversos decorrentes dos congestionamentos de carros, ônibus e caminhões movidos a combustíveis fósseis, etc.

Visando a aprimorar a oferta de transporte público nas unidades regionais e a organização da prestação dos serviços de transporte público, evitando-se, ainda, a aparente sobreposição de competências dos entes federativos que

A criação das Autoridades Metropolitanas de Transporte (AMT) trará vantagens como o planejamento e a gestão integrada de longo prazo.



as integram, torna-se importante a criação de uma entidade que coordene, regule e fiscalize de maneira centralizada a gestão associada da prestação de serviços de mobilidade urbana.

Nesse contexto, no âmbito do Comitê, a ABDIB contratou junto a KPMG o *Estudo de Autoridades Metropolitanas de Transporte (AMT)*, apontando as vantagens da criação dessas instituições. Elas atuarão no planejamento e na gestão integrada e de longo prazo. Também terão papel de destaque na verificação de impacto de cada novo projeto, na transparência na tomada de decisão, na racionalidade, na aplicação de recursos e desvinculação política das decisões. Também buscarão comparações com experiências internacionais bem sucedidas.

A versão preliminar desse trabalho foi apresentada pela KPMG junto ao Conselho de Transportes, Logística e Urbanismo do Estado de São Paulo.

COMITÊ DE INDÚSTRIA

A necessidade de políticas para a reindustrialização

O comitê aprovou um documento com sugestões a serem incorporadas na Agenda de Propostas entregue aos candidatos à presidência da República

Diante da frequente queda da participação da indústria de transformação no PIB e da corrida global por investimentos em inovação e desenvolvimento tecnológico, o Comitê de Indústria realizou reuniões para avaliar a competitividade e a produtividade da estrutura brasileira, para indicar caminhos para a recuperação do setor no país.

Aos debates, foram incorporados, além dos efeitos da Covid-19, fatores decorrentes da guerra Rússia-Ucrânia, que alteraram as estruturas produtivas e agravaram a crise de alimentos, a inflação e a atividade econômica em todo o mundo.

O Comitê reuniu especialistas para discutir os impactos deste novo cenário mundial no País e as oportunidades que disto podem surgir. A reorganização das cadeias globais de suprimentos vai trazer oportunidades para a indústria no Brasil, que surgirão na esteira da desglobalização regional e se reposicionar neste movimento, tendo como focos a transição energética rumo a uma economia mais verde e inovações da indústria 4.0 e tecnologia 5G.

O professor Leonardo Burlamaqui, pesquisador do Levy Economics Institute – Bard College, de Nova York, apresentou o tema China a Fábrica do Mundo, no Comitê que trata das políticas públicas para evolução da indústria Chinesa. Na mesma reunião, o assessor da



É preciso definir políticas públicas horizontais e verticais no sentido da reindustrialização e da inserção competitiva.

Abimaq, Mario Bernardini, focou no impacto da redução do Imposto de Importação sobre a indústria de máquinas. O professor Ronaldo Carmona, da Escola Superior de Guerra (ESG), discorreu sobre os efeitos da guerra Rússia-Ucrânia. O economista Renato Fonseca, Superintendente de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou uma agenda de propostas visando a reindustrialização do País.

Também foram apresentadas e discutidas as oportunidades para o Brasil em relação à transição energética em direção à economia de baixo carbono. É importante destacar que a reindustrialização é um processo que se insere na estratégia de desenvolvimento a ser definida e se articula com a recuperação da infraestrutura no país.

O comitê aprovou o documento *Trajatória Recente da Indústria: Diagnóstico e Agenda para a Reindustrialização*, que teve suas sugestões incorporadas ao documento Agenda de Propostas para a Infraestrutura 2022.



COMITÊ DE PETRÓLEO E GÁS

Um poço de soluções

Com custos de exploração em queda num cenário cada vez mais competitivo, o setor se mantém atrativo e pode gerar 570 mil empregos por ano

Caracterizado por investimentos vultosos e por recursos capazes de estimular a atividade econômica, o setor de petróleo e gás natural tem correlação direta com o desenvolvimento do país. De acordo com o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), além de responder por 46% da oferta interna de energia, o segmento exerce forte influência sobre os investimentos e a criação de empregos. Só em exploração e produção (E&P) projeta-se para o período de 2023 a 2030 inversões de US\$ 175 bilhões, com a geração de 570 mil postos de trabalho diretos e indiretos a cada ano.

A influência do setor sobre outros segmentos e atividades econômicas é notável. Ela inclui a cadeia fornecedora de bens e serviços, passa pelas áreas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), estimula o comércio internacional — e ainda demonstra grande capacidade de arrecadação para a União, os Estados e os Municípios. Nos últimos onze anos, de acordo com

Nos últimos onze anos, de acordo com a ANP, o setor pagou R\$ 2,1 trilhões de tributos, ICMS, royalties, participações especiais e bônus de assinatura.

a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP, o setor pagou R\$ 2,1 trilhões de tributos, ICMS, royalties, participações especiais e bônus de assinatura.

A importância do setor tem crescido nos últimos anos diante do cenário de transição energética, das mudanças legais e regulatórias e do processo de desconcentração do setor e de desverticalização da Petrobrás em curso.

A soma do cenário de transição energética com o acirramento do cenário de competição na exploração e produção de petróleo e gás natural, que se ampliou nos últimos anos, a despeito da instabilidade do preço do barril, impõe ao Brasil trabalhar seus atributos de atratividade. Nessa competição, o Brasil reúne condições únicas para atração de investimentos pela sua potencialidade geológica, sobretudo offshore, com expressivo destaque para o Pré-Sal.

Nesse sentido, é absolutamente fundamental o aumento da competição no setor com a participação da iniciativa privada. A crise sem precedentes que se abateu sobre a Petrobrás, a empurrou para uma série de decisões acertadas que tem beneficiado o país e a própria empresa, com destaque para um plano de desinvestimento que, possivelmente, represente uma transformação da indústria brasileira de óleo e gás comparável à flexibilização do monopólio estatal ocorrida em 1997.

O desinvestimento da Petrobrás tem alterado de forma considerável a estrutura de mercado do setor, promovendo a competição e geração de novos investimentos em vários de seus segmentos.

No gás natural, temos os exemplos das vendas para a iniciativa privada da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e da Transportadora Associada de Gás (TAG), que continuarão a oferecer a plena capacidade de transporte de seus gasodutos a preços de mercado. Além disso, já mapeiam novas rotas e pretendem



2023 a 2030

Inversões de US\$ 175 bilhões, com a geração de 570 mil postos de trabalho diretos e indiretos a cada ano

construir novos ramais estratégicos. Somente com investimentos em terra para escoamento offshore, estão previstos R\$ 17 bilhões.

Adicionalmente, com o novo marco regulatório do gás natural, a estimativa é de investimentos da ordem de R\$ 60 bilhões, com a consequente previsão de redução de preço deste energético. Destaca-se, também, a revitalização dos campos maduros em terra e no mar adquiridos por empresas especializadas, que trará substantivos investimentos que transformarão a economia regional.

Esse dinamismo, entretanto, tem demorado a chegar no segmento de refino. A permanência da Petrobrás como agente dominante desestimula investimentos e preserva a concentração. Se não avançarmos neste sentido e caso a economia volte a crescer, haverá necessidade de maiores importações, pressionando ainda mais o balanço de pagamentos e ameaçando o abastecimento de derivados no país.

O País precisará investir na logística de gasodutos, para transporte de gás e etanol, razão pela qual o Comitê convidou para uma reunião de trabalho Leandro Almeida, executivo da empresa Logum Logística, especializada na construção e operação deste modal. Na oportunidade, Almeida apresentou o plano de expansão da malha de gasodutos no transporte de etanol, mostrando que ampliação na utilização de dutos para o transporte de combustíveis, trará ganhos para o meio ambiente e maior racionalidade e eficiência na matriz de transportes, além de facilitar a fiscalização quanto à qualidade do combustível.

COMITÊ DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

Água limpa e coleta e tratamento de esgoto para todos

Até 2033, de acordo com o Marco do Saneamento, 99% da população brasileira deverão ter acesso à água potável e 90% ao tratamento do esgoto

O Novo Marco do Saneamento Básico Lei 14.026/20 estabeleceu as principais metas para universalizar a prestação dos serviços no setor e garantir que, até 2033, 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% à coleta e tratamento de esgoto e criou, entre outras medidas, melhores condições para atrair investimentos privados.

Entre as inovações introduzidas pelo Novo Marco destaca-se a criação de entidades estruturantes para a prestação dos serviços na forma regionalizada – o que permite a geração de ganhos de escala. Também foi estabelecido um novo papel para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que editará as normas de referência que deverão ser seguidas pelas mais de 80 agências reguladoras infranacionais e terá papel crucial para o alcance dos objetivos de universalização.

Como resultado, a participação do setor privado no atendimento à população passou de 8% em 2019 para 22% em 2021 e nos investimentos, saiu de 12,5% para 20,6% no mesmo período. Em 2022, foram realizados com êxito leilões de concessão da PPP de esgotamento sanitário no Ceará e de privatização da Corsan no Rio Grande do Sul. Ao todo, foram realizados 22 leilões desde que o Marco começou a vigorar. Os investimentos somam R\$ 55 bilhões e devem beneficiar 30 milhões de pessoas.



A definição de modelos regulatórios adequados deverá trazer segurança jurídica e estimular investimentos.



A definição de modelos regulatórios adequados trará segurança jurídica e estimulará mais investimentos no setor. Para acompanhar os novos processos, o Comitê teve a oportunidade de contar, por duas ocasiões, com a presença de Verônica Sánchez da Cruz Rios. Na primeira, ainda na qualidade de Secretária de Fomento e Parcerias com o Setor Privado do Ministério do Desenvolvimento Regional, ela apresentou o Novo Marco Hídrico, constante do PL 4546/2022, que dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos no País, com regras mais modernas para otimizar o uso da água e ampliar a capacidade de acesso pela população.

Na mesma oportunidade, a Secretária apresentou detalhes do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, que foi criado a partir da reestruturação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e tem como objetivos viabilizar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessões e PPPs da União, dos estados e dos municípios em saneamento, iluminação pública, mobilidade urbana e gestão de resíduos sólidos.

Na segunda ocasião, Verônica Sanchez da Cruz Rios, já como Diretora Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), destacou os trabalhos da agência na elaboração das normas de referência e o cronograma de divulgação das normas. Ao final da reunião ficou acordado a formulação de uma agenda de reuniões entre a ANA e as entidades do setor.

Além disso, o Comitê ouviu do diretor-executivo da Abcon, Percy Soares Neto, que afirmou que os processos de regionalização precisam ser estruturados para que municípios de pequenos portes não fiquem desassistidos. Segundo ele, é papel dos Estados articular com os prefeitos e contribuir para a estruturação dos blocos regionais.

COMITÊ DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A hora de acabar como os lixões

É necessário avançar na discussão em torno da criação de uma tarifa ou de algum outro mecanismo legal que assegure a remuneração das concessionárias da área

A coleta de resíduos sólidos urbanos no Brasil cresceu 24% na última década, chegando à casa dos 72,7 milhões de toneladas ao ano. No entanto, dessa montanha de lixo, somente 60% teve a destinação final adequada, e os 40% seguiram para os nocivos lixões e outros pontos irregulares de descarte de materiais inservíveis

Com cerca de 2,7 mil lixões a céu aberto e com quase 10% do lixo produzido sendo despejado diretamente na natureza, o Brasil precisa vencer desafios para o descarte adequado dos resíduos sólidos. Isso deve partir do recolhimento do lixo de residências e empresas e do envio a aterros sanitários ou estações de incineração, no caso de resíduos hospitalares e outros com alto poder de contaminação. De incluir, também, a reciclagem avançada e a transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes ou energia.

A coleta de resíduos sólidos urbanos cresceu 24% nos últimos dez anos e chegou à casa dos 72,7 milhões de toneladas.



Esse ponto remete para a necessidade de se avançar na discussão junto às prefeituras em torno da criação da taxa de lixo, já prevista em lei, que dê às prestadoras de serviços da área de resíduos sólidos, a exemplo do que acontece com outras modalidades de prestação de serviços públicos, a garantia da remuneração.

Dentre as iniciativas positivas em curso para lidar com estes problemas, destaca-se:

- 1. Edição, em janeiro de 2022, do Decreto 10.936/22, que, regulamentando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), criou o [Plano Nacional de Resíduos Sólidos \(Planares\)](#), o Programa Nacional de Logística Reversa, o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), dentre outros;
- 2. Edição, em maio de 2022, do Decreto 11.044/22, que instituiu o Certificado de Crédito de Reciclagem (RECICLA +), no âmbito dos sistemas de logística reversa;
- 3. Lançamento do Programa Nacional de Redução de Metano de Resíduos Orgânicos – Metano Zero, em linha com os compromissos assumidos pelo país na COP26.

Em que pesem os avanços regulatórios, o Comitê realizou diversas reuniões de trabalho focadas em questões ainda a ser enfrentadas no setor, com destaque para:

- 1. Preocupação com a iniciativa da ABNT em formular regulamentação para centrais de tratamento de resíduos com multi tecnologias, que estão denominando de eco parque, sem consulta técnica as entidades setoriais. Dessa forma o comitê irá protocolar manifestação junto a ANA, reforçando que a agencia é a entidade responsável por essa regulamentação;

- 2. Preocupação em relação a judicialização, por diversos municípios, para que sejam impedidos de receber resíduos de outros municípios. O comitê entende que isso é contrário ao Novo Marco setorial e por isso há a necessidade de maior atuação da ANA;
- 3. Atualização do trabalho de acompanhamento que tem como objetivo o fechamento de lixões. Desde o trabalho iniciado em janeiro de 2019 já foram fechados cerca de 809 lixões. O MDR tem feito um trabalho forte junto as Prefeituras. Passo seguinte deve ser remediar os lixões que estão sendo fechados;
- 4. Necessidade de acompanhar as discussões em torno do PL 2148/2015, que estabelece redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono. O PL prevê a redução das alíquotas de tributos sobre a receita de venda dos produtos elaborados com redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Mas a questões a serem superadas nas discussões em torno de substitutivo apresentado, como o não reconhecimento do mercado voluntário do crédito de carbono, etc.;
- 5. O Comitê também fez análise sobre a utilização do instituto do fideicomisso na gestão integrada de resíduos sólidos, visando garantir a estabilidade econômico-financeira das atividades.

Na reunião do comitê foi apresentado o Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana – ISLU 2022, publicação anual com cooperação técnica entre o Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana (SELURB) e a PricewaterhouseCoopers (PwC). O Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU) é uma ferramenta estatística que tem como principal objetivo mensurar o grau de aderência dos municípios brasileiros às diretrizes e metas da Lei Federal nº 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

COMITÊ DE INFRAESTRUTURA SOCIAL

Saúde, educação, segurança, habitação, florestas e recreação

A Infraestrutura Social é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, com elevado potencial de investimentos e de crescimento da quantidade de projetos

Uma iniciativa significativa da ABDIB em 2022 se deu com a instalação, no mês de agosto, do Comitê de Infraestrutura Social — ou, Comitê Infrasocial, como é chamado desde a criação. O Comitê, que é coordenado pelo Ramon A. Pimenta Ferreira, da (Accenture), com subordenação do Pedro Bruno Barros de Souza, Superintendente de Parcerias e Infraestrutura Social e Serviços Ambientais, do BNDES, abrange setores que proporcionam bem-estar e condições básicas para a melhoria da qualidade de vida da população. São os casos da saúde, educação, habitação, florestas, recreação, segurança pública e de cemitérios.

Uma das principais razões para a criação do Comitê foi a necessidade de abertura de um canal para avaliar e propor soluções destinadas à consolidação e ao crescimento do modelo de Parcerias Público Privadas (PPPs) para hospitais, escolas, creches, parques naturais e urbanos, penitenciárias e outros equipamentos públicos. Ele se propõe, também, a trabalhar pelo aprimoramento e pelo aprofundamen-

to do processo de estruturação desse tipo de parceria no sentido de reduzir gargalos ainda existentes, sobretudo, no que diz respeito ao escopo operacional e aos aspectos de natureza econômico-financeira e jurídico-regulatória.

O foco do Infrasocial, no primeiro momento, está concentrado nas áreas de saúde, educação, recreação e segurança pública. A escolha dessas prioridades se justifica, especialmente, pela quantidade expressiva de oportunidades que essas áreas oferecem no curto prazo e pela grande capilaridade desses projetos pelos estados e municípios de todo o país. Outras áreas deverão ser incorporadas no futuro.

Outro ponto de atenção é a necessidade de se trabalhar para que os projetos sejam replicáveis e mais bem estruturados — o que contribuiria para a consolidação das possibilidades de serviços abrangidos em cada um desses setores. Há, ainda, uma série de alterações legislativas que, se receberem o devido apoio do setor, podem potencializar a estruturação e a execução desse tipo de iniciativa, que comprovadamente eleva o nível dos serviços prestados à sociedade.

Nesse cenário, a qualidade da estruturação dos projetos, a modernização da regulação e o aperfeiçoamento dos modelos de garantias utilizados nos contratos estão entre as principais preocupações do Comitê. Por esse motivo, as reuniões realizadas ao longo de 2022 foram dedicadas à discussão de experiências bem-sucedidas em andamento no país e à busca de aprimoramentos e de inovações capazes de contribuir para a evolução de novas PPPs.

Uma quantidade expressiva de projetos e oportunidades deverá ser oferecida a partir de 2023, com a abertura de processos de concessão por todo país.



Foco do Infrasocial

Áreas de saúde,
educação, recreação e
segurança pública

A reunião de instalação do comitê contou com a participação de Ricardo da Costa Vieira da Silva, economista do BID, que apresentou a atuação do banco na América Latina e destacou seu papel na InfraSocial.

Em setembro, Pedro Bruno, do BNDES, apresentou a carteira de projetos em estruturação pelo banco, destacando os projetos em educação, saúde, segurança e ativos ambientais. Em parques, por exemplo, em dois anos, são 49 projetos estruturados, com 4 leilões realizados, 11 projetos em consulta pública e 1 contrato assinado. Nesta reunião, a diretora da Secretária de Saúde da Bahia - Priscilla Magalhaes, apresentou a experiência e desafios nos 10 anos do Estado, na gestão de PPP's de saúde na Bahia.

Dando continuidade na apresentação de cases o comitê recebeu o CEO da Opy Health, Otávio Silveira, o presidente da Urbia Parques, Roberto Capobianco e Victor Pereira, Diretor Administrativo Financeiro, que apresentaram respectivamente, a experiência e os desafios na operação de projetos de saúde e parques. Na visão da Urbia, existe um mercado de grande potencial, mas com desafios, como por exemplo melhorar a estrutura de financiamento para os projetos de saúde e parques. Segundo eles a possibilidade de enquadramento dos projetos nas debentures incentivadas poderá melhorar a estrutura de financiamento. Outra questão que precisa também ser melhor desenvolvida é a divulgação dos benefícios aos usuários do gerenciamento dos projetos de saúde e parques, apresentando as boas práticas e melhoria na prestação dos serviços.

O diretor do Instituto Semeia, Fernando Pieroni, apresentou a estrutura, principais funções e trabalhos em desenvolvimento pelo Instituto. Destacou o crescente mercado de concessão de parques, e as iniciativas em estudo pelo BNDES. Já o diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Paulo Henrique Marostegan, apresentou as principais atribuições do órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e as oportunidades das concessões florestais.

Números expressivos

O momento é especialmente importante, em razão da grande quantidade de projetos e oportunidades que deverão ser oferecidas a partir de 2023.

Os números são expressivos. A título de exemplo, o setor mais maduro, o de saúde, conta com 23 projetos de PPPs, em operação ou em fase de estudo, em todo o país. Esse número deverá dobrar em 2023. Em 2019, o Brasil era considerado o 7º maior mercado de saúde no mundo, com investimentos da ordem de 9% do PIB nacional. Entre os novos projetos se destacam a concessão do Complexo Hospitalar de Santa Catarina e o Programa de Projetos de Atenção Primária à Saúde nos municípios de Aracaju (SE), Jaboatão dos Guararapes (PE) e Recife (PE).



**PLANOS DE AÇÃO DOS
COMITÊS PARA 2023**



Desestatização

— **Coordenador:**
Luiz Cláudio S. Campos (EY)

— **Coordenador adjunto:**
Rodrigo Barata (Madrona)

Objetivos

Fomentar a agenda de projetos de desestatização (concessões, PPPs e venda de ativos), inclusive no âmbito subnacional, oferecendo apoio para estruturação de novos projetos, financiamento e relacionamento com as áreas técnicas dos órgãos de controle.

Plano de ação

- Cenário e perspectivas das desestatizações no novo ciclo de governo (2023/2026);
- Apresentação do programa de concessão estadual (p.ex. SP, MG, RS, MS, BA, PA e PE);
- Apresentação do programa de concessão estadual (p.ex. SP, MG, RS, MS, BA, PA e PE);
- Novo Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável – FDIRS;
- Relicitação e prorrogação antecipada de contratos de parcerias;
- A segunda metade das administrações municipais (2023/2024) e desfecho de projetos (ativos ambientais, *Sart Cities* etc.);
- Financiamento de infraestrutura com títulos temáticos (*Green Bonds*, *Blue Bonds*, SLL e outros instrumentos);
- Projetos de infraestrutura social (p. ex.: escolas, hospitais e presídios);
- Avaliação sobre a consistências das modelagens realizados nos últimos anos; e
- Regulação e controle da execução de contratos – panorama e análise.



Financiamento, Riscos e Garantias

— **Coordenador:**
Venilton Tadini (ABDIB)

— **Coordenador adjunto:**
André Dabus (Marsh)



Objetivos

Avaliar as fontes de recursos para projetos de infraestrutura, identificar limitações para seus usos, riscos e sugerir estruturas de seguros e garantias (projetos/financiamento) para mitigar os riscos de operação e a bancabilidade. O comitê tem como principais pilares de sua atuação: I) implementação do *project finance non recourse*, utilizando a experiência internacional; II) ampliar a atratividade de financiamento interno e externo para investimentos em infraestrutura (equity) e acompanhar as mudanças na legislação enfatizando a importância do mercado de capitais; III) buscar alternativas para mitigação de riscos não gerenciáveis (riscos políticos, crédito, demanda e variação cambial) e avaliar instrumentos contratuais e extracontratuais (públicos e privados) que possam amenizar as consequências financeiras, econômicas e sociais da materialização destes riscos; IV) Colaborar com entes públicos na implementação das mudanças previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/21, em específico, no capítulo que trata da ampliação das garantias para obras e serviços de engenharia.



Plano de ação Financiamento

- Atuar juntos às instituições oficiais de crédito (BNDES, CEF, BB, BASA, BNB, dentre outras) para definir modalidades e condições de aplicação de recursos para a infraestrutura.
- Atuar junto ao mercado de capitais estabelecendo parceria com as entidades representativas desse mercado como Anbima e B3 para fomento do setor.
- Atuar juntos aos investidores institucionais para ampliação de funding para projetos de infraestrutura. Exemplo: utilização de debêntures de infraestrutura tratadas no PL 2.646/2020 e também desenvolver operações com Green Bonds e mercado de carbono.
- Promover a articulação com instituições multilaterais (BID, BIRD, NDB e CAF) para o apoio aos investimentos no setor.
- Cooperar para o estabelecimento de critérios e parâmetros para projetos adequados para o fomento da financiabilidade do setor em linha com os pilares ESG (governança corporativa, ambiental e social) e mercado de carbono.
- Atuar para desenvolver seguros contra riscos não gerenciáveis, dentre eles os riscos de variação cambial para captação de recursos externos, riscos políticos, de demanda e de crédito, em sintonia com o Instituto de Inovação de Seguros e Garantias da FGV (IIRS) do qual a ABDIB é membro do Conselho Consultivo.



Plano de ação

Riscos

- Analisar e propor mecanismos contratuais e extracontratuais que possam ser aplicados em projetos de infraestrutura para mitigação dos riscos que possam dificultar a atração de investimentos, dentre os quais destacamos: políticos, crédito, demanda, variação cambial, entre outros.
- Em ação conjunta com o Comitê Engenharia, discutir com mercado segurador melhores práticas para adoção do BIM ou outras ferramentas tecnológicas para gestão e administração contratual, bem como da implementação dos temas voltados a matriz de riscos e ampliação das garantias previstas na Lei 14.133/21 Licitações e Contratos Administrativos.
- Contribuir na divulgação das vantagens na implementação do conceito de ESG como mecanismos de redução e otimização de riscos e seguros.

- Colaborar com o Governo Federal na implementação dos mecanismos Públicos para mitigar riscos não gerenciáveis que não são seguráveis pelo mercado segurador privado.

Plano de ação

Garantias

- Implementação *project finance non recourse ou limited recourse*: intensificar os debates com bancos de desenvolvimento e agências multilaterais sobre estruturas de seguros e garantias que podem ser utilizadas como alternativa às fianças bancárias pré-completion.
- Desenvolver canais de comunicação com agências reguladoras com o objetivo de melhorar a relação com mercado segurador, focando na eficiência da execução do seguro garantia.

Legal e Tributário

Coordenadores:

Lauro Celidônio Neto (Mattos Filho Advogados) e Marcio Alabarce (CCR)

Objetivos

Dar suporte jurídico às iniciativas de desenvolvimento de negócios da ABDIB, bem como aos demais comitês da entidade, em temas coletivos que digam respeito a atividades estratégicas relacionadas à infraestrutura. São três linhas de atuação. A primeira, prospectiva, visa o desenvolvimento de nova legislação, regulamentos e normas que impactem o setor. A segunda, reativa, visa solucionar problemas concretos enfrentados pelo conjunto de empresas associadas em suas atividades. A terceira, de debate e aprofundamento das discussões acerca de questões legais e tributárias que estejam relacionadas à infraestrutura. O comitê também analisa e orienta a diretoria e associados da ABDIB sobre o ingresso da entidade como *amicus curiae* e outras medidas judiciais em temas de interesse coletivo da entidade.

Plano de ação

- Acompanhamento dos projetos de lei de interesse dos associados.
- Acompanhamento de novas modelagens, editais de concessão e privatização
- Acompanhamento de discussões judiciais relevantes acerca de temas ligados à infraestrutura.
- Monitoramento e posicionamento acerca dos temas tributários relevantes perante o Congresso Nacional, Ministério da Economia, Receita Federal do Brasil autoridades fazendárias estaduais e municipais: reforma tributária (PECs e projetos de lei), reforma do Imposto de Renda, reforma do Pis, Cofins e demais impostos indiretos, tributação de dividendos, debêntures de infraestrutura, entre outros.
- Manter monitoramento sobre as discussões jurídicas acerca da incidência de IPTU em imóveis em concessão e adotar ações complementares às demais entidades setoriais.
- Estudar a legislação europeia sobre banimento de carbono e consequência para exportadores brasileiros e reflexos da COP26 sobre créditos de carbono.
- Dar suporte legal acerca das conclusões referentes à evolução dos preços dos principais insumos de obras rodoviárias e alternativas de reequilíbrio.



- Avaliação e propositura de mecanismos que promovam o aperfeiçoamento e efetivação da legislação acerca da relicitação dos projetos de concessão, e adoção dos mesmos por Estados e Municípios, bem como acompanhamento de iniciativas similares dos órgãos de controle, tais como a eventual criação da “Secretaria de Administração Pública Consensual” por parte do TCU.
- Avaliação e propositura de mecanismos que promovam o aperfeiçoamento dos mecanismos de solução consensual de conflitos no âmbito dos projetos de infraestrutura.
- Apoio à retomada das discussões acerca da revisão da Lei de Concessões e PPPs.
- Aperfeiçoamento das regras sobre a utilização de precatórios para pagamento de outorgas, e implementação por Estados e Municípios.
- Acompanhamento da efetiva implementação, pela União, Estados e Municípios, da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), que entrará em vigor em 01/04/2023.
- Acompanhamento dos processos de relicitação em curso.
- Estudo e acompanhamento das normas de referência da Agência Nacional de Águas (“ANA”).
- Acompanhamento e suporte perante agências reguladoras em processos administrativos relacionados a temas de interesse dos associados, com a propositura de linhas de ações e participação ativa em audiências e consultas públicas.
- Organização de reuniões periódicas com entidades atuantes na estruturação de projetos de infraestrutura, como BNDES e IFC.



Sustentabilidade

— **Coordenadora:**
Marilene Ramos (Águas do Brasil)

— **Coordenadora adjunta:**
Cosette Xavier (Natturis)



Objetivos

Fomentar o engajamento das empresas do setor de infraestrutura no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil nos Acordos Internacionais como de Paris e na implementação da Agenda ESG (governança corporativa, ambiental e social) buscando as melhores práticas ambientais, sociais e de governança.

Identificar, avaliar e apoiar o setor na busca de soluções dos problemas identificados no âmbito do licenciamento ambiental, nos diversos níveis federativos, que causam insegurança jurídica e conflitos judiciais devido a dubiedade ou ausência de legislação específica para a temática tratada, ausência de dados ambientais e de cooperação entre os órgãos competentes para a padronização e disponibilização dos mesmos, ausência cooperação e padronização de procedimento entre os órgãos intervenientes e órgãos licenciadores gerando compensações sem nexos causal com os impactos ambientais causados pela atividade licenciada.

Atuar para prevenir ou reverter a judicialização das disputas ambientais, trazendo as discussões para âmbito técnico proporcionado pela instância de mediação de conflitos.

Contribuir com as consultas públicas referentes aos editais de concessões e de consulta públicas de normas, procedimentos e projetos de leis nas temáticas socioambientais.





Plano de ação

- Promover a discussão sobre as melhores práticas ESG e o papel do setor de infraestrutura nas políticas relacionadas às mudanças climáticas e propor encaminhamentos.
- Estabelecer parcerias com os comitês setoriais e entidades atuantes na área de mudanças climáticas e economia do baixo carbono na avaliação das potencialidades e principais tecnologias voltadas para a sustentabilidade ambiental do setor de infraestrutura.
- Acompanhar e participar na discussão da política ambiental no nível federal e estadual, bem como dos projetos de lei e das normas infralegais relacionados ao licenciamento ambiental e à gestão ambiental de forma que contemplem as especificidades do setor de infraestrutura.
- Discutir os principais avanços e potenciais entraves para o setor de infraestrutura no Brasil na agenda do clima, inclusive na discussão sobre mercado de carbono.
- Promover a discussão da agenda ESG (governança corporativa, social e ambiental) das empresas do setor de infraestrutura.
- Acompanhar a discussão sobre Política de Responsabilidade Socioambiental nas Instituições Financeiras naquilo que afeta o financiamento ao setor de infraestrutura.
- Contribuir com os demais comitês da AB-DIB na análise dos termos de referência nas audiências e consultas públicas para as concessões e PPPs de infraestrutura.
- Estabelecer parcerias com instituições governamentais e não governamentais para buscar soluções técnicas e jurídicas no âmbito da mediação ambiental e na agenda ESG e de mudanças climáticas.



Inovação

— **Coordenador:**
Mauricio Endo (Aegea)

Objetivos

Desenhar e implementar um ecossistema de inovação aberta para a infraestrutura na ABDIB (Hub Infratech ABDIB) para acelerar a transformação dos projetos e serviços de infraestrutura com a aplicação de novas tecnologias disruptivas (data & analytics, inteligência artificial, blockchain, internet das coisas, robotização etc.) objetivando aumentar significativamente a eficiência e a sustentabilidade no projeto, na construção, no financiamento, na operação e na manutenção dos ativos e assim reduzir o déficit nacional de infraestrutura e aumentar a qualidade, segurança e a sustentabilidade dos serviços provenientes desses ativos.

Plano de ação

- Realizar uma competição para selecionar as 5 melhores startups de Infraestrutura no Brasil durante o primeiro semestre (Prêmio Infratech ABDIB 2023).
- Iniciar a operação do Hub com reuniões de apresentação das startups com os Comitês Setoriais e Funcionais durante o primeiro mês de operação.
- Promover e incentivar a interação das empresas associadas com as startups para discutir e desenvolver soluções inovadoras e disruptivas para aumentar a eficiência, a segurança e a qualidade da infraestrutura nas etapas de projeto, construção, financiamento, operação e manutenção.
- Criar um Programa Executivo de Capacitação em Inovação trimestral na ABDIB.
- Organizar o ABDIB Infratech Day 2023 durante o segundo semestre.
- Elaborar proposições de melhoria na regulação existente para acelerar a utilização de soluções inovadoras na implantação, financiamento, operação e manutenção da ativos de infraestrutura.



Relações Internacionais

— **Coordenador:**
Daniel Godinho (WEG)

Objetivos

Avaliar e propor recomendações e ações sobre temas ligados ao comércio exterior e à inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.

Plano de ação

- Acompanhar e discutir temas que impactam a competitividade do comércio exterior e a inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.
- Discutir estratégias e ações para sanar os entraves e reestruturar os mecanismos de crédito à exportação para a infraestrutura e indústria de base.
- Discutir acordos comerciais, especialmente nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras governamentais.
- Acompanhar foros internacionais relevantes para a infraestrutura e indústria de base, tais como BRICS, Organização Mundial do Comércio (OMC), Mercosul e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros.



Engenharia

— Coordenador:

José Carlos Valsecchi (Arcadis Logos)

— Coordenador adjunto:

Mauro Viegas Neto (Concremat)



Objetivos

Priorizar e disseminar informações relevantes sobre as melhores práticas de engenharia, tendências, modelos de planejamento e contratação de obras e engenharia. Através do compartilhamento da experiência e conhecimento de agentes relevantes do segmento de engenharia consultiva, e de forma imparcial e institucional, proporcionar compartilhamento de conhecimento, melhores práticas, lições aprendidas e modelos de gestão e engenharia de projetos, buscando promover o debate, melhor conhecimento e integração dos serviços com os diversos setores da indústria e com os demais comitês matriciais da ABDIB.



Plano de ação

- Promover aproximação de entidades cor-irmãs do setor de engenharia consultiva, tais como ABCE, FIDIC e Sinaenco, trocando informações, experiências e conhecimento de forma a promover uma atuação mais sinérgica e integrada;
- Discutir as novas tendências do mercado de engenharia, notadamente as relativas a sustentabilidade, inovação e automação;
- Realizar um workshop no primeiro semestre sobre ESG aplicado a engenharia;
- Realizar dois workshops no segundo semestre um sobre inovação e automação e outro sobre Transição Energética;
- Ampliar o networking entre stakeholders dos diversos setores correlacionados a engenharia.



Estratégico do setor Elétrico

— **Coordenador:**
Luiz Otávio Assis Henrique (EDP)

— **Coordenador adjunto:**
Luiz Felipe Falcone (EDP)



Objetivos

Para 2023 o comitê propõe a continuidade das discussões da agenda regulatória do setor elétrico, análise do impacto e propostas de melhorias, promovendo as adequações necessárias e atuando com a administração pública, instituições e agentes setoriais.



Plano de ação

- Propor, atuar e participar, com autoridades do setor, das discussões sobre as novas fontes de energia (matriz de energia em transformação).
- Acompanhar e propor sobre questões abordadas no Plano Nacional de Energia (PNE 2050), dando continuidade às discussões sobre o futuro do setor de energia.
- Aprofundar, propor e estruturar os critérios de sustentabilidade nas operações do setor elétrico, integrado à cadeia produtiva (ESG e investimento sustentável no setor elétrico).
- Acompanhar e propor as condições para implantação de redes inteligentes de energia no Brasil.
- Acompanhar e atuar nos temas da agenda regulatória que possuam efeitos sistêmicos e estruturantes, com destaque para reavaliação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), prorrogação das concessões e medidas de segurança e monitoramento do mercado.
- Acompanhar e propor ações que mantenham as regras gerais de equilíbrio dos contratos de concessão, dando continuidade às discussões relacionadas aos eventos extraordinários, como a pandemia da Covid-19.
- Atuar em prol da modernização do setor elétrico nos processos regulatórios e legislativos, notadamente o PL 414/2021 e agenda infra legal necessária para a regulamentação.
- Atuar para o estabelecimento das condições regulatórias para a transição sustentável e garantia das condições de equilíbrio e agilidade para a abertura do mercado de energia elétrica, com o tratamento das questões estruturantes (ex. sobre-contratação, supridor de última instância, separação entre fio e energia, tarifa binômia).
- Contribuir com a agenda prioritária a ser estabelecida pela administração pública e regulador, em prol da segurança jurídica e medidas de desenvolvimento produtivo e competitivo do setor.
- Atuar para a redução dos subsídios setoriais, com prazos, transição e alocação de custos adequados à cadeia do setor e ao consumidor, com discussões sobre geração distribuída previstas na regulação e no Poder Legislativo.
- Acompanhar e propor ações para integração entre setores correlatos, com benefícios integrados.
- Acompanhar e propor ações para inserção de novas tecnologias integradas, com destaque para a mobilidade elétrica, armazenamento de energia, novas fontes e visão integrada com foco no cliente.

Geração de energia

Objetivos

Apoiar a ABDIB com análises e propostas para interlocução com agentes públicos e privados para a construção de um ambiente favorável ao investimento que garanta segurança no suprimento elétrico a partir do aproveitamento das mais variadas fontes energéticas disponíveis no Brasil, com sustentabilidade financeira, ambiental e segurança jurídica.

Plano de ação

- Fortalecer o canal de diálogo permanente com as diversas entidades do setor, em especial o MME, ONS, EPE e Aneel, além de outras esferas governamentais.
- Contribuir para adequada aplicação das novas medidas do marco legal do setor elétrico, inclusive com proposições de regulamentação.
- Acompanhar o monitoramento do risco hidrológico e promover interações com representantes dos agentes para proposição de contribuições.
- Contribuir para a retomada da expansão hidrelétrica considerando a necessidade de superação das restrições socioambientais, em particular as de sustentabilidade na Amazônia e de questão indígena.
- Apoiar a expansão de fontes renováveis de geração de energia, buscando sua complementaridade com outras fontes de geração de energia.
- Estimular e apoiar a valoração de atributos de capacidade de geração de usinas hidrelétricas para viabilização do aproveitamento de potencial remanescente (por instalação de unidades geradoras complementares ou por repotenciação).
- Discutir e propor condições regulatórias para a valoração de energia de reserva de capacidade por soluções híbridas, de térmicas de partida rápida, hidrelétricas reversíveis, armazenamento de energia e uso de hidrogênio.
- Contribuir para a expansão da geração térmica a gás a partir da Lei 14.182/2021.
- Análise quanto à necessidade de eventuais aprimoramentos do Decreto 10.946/2022 que regulamenta a cessão onerosa do uso de espaços marítimos e o aproveitamento de recursos naturais para instalação de infraestrutura de geração de energia eólica offshore.
- Análise do PL 576/2021, de autoria do Senador Jean Paul Prates.
- Mapeamento dos principais desafios a estabelecimento que suporte o desenvolvimento da fonte eólica offshore.



Transmissão de Energia

— **Coordenador:**
Carlos Adolfo de Souza Pereira (ABDIB)



Objetivos

Identificar, propor e apoiar medidas que atraiam investimentos e garantam a sustentabilidade para o setor de transmissão de energia elétrica.



Plano de ação

- Aprimorar e consolidar o modelo regulatório. Contribuir proativamente nos temas da agenda regulatória do setor de transmissão de energia elétrica visando aprimoramento e consolidação, atuando no sentido de influenciar construtivamente e promover amplo debate para que o setor se torne cada vez mais atrativo, eficiente e estável, com foco no respeito aos contratos e na previsibilidade regulatória. Nesse sentido serão acompanhadas com bastante ênfase o estabelecimento de diretrizes para renovação/relicitação de concessões vincendas de transmissão.
- Apoiar a transição energética. O especial momento de forte transição energética no sistema elétrico nacional, decorrente de processos de descarbonização e de maciça utilização de novas fontes de geração distribuída, impõe uma reavaliação das funções e dos recursos tecnológicos aplicáveis ao setor de transmissão de energia, preservando a valorização dos atributos do SIN, explorando novas soluções e promovendo debates que propiciem a seleção de técnicas e das melhores práticas observadas internacionalmente.
- Buscar competitividade e liberdade econômica. A forte expansão e modernização do sistema de transmissão exige uma cadeia de fornecimento pujante e competitiva, com condições e prazos de fornecimento compatíveis com cronogramas dos empreendimentos. Nesse sentido, a meta é atuar junto aos órgãos de governo, associações de fornecedores e de fabricantes de forma a garantir os insumos e mão de obra necessários para a efetivação dos programas de expansão e modernização da transmissão, sempre privilegiando princípios de liberdade econômica vigentes.
- Qualidade da prestação do serviço. promover ambiente colaborativo de disseminação das melhores práticas operativas e de melhoria contínua do serviço prestado. Liberar ações efetivas para o aperfeiçoamento do marco regulatório associado a qualidade das Funções transmissão – FT em Corrente Alternada e a correta aplicação do conceito de Caso Fortuito ou de Força Maior.
- Buscar a implementação pelo Estado de política de preservação e combate contra ações criminosas que atingem as instalações de transmissão, consideradas como infraestruturas críticas do País.
- Manter diálogo com as demais instituições do setor elétrico. É fundamental o papel da entidade no estabelecimento de canal de diálogo permanente com diversas entidades do setor, em especial MME, EPE, ONS e ANEEL, além de outras esferas governamentais.



Iluminação Pública

Coordenadores:

Gustavo Gusmão (EY) e
Caio Loureiro (Tozzini Freire)



Objetivos

Avaliar, propor e promover soluções e recomendações visando à modernização da iluminação pública e outras funcionalidades associadas nos municípios brasileiros, particularmente incentivando a adoção de boas práticas de PPPs em iluminação pública.



Plano de ação

- Propor e executar ações visando consolidação de um ambiente regulatório robusto para o setor de iluminação pública.
- Debater e disseminar propostas para incorporar e viabilizar, de forma consistente e sustentável, soluções de cidades inteligentes como receitas acessórias nos contratos de PPPs de iluminação pública, inclusive no que concerne à modelagem dos projetos e a eventuais dispositivos que inibam propostas irrealistas nas licitações.
- Debater e propor iniciativas para a viabilização de propostas de nova regulamentação sobre usos permitidos pela COSIP, buscando sua ampliação, inclusive exercendo ações de influência para a implementação, por meio de instrumentos juridicamente sólidos.
- Incrementar ações de promoção e divulgação das PPPs de iluminação pública como modelos eficientes, modernos e sustentáveis para o desenvolvimento de parques de



iluminação pública nos municípios brasileiros, com consequentes impactos para a melhoria de vida nas áreas urbanas.

- Realizar estudos e diagnósticos visando a aperfeiçoar aspectos de modelagem, licitação e gestão de projetos de PPPs de iluminação pública.
- Mobilizar os diferentes grupos de interesse para convergência em favor da construção de um ambiente de negócios favorável para a implementação de PPPs de iluminação pública e que atendam aos objetivos econômicos, sociais e ambientais dos municípios.
- Identificar e disseminar inovações referentes ao setor de iluminação pública.

Rodovias

— **Coordenador:**
Gustavo Barreto (CCR)

— **Coordenador adjunto:**
Luis Baeta (Aroeira Salles Advogados)

Objetivos

Monitorar informações, avaliar os impactos e propor soluções com o objetivo de aumentar os investimentos no setor de rodovias, por meio das concessões em parceria com o setor privado e por investimentos públicos. Analisar os temas regulatórios mais relevantes e os impactos da modelagem e da estruturação dos projetos de concessão em fase de consulta pública. Além disso, apoiar interlocução com representantes dos órgãos públicos setoriais, em âmbito federal e estadual.

Plano de ação

- Incrementar discussões sobre a governança e segurança jurídica no âmbito estadual e municipal, de modo a incentivar a criação de entidades reguladoras, bem como a revisão e a consolidação de normas, com objetivo de obter maior efetividade dos programas de concessões de rodovias estaduais. Incrementar a governança das agências já existentes.
- Acompanhar e contribuir com diálogo transparente e técnico para projetos de lei e de regulamentação que impactam o setor de rodovias.
- Ampliar a interação com órgãos de controle, especialmente o Tribunal de Contas da União (TCU), para discussão da matriz de risco dos contratos de concessão.
- Acompanhar as concessões rodoviárias em dificuldades financeiras e regulatórias (especialmente processos de reequilíbrio econômico e financeiro), bem como discutir os temas relacionados ao equilíbrio contratual e possíveis soluções alternativas à relicitação, que ainda não se mostram eficientes.
- Ampliar o diálogo para incentivar a realização de investimentos públicos nas rodovias não concedidas, com foco em mecanismos de financiamento público e vinculação de receitas/outorgas.
- Explorar os modelos de concessões estaduais, buscando interação com agentes públicos de todos os estados, avaliando e discutindo a necessidade de desenvolvimento e aprimoramento da regulamentação a nível estadual.
- Contribuir nas discussões sobre o planejamento de médio e longo prazos para o setor, incluindo programas de inovação. Contribuir com os projetos *sandbox* regulatório lançados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).
- Implementar o diálogo com o novo governo federal, demonstrando a importância de se manter o programa de concessões de rodovias federais, aprimoramento da modelagem dos projetos e a necessidade de se resolver os problemas regulatórios do setor, em especial em relação à inviabilidade econômica e financeira de determinadas concessões.
- Acompanhar e sugerir aprimoramentos regulatórios que possam contribuir com a evolução do setor de concessões de rodovias. Contribuir para a construção dos Regulamentos de Concessões Rodoviárias (RCR) do âmbito federal. Acompanhar os diálogos de implementação do sistema *free flow* em rodovias.

Ferrovias

— **Coordenador:**
Julio Fontana Neto (Rumo)

— **Coordenador adjunto:**
Fernando Paes (ANTF)



Objetivos

Avaliar e propor ações e recomendações com vistas a ampliar a participação do modal ferroviário na matriz de transportes do país, bem como sugerir ações que resultem em investimentos na malha existente (por meio da prorrogação dos contratos em vigor), em ampliação da malha (com novas concessões e autorizações), obtenção de regimes especiais de benefícios, com intuito de trazer maior eficiência ao setor de transporte, reduzir custos logísticos e fomentar o setor produtivo.



Plano de ação

- Colaborar para garantir a prorrogação dos benefícios de PIS/COFINS e do direito ao creditamento sobre combustíveis (óleo diesel), por ao menos mais 12 meses.
- Contribuir para garantir a manutenção do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) por pelo menos dois anos, a partir de 1º de janeiro de 2024, medida importante para concretizar a política de infraestrutura de transportes na qual estão previstos investimentos com renovações das concessões ferroviárias, com novas ferrovias e com leilões de terminais portuários. Obs.: se houver Reforma Tributária que interfira nas políticas de desoneração, a meta consiste em incluir o Reporto e a desoneração do diesel nesta Reforma.
- Colaborar para garantir o reequilíbrio dos Contratos em razão do aumento do preço dos insumos relacionados aos investimentos obrigatórios e assegurar o reajuste dos tetos tarifários em razão da alta dos preços dos principais insumos e do diesel.
- Identificar e encaminhar ao Poder Executivo as necessidades de ajustes para que o novo regime de autorização para exploração do transporte ferroviário ganhe concretude e tenha sinergia positiva com o atual subsistema ferroviário nacional.
- Endereçar solução para cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre bens públicos arrendados da União.
- Contribuir, de forma geral, para a modernização da regulação, notadamente no apoio à ANTF na implementação da autorregulação técnico-operacional do setor ferroviário.
- Acompanhar e apoiar os processos de prorrogação (antecipada ou ordinária) dos contratos de concessão, como FCA, Malha Sul e Ferrovia Teresa Cristina.
- Atuar na reforma tributária para assegurar que seja benéfica ou neutra para o setor, isto é para que não haja aumento da carga tributária sobre investimentos e serviços em infraestrutura de transportes.



Portos

— **Coordenador:**
Décio Amaral (Ultracargo)

— **Coordenador adjunto:**
José Augusto de Castro
(Tozzini Freire Advogados)

Objetivos

Promover iniciativas voltadas ao incremento dos investimentos na expansão da infraestrutura de portos, terminais e hidrovias e à melhoria do ambiente regulatório e de interação com órgãos de controle.

Plano de ação

- Acompanhar o programa de arrendamentos e privatização de autoridades portuárias e de concessão de portos públicos, incentivando seu debate público e democrático.
- Apoiar o aumento da segurança jurídica, a diminuição da burocracia e o alinhamento entre órgãos de controle para realização de investimentos públicos e privados em portos, terminais e hidrovias.
- Acompanhamento e participação nas discussões da agenda regulatória da Agência Nacional Transportes Aquaviários (Antaq) e demais agências e órgãos cuja atuação impactem o setor portuário.
- Atuar em sinergia com os demais comitês da ABDIB em temas de interesse comum que promovam a harmonização de modais.



Aeroportos

— Coordenador:

Marcelo Allain (BR Infra Group)

Objetivos

Oferecer sugestões de ações e propostas para as concessões aeroportuárias existentes e futuras, encaminhando-as às autoridades competentes.

Plano de ação

- Acompanhamento das pautas do novo governo e propostas para apoio ao setor aéreo, como uso do FNAC e sobre papel da INFRAERO.
- Acompanhar os leilões da 8ª rodada de concessões federais e contribuir na formação dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs) de concessão de aeroportos, inclusive estaduais, e de venda de participações da Infraero.
- Acompanhar a devolução do aeroporto de Galeão (GIG) e as relotações dos aeroportos Viracopos (SP) e ESGA (RN), pelo precedente importante para o setor aeroportuário.
- Contribuir nos temas da agenda regulatória da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), bem como para discussões sobre cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e tributação sobre combustíveis.



Mobilidade Urbana

— Coordenadores:

Juliana Criscuolo (CCR) e
Roberto Labarthe (CCR)



Objetivos

Manter a ABDIB como interlocutora com competência reconhecida para discussão de questões vinculadas à mobilidade urbana, em particular nos grandes centros metropolitanos, inclusive apoiando ações destinadas à implantação de mecanismos de gestão como a criação de Autoridades de Metropolitana de Transportes (AMT).



Plano de ação

- Participar e promover fóruns de discussões, compartilhar o resultado de estudos com autoridades públicas e outros interessados a fim de difundir e contribuir com a constituição de AMTs, considerando a importância da estruturação de um regime jurídico adequado para as regiões metropolitanas, inclusive para suportar e viabilizar a estruturação de projetos de mobilidade.
- Identificar principais fatores que, além da inexistência de uma AMT, dificultam o desenvolvimento da mobilidade urbana, desenvolvendo propostas que possam ser apresentadas e discutidas com autoridades públicas e representantes do setor privado, com destaque para os que assegurem o cumprimento das obrigações pecuniárias por parte do Poder Concedente e a segurança jurídica dos contratos.
- Identificar e desenvolver estruturas de garantias públicas para projetos de mobilidade urbana.
- Promover discussões e desenvolver propostas de medidas efetivas para contribuir com a diminuição de crimes relacionados a atos de vandalismo e roubos de cabos de energia no transporte público.



Indústria

Coordenador:

Luis Mosquera (Siemens)



Objetivos

Em 2023, o Comitê pretende aprofundar discussões junto ao Ministério responsável pela Indústria, a fim de comprovar a necessidade de execução de uma política industrial no País, integrada numa estratégia de desenvolvimento econômico a ser discutida com o setor privado, com foco no aumento da competitividade e produtividade, aproveitando, inclusive, as novas oportunidades que surgem no contexto de transição energética rumo a uma economia mais verde.



Plano de ação

- Aprofundar o relacionamento e o desenvolvimento de trabalhos com entidades voltadas para o setor industrial, como a FIESP, CNI, IEDI e CEBRI.
- Discutir e propor sugestão ao novo governo para compatibilizar a política industrial à política macroeconômica.
- Elaborar e propor uma discussão para o desenvolvimento de uma política industrial amplo e longo prazo.
- Propor a implantação de programas de qualificação de mão de obra e formação/fomento à educação.
- Promover a reedição do Seminário da Indústria com a participação de especialistas nacionais e internacionais;
- Promover debates para elaboração de políticas públicas de comércio exterior visando à uma maior integração produtiva do setor industrial brasileiro.
- Trabalhar, em conjunto com o Comitê de Inovação, para a obtenção de mais recursos públicos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.
- Colaborar com a reforma tributária para favorecer a agenda do desenvolvimento industrial.
- Contribuir para a formulação de política industrial, que englobe fomento e inovação, em consonância com as melhores práticas internacionais ESG e a economia de baixo carbono.
- Debater e trabalhar pela implantação de tecnologias modernas (por exemplo: tecnologia 5G, segurança cibernética, mobilidade elétrica, transição energética). Convidar especialistas para debater essas tecnologias.



Petróleo e Gás Natural

— **Coordenador:**
Marcos Cintra (Eneva)

Objetivos

Promover, apresentar e apoiar iniciativas que desenvolvam o setor, com destaque para projetos de infraestrutura que gerem oportunidades de negócio para empresas produtoras de hidrocarbonetos e suas fornecedoras de bens e serviços.

Plano de ação

Prioridades do Comitê no tema Gás Natural:

- Antecipação do cumprimento da agenda regulatória da ANP para o biênio 2023-24 para assegurar a plena operacionalização da Lei da Gás;
- Estímulo à modernização das legislações estaduais sobre o mercado de gás canalizado, incentivando que as regras locais se tornem aderentes aos princípios da Nova Lei do Gás.
- Simplificação da tributação do setor de gás natural, à luz da nova estrutura de mercado;
- Continuidade do processo de desverticalização do setor de gás, assegurando a separação entre atividades reguladas e atividades competitivas;
- Apoiar iniciativas e políticas públicas que permitam o avanço de soluções de transporte de gás natural, respeitando sempre princípios de concorrência, isonomia e transparência.
- Contribuir para formulação políticas de livre acesso a infraestruturas essenciais que sejam pautadas pela racionalidade econômica e respeito a contratos.



Plano de ação

Temas prioritários do Comitê no *Upstream*:

- Propor e apoiar iniciativas que melhorem a atratividade do E&P brasileiro, como a ampliação do conhecimento e da exploração de bacias terrestres de nova fronteira;
- Ações para continuidade do plano de desinvestimentos de ativos onshore da Petrobras e a cessão de direitos dos campos maduros, de baixo potencial de produção e riscos reduzidos.
- Fomentar a exploração e a produção de recursos não convencionais no país por meio de iniciativas próprias e do apoio às ações do MME, ANP e entidades representativas do setor.
- Aprimoramento do processo de licenciamento ambiental e de planejamento de oferta de blocos.

Plano de ação

Temas prioritários do Comitê no *Downstream*:

- Manutenção de mecanismo de mercado estável para o reajuste de preço dos derivados, condição necessária à construção de novas unidades de refino privadas no Brasil.
- A continuidade da desconcentração da atividade de refino, única saída consistente para construir um mercado competitivo, com multiplicidade de agentes, diversidade de modelos de negócio e preços alinhados ao mercado internacional.



Recursos Hídricos e Saneamento Básico

— **Coordenador:**
Rogério Tavares (Aegea)

— **Coordenador adjunto:**
Daniel Keller (Una Partners)



Objetivos

Monitorar e subsidiar o desenvolvimento de ações que visem alcançar os objetivos de UNIVERSALIZAÇÃO dos serviços públicos de água e esgoto.



Plano de ação

- Acompanhar a transição de governos (Federal e estaduais) para instrumentalizar parcerias e o fluxo de informações que fomentem a manutenção dos ganhos obtidos, até o presente momento, com a atualização do Lei do Saneamento Básico (14.026/2020) e se previna que retrocessos venham a dificultar a universalização dos serviços.
- Acompanhar o processo de edição de normas de referência para regulação setorial, conduzido pela Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA).
- Debater sobre modelagens para concessões, PPPs e eventuais privatizações, vinculadas ao acompanhamento de licitações correspondentes.
- Realização de seminários em articulação com associações de classe representativas do setor de saneamento básico.
- Examinar alternativas de financiamento para universalização, notadamente via mercado de capitais.
- Examinar e sugerir estruturas de financiamento nos moldes de um project finance para bancos de fomento.
- Construir e encaminhar proposta sobre decreto regulamentador da Lei 14.026/2020.
- Monitorar o encaminhamento de propostas no setor de recursos hídricos, notadamente segurança hídrica e reuso.
- Monitorar e/ou fomentar propostas que viabilizem a estruturação de projetos que levem em conta a real capacidade de pagamento da população usuária, sejam autossustentáveis em termos técnico-operacionais, econômico-financeiros, sociais, ambientais e legais.



Resíduos Sólidos

— **Coordenador:**
Carlos Villa (Solvi)



Objetivos

Oferecer sugestões de ações e propostas para a modernização do setor e também para os problemas e entraves enfrentados pelo setor, que podem e devem ser encaminhadas às autoridades e discutidos com a sociedade de forma a retratar as necessidades setoriais. Dentre os temas que são objeto do comitê estão a garantia da sustentabilidade econômico-financeira, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da governança pública e a busca de uma maior segurança jurídica para a atividade empresarial no setor de resíduos sólidos.



Plano de ação

- Seguir com as ações previstas no plano de ações feito a partir do planejamento de comunicação do setor de resíduos sólidos promovendo eventos em estados brasileiros e fomentando parcerias com diversos segmentos da sociedade.
- Fomentar o Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU) como importante ferramenta de gestão e apontando a importância da arrecadação específica para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em linha com o novo marco legal do saneamento e com o atingimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para gestão e manejo de resíduos sólidos assumidas pelo governo brasileiro, permitindo a erradicação de cerca de 3.000 lixões.
- Dialogar com a sociedade a respeito da importância da sustentabilidade do setor tendo como base o Guia para a Implementação da Cobrança e o Guia A Importância do Lixo para a Administração - Prioridades e Urgências sobre cobrança tarifa/taxa dos serviços para o desenvolvimento sustentável de resíduos sólidos nas cidades, implementando a figura do usuário pagador (poluidor-pagador).
- Contribuir com os projetos de lei que impactam o setor, que tratam de temas como insalubridade na atividade profissional de limpeza, proteção da trabalhadora gestante ou lactante, regulamentação do marco regulatório do saneamento básico e regras para contratação pública.
- Dar continuidade na governança do Pacto Setorial de Integridade de Limpeza Urbana, Resíduos Sólidos e Efluentes por meio das entidades de classe do setor em parceria com o Instituto Brasileiro de Autorregulação do Setor da Infraestrutura (Ibric).
- Continuar acompanhando os julgamentos do Supremo Tribunal Federal STF (embargos de declaração da decisão do STF que impediu a implantação e operação de aterros sanitários em áreas de proteção permanente) e manifestações por amicus curiae (julgamento de recurso contra a cobrança de tarifa por concessionária de serviços de limpeza urbana na cidade de Joinville-SC).
- Fortalecer o MTR eletrônico (Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos) nos diferentes estados já implantados e acelerar a implantação em novos estados fortalecendo a parceria na gestão do SINIR - Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos.
- Aprovar a proposta setorial encaminhada ao governo quanto a gestão e reconhecimento de créditos de carbono, mantendo o Brasil na condição de gerador/vendedor para atender às demandas de compensação no Brasil e em outros países, por meio dos mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL).

Infrasocial

— **Coordenador:**
Ramon A. Pimenta Ferreira (Accenture)

— **Coordenador adjunto:**
Pedro Bruno (BNDES)

Objetivos

Discutir temas relacionados com as Concessões e Parcerias Público Privadas nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública e Recreação. Esta iniciativa se destina a incorporar ao escopo, os temas relacionados com essa área que tem se aberto cada vez mais para o lado privado e em sintonia com as evoluções constantes da economia e com as oportunidades geradas pelos projetos inovadores.

Plano de ação

- Estruturação de um Modelo de Garantias robusto para os projetos
- Estudos das possibilidades de inserção de tecnologia e inovação em PPPs
- Consolidação dos mecanismos de financiamentos, incluindo a possibilidade de emissão de debêntures
- Discussões sobre o escopo das PPPs (Exemplo: Inclusão da bata-azul (Saúde) e implicações do Novo Marco regulatório (Educação))
- Revisão dos limites legais de recursos públicos investidos em PPPs de Infrasocial, a exemplo do teto de 5% da Receita Corrente Líquida dos municípios que pode ser investida em PPPs
- Interlocução com stakeholders e agentes dos setores de Infrasocial
- Pacote de alterações legislativas para viabilizar PPPs, incluindo questões tributárias
- Aprimoramento do mecanismo para dar escala aos projetos e permitir a sua replicabilidade
- Estudo Benefícios e Vantajosidade das PPPs de Infrasocial em andamento
- Estruturação de um Guia de Boas Práticas
- Elaboração de um Guia de melhores práticas para os projetos
- Contato com FNP – Frente Nacional dos Prefeitos
- Contato com a UNOPS.





PRESENÇA INSTITUCIONAL

O que esteve em debate

A ABDIB participou, em 2022, de encontros, debates e seminários em que apresentou a pauta e defendeu os interesses da infraestrutura e da indústria de base

Dirigentes da ABDIB reuniram-se em 2022 com autoridades, empresários, executivos e líderes de outras associações de classe — sempre com o objetivo de defender os interesses da infraestrutura e das indústrias de base. A atuação também se deu junto aos poderes concedentes, ao Legislativo, aos órgãos de regulação e controle e a toda a sociedade civil. E também junto ao Poder Judiciário, em causas de interesse do setor. A ABDIB atuou também, quando necessário, em parceria com outras entidades de classe.

- **21 de janeiro:** Encontro da ABDIB e de outras associações que atuam no setor de Resíduos Sólidos com o Secretário Nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Regional, **Pedro Maranhão**, e com outros assessores secretaria. Na pauta, a regulamentação da Lei nº 12.305, de 2010, que instituiu uma política de serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos.
- **8 de fevereiro:** Encontro da ABDIB com a secretária de Fomento e Parcerias com o Setor Privado do MDR, **Verônica Sanchez**, para discutir a regulamentação do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, para financiar a estruturação de projetos de concessões e de PPPs nos estados e nos municípios.
- **18 de fevereiro:** Reunião com o presidente da Câmara dos Deputados **Arthur Lira**, (PP/AL), com a presença do deputado **Arnaldo Jardim** (Cidadania/SP) e outros dirigentes de associações. Por solicitação do deputado Arnaldo Jardim, a ABDIB coordenou articulação com nove entidades do setor de infraestrutura na preparação de documento com o diagnóstico do setor, elencando a agenda legislativa prioritária da infraestrutura. O presidente-executivo Venilton Tadini apresentou a pauta legislativa e fez um relato das prioridades da infraestrutura e solicitou o apoio do Presidente da Câmara para a aprovação dos projetos de lei que estão em discussão no Congresso Nacional. O objetivo foi avançar na aprovação das medidas antes da paralisação das atividades do Congresso no período eleitoral.
- **22 de fevereiro:** O presidente-executivo Venilton Tadini e o diretor de Planejamento e Economia Roberto Guimarães reuniram-se com o Secretário do Tesouro Nacional **Paulo Valle** e alguns integrantes de sua equipe para discutir a securitização dos créditos tributários prevista no Projeto de Lei 459/2017, à espera de votação na Câmara dos Deputados. Um dos objetivos do PL é a obtenção de recursos para projetos de infraestrutura sem comprometimento das metas fiscais do governo.
- **28 de abril:** o presidente-executivo Venilton Tadini participou do seminário promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) que tratou da segurança jurídica e regulação para ampliação dos investimentos em infraestrutura. No encontro, o presidente do BNDES, **Gustavo Montezano**, defendeu a participação do Estado, ao lado da iniciativa privada, no financiamento da infraestrutura. Esse é o mesmo ponto de vista do presidente Fiesp, **Josué Gomes da Silva**.
- **18 de maio:** o **Supremo Tribunal Federal** (STF) considerou legal que a transferência do

controle societário da concessionária também implique a transferência da concessão, sem necessidade de nova licitação. Com o encerramento da questão, que teve a ABDIB como *Amicus Curiae* em defesa da tese aceita pela Corte, chegou ao fim um período de aproximadamente duas décadas de insegurança jurídica que afetava todos os segmentos da infraestrutura.

- **29 de junho:** o presidente-executivo Venilton Tadini abriu a reunião em que o diretor de Concessões e Privatizações do BNDES **Fábio Abrahão** apresentou à ABDIB a Carta Aberta que relata aos estados e municípios as ações de fomento do desenvolvimento e indica os serviços com os quais os entes subnacionais podem contar para levar adiante seus projetos. A reunião aconteceu no escritório do BNDES em São Paulo.
- **15 de setembro:** A convite do diretor-geral da ANEEL **Samuel Feitosa**, a ABDIB participou, em Brasília, de uma reunião para discutir pautas de interesse do setor. Pela ABDIB estiveram presentes o presidente-executivo Venilton Tadini, o diretor de Comitês Temáticos José Maria Garcia, o coordenador do Comitê de Transmissão Carlos Adolfo Pereira e o coordenador adjunto do Comitê Estratégico de Energia, Luiz Falcone. As discussões trataram da abertura do mercado, da modernização e da sustentabilidade do setor que deverá ganhar um novo marco regulatório com a aprovação do Projeto de Lei 414, de 2021.
- **28 de setembro:** O presidente-executivo Venilton Tadini foi um dos participantes da segunda sessão de debates do fórum sobre o Equacionamento Previdenciário e Retomada dos Investimentos Federais promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE). Também estiveram presentes o ex-Secretário Nacional da Previdência, **Leonardo Rolim**, o ex-diretor-geral da ANTT, **Bernardo Figueiredo**, o ex-secretário da Fazenda de Minas Gerais, **José Afonso Bicalho** e o presidente do INAE, economista **Raul Velloso**. Segundo Tadini, “a opção equivocada de buscar o ajuste fiscal pelo teto de gastos precisa ser revista”.
- **29 de setembro:** um evento realizado na sede da FIESP marcou o lançamento do *Policy Paper* Avanços e Desafios na Modernização da Infraestrutura no Brasil, do CEBRI. A mesa foi presidida por **Josué Gomes da Silva** e contou com a presença de André Clark, presidente do conselho de Administração da ABDIB e coordenador de infraestrutura do CEBRI e do economista **Cláudio Frischtak**, que elaborou e apresentou o documento. Também participaram da mesa, além de Venilton Tadini, o Coordenador do Comitê de Infraestrutura da Fiesp **Júlio Raimundo** e o Economista Chefe da Fiesp, **Igor Rocha**.
- **16 de novembro:** o presidente-executivo Venilton Tadini foi um dos debatedores do Fórum Integração Brasil-Europa, realizado em Lisboa e promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Ao debater os programas de recuperação das economias da Europa e dos Estados Unidos, Tadini defendeu, para o caso brasileiro, uma estratégia de desenvolvimento baseada nos investimentos em infraestrutura e na reindustrialização.
- **17 de novembro:** o presidente-executivo Venilton Tadini participou do painel “Segurança Jurídica e Novos Investimentos em Infraestrutura” no evento promovido pela seção de Mato Grosso da Ordem dos Advogados do Brasil que tratou de temas relacionados com o Direito Administrativo Econômico com Foco em Infraestrutura. Também participaram do painel o procurador do Estado do Mato Grosso **Caio Albuquerque** e **Franciele Dorth da Silva**, superintendente da Secretaria de Infraestrutura do Mato Grosso. Na avaliação de Tadini, houve nos últimos anos avanços significativos na regulação dos processos de concessão de infraestrutura — mas é preciso evoluir mais e evitar retrocessos.

Transição

ABDIB leva sua proposta ao grupo de Transição

A convite da Equipe de Transição do novo governo federal, a ABDIB participou no dia 5 de dezembro, de uma reunião com o Grupo de Trabalho encarregado de formular sugestões para a infraestrutura — com foco no setor de Transporte e Logística. Pelo lado da equipe, o trabalho foi conduzido pela ex-ministra do Planejamento Miriam Belchior, relatora do GT de Infraestrutura. A apresentação das propostas da ABDIB foi feita pelo presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini.

Tadini fez um resumo das carências do setor e apontou aquelas que, de conforme os estudos da entidade, constituem as linhas de ação necessárias para que o país rompa com a estagnação que se estende por quase dez anos e promova a retomada do crescimento. Uma medida importante nesse sentido é adoção de uma política fiscal que substitua o atual teto de gastos — que privilegia as despesas correntes e inibe os investimentos em infraestrutura. “O país precisa adotar um teto para os gastos e um piso para os investimentos” afirmou Tadini.

Na avaliação da entidade, um programa consistente de expansão da infraestrutura brasileira não pode, como se tornou usual no país, ser fruto de iniciativas isoladas e não integradas. Tem que estar inserido dentro de uma estratégia de desenvolvimento.

A reunião tratou do setor de Transportes e Logística. De acordo com os levantamentos da ABDIB, dos R\$ 374,1 bilhões que o país precisa investir por ano ao longo dos próximos dez anos para cobrir o hiato de investimentos em infraestrutura, R\$ 196,2 bilhões que deveriam ser destinados ao setor de logística e transportes — principalmente nos modais rodoviário e ferroviário. A ABDIB encaminhou a Miriam Belchior cópia do seu documento Agenda de Propostas da Infraestrutura 2022, bem como cópia da apresentação feita para a equipe.

Ao final do encontro, Miriam Belchior considerou as propostas da ABDIB em linha com as que vem sendo trabalhadas pelo grupo e se propôs a manter aberto o canal de diálogo com a ABDIB.



Notas e posicionamentos

Algumas decisões tomadas pelo poder público em 2022 exigiram o posicionamento da ABDIB em defesa dos interesses de suas associadas:

5 de maio: A ABDIB expressou preocupação com o risco de quebra de contratos e de insegurança jurídica embutida na proposta apresentada na Câmara dos Deputados, com “nítido caráter populista e eleitoreiro”, que pretendia empurrar para 2023 os reajustes nas tarifas de energia elétrica previstos em alguns contratos para acontecer em 2022 e já autorizados pela ANEEL.

1º de julho: A ABDIB manifestou surpresa e preocupação diante da suspensão do reajuste das tarifas dos pedágios previsto para este ano nas rodovias estaduais paulistas, decidida pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo, Artesp. Na visão da entidade, a medida fere os princípios da Legalidade e da Segurança Jurídica, além de contrariar frontalmente os contratos de concessões rodoviárias. Após negociação com o setor, o problema foi superado ainda em 2022..

8 de julho: Mesmo reconhecendo a necessidade das políticas de auxílio às camadas vulneráveis da população, ABDIB manifestou preocupação com os efeitos ao equilíbrio fiscal da Proposta de Emenda Constitucional nº 15 — que autorizou gastos sociais não previstos no orçamento. “Usar a grave crise social (...) como pretexto para a adoção de medidas que devem provocar uma paralisa ainda maior, é um movimento preocupante”, disse a nota.

22 de julho: Como desdobramento da votação da PEC nº 15, a entidade manifestou preocupação com a paralisação no congresso dos projetos prioritários para a infraestrutura e que constavam da lista apoiada por outras dez entidades apresentada ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, no dia 18 de fevereiro. A nota da ABDIB observava “a perda do tempo que o país já não dispõe em abundância para superar os problemas que têm impedido seu desenvolvimento”.

12 de setembro: A ABDIB se dirigiu ao presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) **Rafael Vitale** para manifestar preocupação com a elevação fora de qualquer controle ou previsibilidade dos preços de insumos essenciais à operação de serviços públicos. Ao lado da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF), a ABDIB solicitou urgentes providências para encaminhamento da solução do problema.

14 de dezembro: A ABDIB expressou preocupação com a possibilidade de flexibilização da Lei das Estatais, no artigo 17, que define de forma clara e objetiva, os critérios para a escolha dos administradores das empresas públicas e das sociedades de economia mista. Na visão da entidade, a abertura de espaço para a volta das contratações motivadas apenas por interesses políticos representa um retrocesso preocupante.

Atuação com instituições parceiras



FIESP

Reuniões técnicas no âmbito do Departamento de Infraestrutura (DEINFRA) e do Conselho Superior de Infraestrutura (COINFRA) Fiesp. Nos encontros foram tratados temas relacionados com quatro setores: Energia, Logística e Transportes, Saneamento Básico e Telecomunicações. Os debates geraram sugestões que deram origem ao documento Diretrizes Prioritárias – Governo Federal 2023/2026, em linha com as propostas da ABDIB e entregue aos então candidatos a Presidente da República.



CNI

Reuniões técnicas junto à Confederação Nacional da Indústria (CNI) para discussão de temas relativos à importância da reindustrialização e da infraestrutura para a retomada do crescimento econômico. A entidade participou de reuniões no COINFRA, onde foram apresentados temas relacionados com a política de reajuste de preços dos combustíveis, propostas para modernização do setor elétrico e outros assuntos. No centro de Assuntos Legislativos (CAL) da entidade foram feitas reuniões com parlamentares autores ou relatores dos principais projetos do interesse do setor de Infraestrutura, em tramitação no Congresso Nacional.



CEBRI

Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) participação em reuniões e debates para discussão de temas relacionados com a inserção do Brasil no cenário econômico mundial.



Instituto de Engenharia

Seminário para análise do impacto da paralisação de centenas de obras públicas no Brasil e das discussões junto ao Ministério da Economia (Iniciativa de Mercado de Seguros – IMS), sobre fortalecimento da execução do Seguro Garantia.



FGV IISR

A ABDIB participa do conselho consultivo do Instituto de Inovação em Seguros e Resseguros, que vem estudando e propondo soluções relevantes para o fortalecimento de Seguro Garantia para obras e financiamento de projetos de infraestrutura, se reunindo com autoridades competentes.



OCDE

Reuniões junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para a divulgação junto aos associados, do *The Blue Dot Network* – plataforma para a certificação de projetos de infraestrutura de qualidade, focados na agenda ESG.



Pacto Global

Desenvolvimento de relacionamento com o movimento das Nações Unidas pelos Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e contra a corrupção.

Foram realizadas reuniões técnicas, participação em comitês da ABDIB, ações conjuntas de posicionamento e parcerias com entidades de classe representativas dos vários setores da infraestrutura: ABCE, ABCON, ABCR, ABEMI, ABETRE, ABIFER, ABIMAQ, ABINEE, ABLP, ABR, ABRADDEE, ABRATE, ABRELPE, ABTP, ANTF, APECS, CBEDS, CEBIC, FASE, FIRJAN, FMASE, SELUR, SINAENCO, SINDCON, SINDESAM, SINICON.



ENCONTROS E DEBATES

Os temas relevantes de 2022

As principais questões relacionadas com a infraestrutura e com o momento da economia brasileira e mundial foram debatidas com especialistas nas reuniões da ABDIB

O Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e os 23 comitês da ABDIB tiveram em 2022 um ano de debates relevantes. A maioria dos encontros contou com a presença de convidados que contribuíram para enriquecer e dar consistência às questões relacionadas com a infraestrutura e com a indústria de base no Brasil. Os conteúdos de alguns desses encontros estão apresentados de forma resumida em ordem cronológica nesta e nas próximas páginas.



Ronei Glanzmann, Secretário de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura apresentou na reunião do Comitê Aeroportos, no dia 7 de fevereiro, o modelo da 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias do governo federal, depois da retirada do aeroporto Santos Dumont do certame. Conforme a avaliação de Glanzmann, mesmo com transferência para o bloco encaixado pelo aeroporto de Congonhas, de São Paulo, dos terminais que seriam levados a leilão juntamente com o aeroporto de Santos Dumont, do Rio de Janeiro, a licitação seria realizada ainda em 2022 (o que, de fato, aconteceu no dia 18 de agosto).



Fernando Henrique Passos Biral, Presidente da Santos Port Authority – SPA, participou da reunião conjunta dos comitês de Portos e Desestatização no dia 16 de fevereiro. Ele falou sobre o processo de desestatização do maior porto da América Latina. Biral sustentou que a transferência para a iniciativa privada, quando acontecer, prevê a ampliação da infraestrutura e deverá aumentar os investimentos no porto. Isso levará à redução dos custos e, por consequência, tarifas menores para os usuários. O Estado não dispõe de recursos para bancar os investimentos e o capital privado dará celeridade ao processo.



Thiago Martins, superintendente de transmissão da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), apresentou ao Comitê de Transmissão, no dia 10 de março, o “Plano Decenal de Expansão de Energia”. Martins avaliou a dinâmica de implantação de obras que, antes do pagamento da outorga, poderiam gerar investimentos da ordem de R\$ 74,6 bilhões. Tais investimentos seriam motivados pela expressiva expansão de geração renovável prevista para os próximos anos nas regiões Norte e Nordeste.



Leonardo Burlamaqui fez na reunião do Comitê de Indústria do dia 8 de abril uma apresentação intitulada China, a Fábrica do Mundo, em que analisou o papel da potência asiática na economia global. Professor da UERJ e pesquisador junto ao *Levy Economics Institute – Bard College*, de Nova York, ele avaliou a evolução da potência asiática, especialmente na produção de robôs. O desenvolvimento chinês, observou, resulta de uma política industrial bancada pelo Estado e a presença do país no cenário global deve crescer nos próximos anos.



Solange Vieira, diretora de Crédito à Infraestrutura do BNDES, afirmou na reunião do Comitê de Financiamento, Riscos e Garantias do dia 21 de março que a carteira de oportunidades da infraestrutura para os próximos cinco anos contará com aportes vultosos do banco. O segmento de Energia Elétrica deverá receber R\$ 63 bilhões; o de Petróleo e Gás, R\$ 72 bilhões. Saneamento e Transportes deverão receber R\$ 450 bilhões. A reunião apontou a necessidade de melhorar os mecanismos de identificação dos riscos e a qualidade dos contratos no Brasil.



Leonardo Maranhão Busatto, secretário extraordinário de parcerias do Rio Grande do Sul, participou da reunião do Comitê de Rodovias no dia 29 de abril. Ele falou dos avanços do programa de concessões no estado e destacou o sucesso do leilão realizado no dia 13 de abril, quando três lotes de rodovias estaduais foram concedidos à iniciativa privada. Os contratos preveem 3,4 bilhões em investimentos nos 273 quilômetros de rodovias concedidos.



José Sidnei Colombo Martini, catedrático honorífico da Universidade de São Paulo e membro do conselho do Operador Nacional do Sistema participou da reunião do Comitê de Transmissão no dia 5 de maio. Martini fez comentários relevantes sobre a importância do planejamento energético do País e a necessidade de diálogo entre as instituições responsáveis pelo planejamento e as associações representativas das empresas, como é o caso da ABDIB.



Rodrigo Garcia, governador de São Paulo, participou no dia 6 de maio da reunião do Conselho Consultivo da ABDIB. O encontro virtual contou, também, com a presença dos membros do Conselho de Administração. Garcia descreveu os pontos mais importantes do esforço fiscal que permitiu ao governo paulista liberar recursos para financiar um programa de investimentos em infraestrutura que somou R\$ 53 bilhões em 2021 e 2022.



Lúcio Rodrigues Capeletto, diretor Superintendente da Superintendência Nacional da Previdência Complementar, PREVIC, foi o convidado da reunião do Conselho Consultivo realizada no dia 11 de maio. Capeletto descreveu o mercado brasileiro de fundos de pensão, composto por 264 entidades que, juntas, administram um total de R\$ 1,1 trilhão em ativos. Somados aos dos bancos e seguradoras que oferecem planos abertos de aposentadoria complementar, o volume dobra e alcança R\$ 2,2 trilhões. Com base nisso a ABDIB demonstra a importância do investidor institucional, que vem sendo pouco utilizado no financiamento da infraestrutura. Daí a urgência da aprovação do PL 2646/2020 – debentures de infraestrutura para atrair o investidor institucional.



Bruno Westin, secretário do Programa de Parcerias e Investimento do Ministério da Economia, fez na reunião do Comitê de Desestatização da ABDIB, no dia 20 de maio, um balanço das Concessões e Autorizações de projetos de Infraestrutura do governo federal. Segundo ele, foram realizados desde o início do governo de Jair Bolsonaro, em 2019, um total de 148 leilões de concessões, que somaram R\$ 845 bilhões em investimentos e R\$ 145 bilhões em outorgas.



Marcos Rossi Martins, superintendente da área de Indústria, Serviços e Comércio Exterior do BNDES, apresentou na reunião do Comitê de Relações Internacionais, no dia 25 de maio, o projeto corporativo, endossado pelo Conselho de Administração do banco, que trata da prioridade estratégica do apoio à exportação de bens e serviços. O objetivo foi discutir as perspectivas de exportação das empresas associadas à ABDIB e propor o estudo das alternativas de financiamento mais adequadas aos diversos casos existentes.



Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e professor da Universidade de Brasília (UNB) participou da reunião do Conselho Consultivo da ABDIB, realizada no dia 8 de junho. Com base nos dados de investimentos públicos no país entre 1947 e 2021, Pires considera que o Brasil nunca viveu uma situação crítica como a atual. No período entre 2015 e 2021 houve quatro anos de investimento líquido negativo. Na opinião de Pires, é possível abrir espaço para investimentos sem abrir mão do compromisso com a estabilidade fiscal.



André Freire, ex-superintendente e, posteriormente, assessor da diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), participou da reunião do Comitê de Rodovias no dia 27 de maio. No encontro, ele apresentou detalhes dos cinco Regulamentos de Concessões Rodoviárias, RCR, em elaboração pela agência reguladora. Um dos focos da apresentação de Freire foi o RCR2, que trata de obras e serviços, com foco na engenharia.



Tiago Pereira, diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), discutiu na reunião do Comitê de Aeroportos no dia 15 de junho, às regras que seriam adotadas na 7ª Rodada de Concessão de Aeroportos, que estava marcada para se realizar (como acabou acontecendo) no dia 18 de agosto, na B3, em São Paulo. Outro tema discutido foi a situação dos aeroportos de São Gonçalo do Amarante, em Natal, Viracopos, em Campinas, e Galeão, no Rio de Janeiro, em processo de relicitação.



Josué Gomes da Silva, empresário e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) foi o convidado da reunião do Conselho de Administração no dia 22 de junho. Ele destacou a importância do diálogo entre as duas entidades para formulação de propostas que levem à reindustrialização do país. Gomes da Silva aponta a necessidade de se elevar os investimentos em infraestrutura para o triplo do valor praticado em 2022 e entende que esse é um dos movimentos essenciais para a reindustrialização do país.



Leandro de Almeida, da Logum, apresentou na reunião do Comitê de Petróleo e Gás no dia 28 de junho, o plano de expansão da malha de dutos para transporte de etanol mantido pela empresa. De acordo com as estimativas, em 2025 deverão ser transportados por esse sistema um total de 7,8 milhões de metros cúbicos de combustível — um aumento expressivo diante dos 2,3 milhões de metros cúbicos transportados em 2021. No Brasil, atualmente, há no máximo 21 mil quilômetros de dutos, sendo 11,7 mil quilômetros de gasodutos, 1,7 mil quilômetros de minerodutos e oito mil quilômetros de dutos para transporte dos combustíveis.



Arminio Fraga, economista e ex-presidente do Banco Central, participou da reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo realizada no dia 6 de julho. Fraga analisou a situação do país e comparou o que foi feito entre os anos 1950 e 1980 — quando se verificou um longo período de expansão — com as medidas adotadas depois disso, quando a economia perdeu o dinamismo e passou a crescer lentamente. Na opinião de Fraga, uma das raízes dessa dificuldade foi o descaso com a educação. Ele considera que houve um erro ao se optar por um modelo de crescimento muito dependente do Estado e das empresas criadas por ele.



Ronaldo Gomes Carmona, professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG), analisou na reunião do Comitê de Indústria, no dia 18 de julho, os impactos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia sobre as cadeias globais de valor. Ele falou, também, sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 e das oportunidades que esses acontecimentos podem abrir para a reindustrialização do Brasil. Segundo ele, o risco de uma recessão mundial pode gerar instabilidade política em todo o mundo. Num ambiente que exigirá a reorganização das cadeias globais de suprimentos, há oportunidades para o Brasil se consolidar como uma potência energética e alimentar.



Armando Castelar, economista da Fundação Getúlio Vargas, avaliou na reunião conjunta do Comitês de Ferrovias e do Comitê de Rodovias do dia 29 de julho o impacto da avaliação dos preços dos insumos – sobretudo do óleo diesel – nas concessões desses setores. Castelar ressaltou a impossibilidade de se prever com antecedência cenários como os ocasionados pela pandemia de Covid-19 e pela invasão da Ucrânia pela Rússia.



Ricardo da Costa Vieira da Silva, economista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) participou da reunião inaugural do Comitê Infraestrutura Social no dia 5 de agosto. Vieira da Silva destacou o papel do Brasil nas linhas de crédito do BID voltados para a área Infrassocial. Na carteira do banco existia naquele momento um total de 30 projetos, com investimentos estimados de US\$ 7,7 bilhões. Desse valor, os projetos do Brasil, somados, alcançavam US\$ 5,3 bilhões.



Veronica Sánchez da Cruz Rios, em 2022, participou de reuniões promovidas pela ABDIB em dois momentos importantes de sua carreira. Quando Secretária de Fomento e Parcerias com o Setor Privado do Ministério do Desenvolvimento Regional, ela se reuniu com diretores da entidade no dia 8 de fevereiro para tratar da viabilização de um fundo destinado a financiar a estruturação de projetos de PPPs no âmbito dos estados e dos municípios.

Ainda como secretária, ela participou, no dia 18 de março, da reunião do Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento. Um dos temas tratados foi o Projeto de Lei 4546, de 2021, que prevê o Novo Marco Hídrico e Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica. O objetivo do projeto é modernizar as regras de utilização da água e ampliar o acesso da população a esse recurso.

Na condição de diretora geral da Agência Nacional de Águas, ela foi a convidada da reunião que, no dia 31 de agosto, reuniu os Comitês de Recursos Hídricos e Saneamento e de Resíduos Sólidos. Ela destacou a reorganização da agência com a melhoria do quadro técnico e ressaltou a importância na formulação de normas com análise do impacto regulatório.



José Guilherme de Lara Resende, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE), do Ministério de Minas e Energia (MME), foi o convidado da reunião do Comitê de Transmissão do dia 1º de setembro. Em debate, as perspectivas de expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN), em especial no que diz respeito aos leilões de transmissão previstos para o ano de 2023, que implicarão investimentos da ordem de R\$50 bilhões. Os empreendimentos serão voltados para escoamento da energia gerada por fontes renováveis — eólica e solar — em implantação nas regiões Norte e Nordeste.



Pedro Bruno, Superintendente de Parcerias Infraestrutura Social e Serviços Ambientais do BNDES, apresentou na reunião do Comitê Infra-social do dia 2 de setembro os projetos em educação, saúde, segurança e ativos ambientais em estruturação pelo banco. Na área de educação, por exemplo, há um total de 359 projetos em estruturação em todo o país, com investimento previsto de R\$ 3,8 bilhões. No campo da saúde, os projetos abrangem quatro hospitais, com investimento previsto nesses equipamentos de R\$ 790 milhões. No campo da segurança, os projetos envolverão seis unidades prisionais, com a criação de 4.100 vagas e investimento estimado de R\$ 400 milhões. Na área de parques, 49 projetos foram estruturados nos últimos dois anos.



Renato da Fonseca, Superintendente de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), apresentou na reunião do Comitê de Indústria, no dia 2 de setembro, as propostas da entidade para os candidatos à Presidência da República. O documento defende a ampliação da presença da Indústria, atualmente, por 22,2% do PIB, na economia. O setor é responsável por 32,9% da arrecadação de tributos federais (exceto previdenciários). O documento, a exemplo da proposta da ABDIB, propõe a retomada de uma política industrial e defende a inclusão dos investimentos em infraestrutura nessa política.



Bruno Martinello Lima, secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União (TCU), participou da reunião conjunta dos comitês de Ferrovias e de Portos, no dia 6 de setembro. A Seinfra Portos e Ferrovias é composta por quatro diretorias e um total de 38 auditores. O grupo é responsável por acompanhar os processos relacionados com Políticas Públicas, Desestatização, Obras e Regulação. O secretário salientou que a atuação do órgão na fiscalização e controle dos contratos de infraestrutura estabelecem procedimentos que reforçam a segurança jurídica do setor.



Gustavo Guerrante, presidente da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPar), do Rio de Janeiro, e **Michael Sotelo Cerqueira**, Diretor da São Paulo Negócios, da capital paulista, apresentaram na reunião do Comitê de Desestatização do dia 13 de setembro os projetos de concessão e de PPPs em curso nas duas principais cidades do país. São Paulo trabalha na concessão dos 12 hospitais da rede municipal. O Rio já iniciou o processo de licitação para os serviços “bata cinza” no Hospital Souza Aguiar, com investimento de R\$ 700 milhões. Os dois municípios contam ainda com projetos de mobilidade urbana e de educação.



Marcelo Sampaio, ministro da Infraestrutura, participou da reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo, realizada no dia 19 de setembro. O ministro apresentou dados relacionados com os setores sob responsabilidade de sua pasta – como aeroportos, rodovias e ferrovias. O ministro falou da 8ª rodada de concessões aeroportuárias, que incluirá os aeroportos de Santos Dumont e do Galeão, no Rio. Sampaio abordou, também, a previsão de transferência para operadoras privadas mais 18 000 quilômetros de rodovias em todo o país.



Larissa Junckes, do Núcleo de PPP da Prefeitura Municipal de Canoas (RS), foi uma das convidadas do Comitê de Iluminação Pública no dia 15 de setembro. Também participaram do encontro **Maurício da Silva**, Secretário de Parcerias Estratégicas do Município de Caxias do Sul (RS); de **Theo Santini**, Assessor Técnico da Frente Nacional de Prefeitos e **Leonardo Assuf Castello Branco**, Gerente da Área de Estruturação de PPPs e Concessões do BNDES. Foram destacados o crescimento dos projetos de Iluminação Pública em cidades de médio e de grande portes e a necessidade de capacitação e da qualificação dos responsáveis pela elaboração dos estudos nas localidades de pequeno porte.



Gustavo Perissinotto, prefeito do município paulista de Rio Claro, apresentou na reunião do Comitê de Resíduos Sólidos da ABDIB de 28 de setembro o projeto de concessão de resíduos sólidos do município. O projeto prevê investimentos de R\$ 195 milhões em 30 anos – sendo 50% desses recursos destinados à coleta e outros 50% ao tratamento e destinação final dos resíduos. Com o projeto são esperados ganhos para o município de até R\$ 200 milhões em 30 anos.



Gabriel Galípolo, à época integrante da equipe econômica da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) esteve na reunião do Conselho de Administração no dia 19 de outubro. De acordo com ele, o BNDES assumirá um papel fundamental no governo, atuando desde a modelagem das novas parcerias até o financiamento de projetos *greenfield*. Também está previsto o alinhamento com o setor privado para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura social. A Petrobras poderá vir a atuar como um “agente para a transição energética”.



Ivo Sechi Nazareno, superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), participou da reunião do Comitê de Transmissão no dia 6 de outubro. Ele apresentou os planos da Agência para a expansão do sistema de transmissão, com leilões previstos para 2023. Juntos, eles exigirão investimentos superiores a R\$ 50 bilhões.



Dany Oliveira, diretor-geral para o Brasil da Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA), participou da reunião do Comitê de Aeroportos realizada no dia 6 de outubro. Ele falou da recuperação da demanda por voos domésticos e internacionais no mundo e, especialmente, no Brasil. De acordo com Oliveira, o Brasil foi o único entre os grandes operadores mundiais de voos domésticos a crescer na comparação com o período pré-pandemia.



Edson Silveira Sobrinho, secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia, apresentou na reunião do Comitê de Rodovias do dia 28 de outubro os dados de um trabalho realizado em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a nova metodologia de compartilhamento do risco de demanda. O estudo mostrou as vantagens que o risco compartilhado de demanda oferece ao usuário final, que poderá ser beneficiado com uma tarifa até 22% menor em relação ao modelo atual de cálculo.



Mário Miranda, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia (Abrate), participou da reunião híbrida do Comitê de Transmissão no dia 3 de novembro. Ele apresentou o projeto de um estudo a ser conduzido pelo Instituto Abrate para avaliação da capacidade da cadeia produtiva e de financiamento para os investimentos na transmissão de energia elétrica. Realizado em parceria com a ABDIB, o estudo será conduzido pela empresa de consultoria Alvares & Marçal.



Gabriel Azevedo, chefe da Divisão de ESG do Banco Interamericano de Desenvolvimento, participou da reunião conjunta do Conselho Consultivo e do Conselho de Administração, realizada no dia 9 de novembro. Azevedo apresentou a estrutura do BID Invest – braço operacional do BID para operações com o setor privado. Ele informou que o BID investe diretamente ou por meio de fundos em projetos de pequeno e médio portes. Com 47 países acionistas, o banco tem 15,7 bilhões de ativos sob gestão em 431 projetos, com impacto na redução de 12,5 milhões de ton. de carbono.



DEBATES COM PRESIDENCIÁVEIS

O debate da Agenda de Propostas para a infraestrutura

A ABDIB buscou o diálogo com os postulantes à presidência e discutiu os principais pontos de sua agenda para a infraestrutura nos próximos quatro anos

A partir do mês de março de 2022, na medida em que o calendário eleitoral avançava e os partidos oficializavam os nomes que os representariam, a ABDIB deu início aos contatos com os candidatos à presidência da República. Como representante da infraestrutura e das indústrias de base, a entidade procurou desde o início abrir canais de diálogo que levassem suas propostas ao conhecimento dos então pré-candidatos. E que, ao mesmo tempo, permitissem que seus associados conhecessem os projetos para a economia dos diferentes candidatos.

De início, a entidade convidou pré-candidatos para participar da série Diálogos da Infraestrutura — que serviu como preparação para o evento ABDIB Fórum 2022, Agenda da Infraestrutura com Presidenciáveis, realizado no segundo semestre. O primeiro a ser ouvido na primeira etapa foi o ex-governador de São Paulo **João Doria** (PSDB), no dia 14 de abril de 2022. Semanas depois, ele acabaria retirando sua candidatura à presidência. **Ciro Gomes** (PDT) e **Felipe d'Avila** (Novo), participaram do Diálogos e também compareceram ao ABDIB Fórum.

Propostas

Realizado no dia 29 de agosto no Hotel Tivoli Mofarrej, em São Paulo, o ABDIB Fórum, único evento presencial realizado pela entidade em 2022, reuniu cerca de 300 pessoas. O evento marcou o lançamento da Agenda de Propostas 2022, entregue aos candidatos

O ABDIB Fórum Presidenciáveis 2022 foi um evento presencial e atraiu mais de 300 participantes.

ou a seus representantes. A abertura foi feita pelo presidente do Conselho de Administração da ABDIB, **André Clark**, e pelo presidente-executivo **Venilton Tadini** — e a mediação dos debates foi feita pela jornalista **Denise Campos de Toledo**.

O ABDIB Fórum contou com a presença do ex-governador **Geraldo Alckmin** (PT), candidato a vice-presidente na coligação liderada por **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT). A chapa se saiu vitoriosa no segundo turno das eleições, no dia 30 de outubro. Além de **Ciro Gomes** e de **Felipe d'Avila**, o ex-governador **Germano Rigotto**, representante da candidata **Simone Tebet** (MDB) também participou das discussões. A chapa do candidato **Jair Bolsonaro** (PL) não foi compareceu ao evento — mas seu vice, general **Braga Neto**, participaria, na sede da ABDIB, da reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo realizada no dia 19 de setembro.

Confira a seguir os principais pontos das apresentações feitas durante o evento.



Felipe D'Avila
(Novo)

A revisão da Lei de Licitações foi um dos pontos destacados por d'Avila em sua apresentação. O candidato defendeu a adoção de medidas de estímulo à participação dos estados e dos municípios nos processos de concessões públicas e a consequente redução do protagonismo do governo federal nessa modalidade. O principal problema no setor da infraestrutura hoje, segundo ele, é a falta de coordenação entre os setores público e privado e a sociedade civil.



Germano Rigotto
(MDB)

Coordenador da campanha de Simone Tebet, o ex-governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto defendeu a manutenção do teto de gastos. Ele, no entanto, deve ser alterado e permitir investimentos em infraestrutura. Rigotto também defendeu o encaminhamento das reformas administrativa e tributária nos primeiros meses de governo. É preciso, segundo ele, enfrentar o Custo Brasil que tem suas origens na baixa qualidade da logística e da infraestrutura.



Ciro Gomes
(PDT)

O candidato afirmou que reservas cambiais correspondentes a uma vez e meia seriam suficientes para atender às necessidades do país — e que o valor atual representa mais de três vezes o valor das compras internacionais do país. Ciro criticou o baixo volume de investimentos públicos no país nos últimos anos, defendeu a presença do Estado

na infraestrutura e ressaltou a importância das parcerias estratégicas do governo com o setor privado.



Geraldo Alckmin
(PT)

O candidato a vice-presidente na chapa de **Luiz Inácio Lula da Silva (PT)** defendeu a necessidade do investimento público em conjunto com a iniciativa privada para avançar com a agenda de infraestrutura e logística no país. Alckmin criticou a falta de planejamento no país, que faz “investimentozinho picotado”. Para o custo de capital alto e a desproporcionalidade dos juros no Brasil em relação aos demais países, ele ressaltou a importância da reforma tributária nesse processo e também para o desenvolvimento da ciência, da inovação e da tecnologia. “A indústria agrega valor, paga salário mais alto. É evidente que ela é central”, declarou. O candidato finalizou afirmando que não há uma “bala de prata” para fazer o processo de reindustrialização do país, mas que é preciso um conjunto de políticas públicas e investimentos em vários setores para que funcione.



Braga Neto
(PL)

O candidato a vice-presidente da República na chapa encabeçada pelo presidente **Jair Bolsonaro (PL)**, participou da reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo no dia 19 de setembro. Braga Neto disse na ocasião que os resultados fiscais positivos devem ser destinados aos investimentos e não ao custeio da máquina. Para isso, será necessária uma forte atuação junto ao Congresso e a aceleração da agenda de reformas — sobretudo a fiscal e a administrativa.



ABDIB EXPERIENCE

O debate da infraestrutura

As principais necessidades e potencialidades da infraestrutura foram discutidas no maior evento sobre infraestrutura realizado no Brasil em 2022

Realizado nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, aberto pelo presidente do Conselho de Administração André Clark e apresentado pelo presidente-executivo Venilton Tadini, o ABDIB Experience 2022 reuniu autoridades, especialistas e empresários no maior e mais significativo evento virtual sobre infraestrutura realizado no país. Divido em duas manhãs de apresentações, o encontro foi marcado pelo lançamento do Livro Azul da Infraestrutura que, em sua terceira edição, firma-se a mais completa base de dados de projetos de concessões e de PPPs em andamento no país.

Ao lado da Plataforma de Projetos (plataformadeprojetos.abdib.org.br), o livro vem se consolidando como uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisões para o setor de infraestrutura. Além dos projetos de responsabilidade do governo federal — que foram, sem dúvida, os que mais avançaram nos últimos anos — a diretoria de Planejamento e Economia da ABDIB, que responsável pela produção do Livro Azul, também faz um levantamento detalhado dos projetos levados adiante pelos governos estaduais, pelo Distrito Federal, e pelas 26 capitais estaduais. (A integra do primeiro dia de evento está disponível em youtube.com/watch?v=l-3fZ-Z4X3AU)



Livro Azul

Os dados foram obtidos por informações primárias repassadas diretamente pelos ministérios, secretarias e órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pelos projetos. Foi identificado um total de 432 projetos e iniciativas que, juntos, representam investimentos superiores a R\$ 540 bilhões nos próximos três anos. Desses projetos, 85 são de responsabilidade do governo federal. Os outros 347 são iniciativas a cargo dos governos estaduais, do Distrito Federal e das capitais dos estados. Um ponto a ser destacado é que todas as 27 unidades da federação, sem exceção, contam com programas de desestatização, concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP) em andamento.

Projetos e Iniciativas - Livro Azul da Infraestrutura

Local	Qtd. Projetos	Valores (R\$ bilhões)
Federal	85	323,6
Estados + Municípios	347	219,9
Centro-Oeste	55	20,9
Nordeste	114	32,6
Norte	40	33,4
Sudeste	91	112,6
Sul	47	20,4
Total	432	543,5

Fonte: ABDIB

Setor	Qtd. Projetos	Valores (R\$ bilhões)
Aeroportos	20	14,7
Ferrovias	16	1267
E. Elétrica	30	7,7
Comunicação	6	0,6
Infra Administrativa	35	2,3
Infra Social	150	14,3
Mobilidade Urbana	32	35,6
Portos	41	20,3
Rodovias	66	258,4
Saneamento	20	60,6
Outros	16	2,3
Total	432	543,5

O estoque atual de infraestrutura no Brasil corresponde a 34% do PIB. O percentual é baixíssimo. Na China, ele alcança 76% em relação ao PIB e, na Índia, 58%. O atual padrão brasileiro de investimentos tem sido insuficiente até mesmo para cobrir a depreciação da infraestrutura existente

A situação é preocupante. Algumas iniciativas, no entanto, vêm sendo adotadas na tentativa de modificar o cenário. A partir de 2016, com o lançamento do PPI, houve avanço no planejamento, maior racionalidade na definição de prioridades e uma melhor articulação entre o poder concedente, os órgãos de controle e as concessionárias privadas de serviços de infraestrutura, além da melhora na capacidade estruturação de projetos.



34% do PIB

Estoque atual de infraestrutura no Brasil



+R\$ 922 bilhões

Expectativa de investimentos nos próximos anos

Com isso, o programa de concessão federal ganhou volume, velocidade e qualidade. Entre 2019 até outubro de 2022, foram efetuados 172 leilões de infraestrutura, com geração de R\$ 179 bilhões em outorgas ou bônus e uma expectativa de mais de R\$ 922 bilhões de investimentos nos próximos anos, incluindo o setor

de óleo e gás. Os 41 certames realizados em 2022, um número baixo na comparação com os anos anteriores, originaram R\$ 31,4 bilhões em outorgas ou bônus, com potencial de geração de investimentos da ordem de R\$ 86 bilhões nos próximos anos.

Mesmo com todo esse dinamismo e com o grande interesse que os projetos oferecidos têm despertado nos investidores, fica cada vez mais claro que o capital privado, sozinho, não terá força suficiente para cobrir todas as necessidades do país. Ano após ano, observa-se uma lacuna considerável entre os investimentos efetivamente realizados e os valores necessários para suprir as necessidades de setores importantes — em especial, Logística, Transportes e Saneamento.

Barômetro

Os dados do Livro Azul foram apresentados no ABDIB Experience pelo diretor de Planejamento e Economia Roberto Guimarães. O evento também marcou a apresentação da oitava edição do Barômetro da Infraestrutura — um levantamento feito em parceria com a empresa de consultoria EY sobre as expectativas da área de infraestrutura em relação à economia.

Apresentado pelo sócio da EY Gustavo Gusmão, o Barômetro foi o primeiro levantamento de clima empresarial realizado no país. Mais do que medir o ânimo do setor para os seis meses seguintes, o levantamento estimou as perspectivas em relação aos primeiros cem dias do governo eleito em 2022.

No que diz respeito ao crescimento do país nos primeiros meses de 2023, foi registrado, um aumento expressivo daqueles que declararam uma perspectiva otimista (são 28,5%, ante 18,7% no levantamento anterior) e uma redu-

O Barômetro foi o primeiro levantamento de clima empresarial realizado no país, feito em parceria com a empresa de consultoria EY sobre as expectativas da área de infraestrutura em relação à economia.



ção dos que acreditam em um cenário de estabilidade (43,3%, ante os anteriores 47,7%). Isso pode ser um indicativo de perspectiva positiva para o início deste ano.

Segurança Jurídica

O primeiro painel tratou do tema Segurança Jurídica na Infraestrutura e falou do equilíbrio econômico-financeiro e dos aspectos legais e regulatórios em torno dos contratos. Na abertura dos debates, Tadini alertou para os desafios quanto à segurança jurídica no que se refere ao respeito aos contratos e aos Marcos Regulatórios, sempre sujeitos à influência de decisões da Justiça. O painel contou com a mediação de Luiz Cláudio Campos, sócio da empresa de consultoria EY e com quatro especialistas em infraestrutura: o deputado federal Arnaldo Jardim, o coordenador-geral do Controle Externo de Infraestrutura (COINFRA), do TCU, Manoel Moreira de Souza Neto, o sócio-fundador da Aroeira Salles Advogados, Alexandre Aroeira Salles, e o sócio-diretor na Una Partner, Daniel Keller.

Financiamento, Riscos e Garantias

As discussões em torno dos modelos de Financiamento, Riscos e Garantias dos contratos de infraestrutura deu sequência à programação do primeiro dia de trabalhos. Na apresentação do painel, Tadini observou os avanços verificados nos últimos anos, com projetos bem estruturados e uma melhor articulação entre os concessionários e os órgãos de regulação e de controle.

O painel foi mediado pelo CEO e co-founder da BMG Seguros, Jorge Sant'Anna, que colocou como pergunta de abertura a visão dos convidados sobre as fontes de recursos de financiamento para os desafios de projetos que vem pela frente. A mesa foi composta por Carlos Pinto, Country Manager Brazil do IFC, Claudia Prates, diretora do New Development Bank (NDB), Arian Bechara Ferreira, superintendente da área de Saneamento, Transporte e Logística do BNDES e Silvana Bianco del Barrio, oficial de gestão de investimento do BID Invest.

Transição Energética — Energia, Logística e Saneamento

O segundo dia do evento, na manhã de 1º de dezembro foi aberto com um painel sobre o tema da Transição Energética: Rumo à Economia Verde, Caminhos Para o Brasil (Confira o link youtube.com/watch?v=Hifd3yUGPB8, com a íntegra do segundo dia de trabalhos). Na abertura, Tadini observou que a transição energética favorece o Brasil pela potencialidade na produção de petróleo e gás e, também, pela capacidade de produção de energia elétrica com fontes renováveis como eólica, solar e biomassa.

A advogada Maria João Rolim, sócia institucional da Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Advogados, que mediou o painel, chamou atenção para a sintonia entre a abordagem proposta pela ABDIB e o eixo central das discussões na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2022, a COP 27, realizada em novembro de 2022, no Egito. A advogada participou da COP-27. Além dela, o painel contou com a participação de Adriano Pires, sócio Fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Luiz Otavio Henriques, diretor vice-presidente da EDP e José Roberto de Paiva, presidente da Hitachi Energy no Brasil.

A transição energética favorece o Brasil pela potencialidade na produção de petróleo e gás e, também, pela capacidade de produção de energia elétrica com fontes renováveis como eólica, solar e biomassa.

Transporte, Logística e Mobilidade

As discussões sobre Transporte, Logística e Mobilidade Urbana tiveram lugar no painel seguinte. Como eixo da apresentação, foi apontada a elevada concentração do modal rodoviário na matriz brasileira de transportes — o que não significa, porém, que ele seja suficiente para atender às necessidades do país. Apenas 12,3% de uma malha de pouco mais de 1,5 milhão de quilômetros de extensão são pavimentados e a qualidade geral das rodovias não é satisfatória.

O painel foi mediado por Cristiano Della Giustina, diretor substituto da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), e teve como convidados Karisa Ribeiro, Transport Lead Specialist do BID Invest, Julio Fontana Neto, membro do Conselho e consultor da Rumo, Jaime Juraszek, diretor institucional da Acciona no Brasil, Marcelo Allain, sócio-diretor da BR Infra Group e Antônio Carlos Duarte Sepúlveda, CEO da Santos Brasil.



Saneamento e Resíduos Sólidos

O painel final, que tratou do tema Saneamento Básico e Resíduos Sólidos, foi moderado por Gesner Oliveira, da G.O Consultoria. Contou com a participação de Veronica Sánchez da Cruz Rios, diretora-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), de Pedro Maranhão, Secretário Nacional de Saneamento; de Rogério de Paula Tavares, vice-presidente de Relações Institucionais da AEGEA Saneamento e Participações, de Celso Pedrosa, CEO da Solvi Participações e de Daniela Mattos Sandoval Coli, vice-presidente de Assuntos Corporativos e Regulação da BRK Ambiental S/A.

O novo Marco Legal do Saneamento, conforme disse Tadini na abertura, modernizou o ambiente regulatório, com objetivo de adicionar segurança jurídica e previsibilidade à atração



99%

População com acesso a abastecimento de água

Meta até 2023



90%

População com acesso a coleta e tratamento de esgoto

Meta até 2023

de investimentos privados. A meta é garantir que até 2033, 99% da população tenham acesso a abastecimento de água e 90%, à coleta e tratamento de esgoto.

EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Cursos para a capacitação profissional

Conheça o programa Educorp da ABDIB e veja os cursos mais adequados para o complemento da formação dos profissionais que trabalham com a infraestrutura

O programa de Educação Corporativa da ABDIB foi criado em 2004 com o objetivo de atender à demanda das empresas associadas — que apontaram a necessidade de complementação e reforço da capacitação dos profissionais que atuam na área de infraestrutura. Nesses 19 anos, milhares de executivos participaram das turmas e das aulas que a partir de 2020 — em razão da pandemia da Covid-19 — passaram a ser mi-

nistradas apenas pelas plataformas digitais da entidade. Isso permitiu uma maior agilidade no atendimento dos alunos.

Em 2022 foram oferecidos sete cursos, que reuniram um total de 146 alunos. Para 2023, estão agendados onze cursos, que contam com a coordenação de profissionais que são referência em sua área de atuação. São eles:



Regulação Econômica em Infraestrutura | Nível I

→ Início: 27 de fevereiro e 21 de agosto

Coordenado por **Daniel Keller de Almeida** (mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e graduado pela Universidade de São Paulo, é especialista em regulação econômico-financeira e equilíbrio econômico-financeiro de concessões. O curso busca proporcionar aos alunos um referencial teórico e prático sobre o tema no Brasil — abordando aspectos regulatórios, microeconômicos, financeiros e relativos ao equilíbrio econômico e financeiro dos contratos. O objetivo é preparar os alunos para novas abordagens quanto ao processo de formulação e compreensão do arcabouço regulatório envolvido nos diversos setores da infraestrutura.



Project Finance

→ Início: 20 de março e 11 de setembro

O objetivo do Curso de Project Finance é preparar o aluno para atuar nos diversos processos envolvidos no financiamento de projetos de infraestrutura. Envolve empresas, financiadores, seguradoras e demais colaboradoras. Esta será a 23ª turma do programa, que é coordenado por **Fernando Fleury**, doutor em Administração pela Universidade de São Paulo e pós graduado em Matemática e Direito pela mesma instituição. O curso propõe lançar um olhar integrado sobre os empreendimentos nas várias etapas que se iniciam com o planejamento, passam pela licitação, pelo planejamento, pela licitação, pelo financiamento pela construção e pela gestão, compreendendo as mudanças envolvidas na passagem de uma para outra.



Concessões e PPPs em Saneamento | Critérios Econômicos, Financeiros, Regulatórios e Jurídicos

→ Início: 10 de abril e 28 de agosto

O curso apresentará os principais aspectos sobre concessões e PPP em saneamento e visa colaborar para a formação de educação profissional aos analistas e executivos das construtoras, financiadoras, seguradoras, dos bancos e consultorias em geral, bem como dos gestores públicos e público em geral. O curso é coordenado pelo economista **Gesner Oliveira**, graduado pela Universidade de São Paulo. É mestre pela Universidade de Campinas e PhD pela Universidade da Califórnia. Foi presidente da Sabesp e do Cade. É sócio da GO Associados e professor da FGV-São Paulo, onde coordena do Centro de Estudos de Infraestrutura e Soluções Ambientais.



Modelagem Jurídica de Investimentos em Projetos de Infraestrutura

→ Início: 15 de maio

Ex-Secretária Executiva da Subsecretaria de Parcerias do Estado de São Paulo, **Gabriela Engler Pinto** é a coordenadora do curso de Modelagem de Investimentos em Projetos de Infraestrutura. Advogada formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é mestre pela Escola de Direito da Universidade de Columbia, em Nova York. O curso apresenta uma visão abrangente sobre a modelagem de investimentos em projetos de infraestrutura, sob uma perspectiva multidisciplinar que combina aspectos de planejamento, econômico-financeiros e jurídicos. O curso inova ao proporcionar, com base em casos reais, enquadramento didático das alternativas para modelagem de investimentos e ao desvendar os bastidores da tomada de decisão dos agentes públicos no processo de estruturação de projetos.





Seguros e Garantias para Infraestrutura

→ Início: 07 de junho e 16 de outubro

O desenvolvimento do segmento de infraestrutura no Brasil demanda soluções diferenciadas e inovadoras do mercado segurador. As recentes mudanças no ambiente regulatório, em especial as introduzidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021), exigirá dos envolvidos no processo de contratação pública conhecimento aprofundado dos mecanismos de identificação e alocação de riscos. O programa é coordenado por **André Dabus**, Diretor de Infraestrutura e Concessões da Marsh Corretora de Seguros. Advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dabus é especialista em seguros e garantias para o segmento de Infraestrutura.



Estrutura e Atualidades do Setor Elétrico | Oportunidades e Desafios

→ Início: 4 de setembro

O programa é coordenado pela advogada e economista **Maria João Rolim**, PhD em Direito de Energia pela universidade escocesa de Dundee. O curso aborda a dinâmica do setor elétrico, incluindo as constates legislações regulatórias e legislativas que envolvem o setor. A intenção é acompanhar o dinamismo do setor, um desafio tanto para os profissionais que já atuam no setor quanto para aqueles que pretendem atuar. O conteúdo também interessa a profissionais de áreas correlatas com interesse no setor elétrico.



Regulação Econômica em Infraestrutura | Nível II

→ Início: 18 de setembro

Também coordenado por **Daniel Keller de Almeida**, o Nível II do Curso de Regulação Econômica em Infraestrutura busca reforçar e expandir o domínio do referencial teórico dos alunos sobre a matéria e a aprofundar o conhecimento sobre os principais temas regulatórios e sua prática nos diferentes setores da infraestrutura. O foco é a infraestrutura de transportes (rodovias, portos e ferrovias) e o saneamento básico. O curso se propõe a apresentar uma abordagem tanto prática quanto técnica dos conceitos e das perspectivas trabalhados.





COMUNICAÇÃO

As teses e os números da infraestrutura

Os pontos de vista defendidos pela ABDIB tiveram destaque nos principais veículos de comunicação do país e sustentaram o debate sobre a infraestrutura

Ao longo de 2022, a opinião e os dados gerados pela ABDIB estiveram presentes nos principais veículos de comunicação do país, com destaque para os conteúdos relacionados com a cobertura do ABDIB Fórum 2022 – Encontro com Presidenciáveis, realizado no dia 29 de agosto, em São Paulo. Houve, também, referências frequentes ao Livro Azul da Infraestrutura, a mais abrangente e confiável base de dados sobre Infraestrutura existente no país.

O ponto de vista da entidade sobre a necessidade de ampliação dos investimentos em infraestrutura e as condições necessárias para a retomada do crescimento, além de dar sustentação a reportagens produzidas por publicações técnicas e pelos órgãos de imprensa, embasaram os artigos assinados pelo presidente-executivo Venilton Tadini e pelo diretor de Planejamento e Economia Roberto Guimarães. Os links abaixo remetem a algumas das principais publicações feitas ao longo do ano.

 **16/03/2022**

Uma conta trágica: a Indústria Brasileira deixou de produzir R\$ 2,9 trilhões entre 2015 e 2021

Um levantamento inédito da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base) sobre o desempenho da economia nos últimos sete anos chegou a dados alarmantes. A indústria brasileira deixou de produzir o equivalente a R\$ 2,9 trilhões entre 2015 e 2021, na comparação com o que produziu entre 1995 e 2014. No mesmo período, com base em números do PIB, deixou de ser investido um total de R\$ 2,1 trilhões.

blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/uma-conta-tragica-industria-brasileira-deixou-de-produzir-r-29-trilhoes-entre-2015-e-2021.html

 **03/2022**

Muito a fazer (Revista Conjuntura Econômica)

A reportagem de capa da edição de março Conjuntura Econômica, da FGV, uma das mais respeitadas publicações especializadas em economia do país, traz uma avaliação detalhada da situação da infraestrutura brasileira. Boa parte das informações e dos levantamentos em que se baseia a argumentação foi passada pela ABDIB. Assinado pela jornalista Solange Monteiro, o texto aponta para a expansão dos investimentos no setor — que deverão girar acima da casa de R\$ 200 bilhões ao ano daqui por diante. Na última década, de acordo com um levantamento da ABDIB, a média anual de investimentos no setor foi de R\$ 150 bilhões.

abdib.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Revista-Conjuntura-Econ%C3%B4mica_-_Mar%C3%A7o-2022.pdf

 **13/05/2022**

Artigo: Subsídios com prazos definidos

O jornal Correio Braziliense publicou artigo assinado pelo presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, e pelo diretor de Planejamento e Economia, Roberto Guimarães com proposta para a redução gradativa dos benefícios fiscais concedidos a vários setores industriais — e a utilização de parte dos recursos para investimentos em infraestrutura e para a cobertura da participação do governo nos projetos de PPP. O texto defende que os subsídios sejam concedidos por prazos definidos.

correio braziliense.com.br/opiniao/2022/05/5007480-analise-subsidios-nao-podem-ser-eternos.html

 **14/06/2022**

Artigo: Surge uma nova esperança

O jornal Valor Econômico publicou na terça-feira da semana passada, dia 14 de junho, um artigo assinado pelo presidente-executivo Venilton Tadini e pelo diretor de planejamento e economia Roberto Guimarães. O texto, destacado em chamada na primeira página do jornal, apresentou a proposta da ABDIB para elevação dos investimentos em infraestrutura.

valor.globo.com/opiniao/coluna/surge-uma-nova-esperanca-1.ghtml



06/07/2022

A candidatos ABDIB defende maior investimento público

O jornal Valor Econômico publicou em primeira mão detalhes da agenda de propostas desenvolvida pela ABDIB destinada aos candidatos da presidência da república. A entidade defende a um piso para os investimentos públicos em infraestrutura, uma política de reindustrialização do país e reformas estruturais capazes de abrir espaço fiscal no Orçamento.

valor.globo.com/brasil/noticia/2022/07/06/a-candidatos-ABDIB-defende-maior-investimento-publico.ghtml



25/07/2022

Artigo: Desindustrialização e Reindustrialização

Muito tem se falado e escrito a respeito do processo de desindustrialização ocorrido no Brasil nas últimas décadas. De fato, mesmo o Plano Real, excelente para debelar o processo inflacionário, não veio acompanhado de uma estratégia de desenvolvimento econômico e de políticas públicas voltadas para a indústria. O mesmo aconteceu com outros planos de estabilização de preços.

valor.globo.com/opiniao/coluna/desindustrializacao-e-reindustrializacao.ghtml



22/07/2022

Artigo: Infraestrutura e BNDES

As concessões de serviços públicos de infraestrutura foram o instrumento de política econômica que mais avançou no Brasil nos últimos anos. Os processos de licitação estão mais maduros, com projetos mais bem estruturados e maior articulação entre órgãos de regulação e controle. Eles deixaram de carregar o ranço ideológico do passado e, num ambiente de escassez de recursos públicos, passaram a contribuir para a solução dos graves problemas da infraestrutura do país.

correiobrasiliense.com.br/opiniao/2022/07/5023849-artigo-infraestrutura-e-bndes.html



04/08/2022

Artigo: Gasto público tem de ser revisto

Assinado pelo presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, e pelo diretor de Economia e Planejamento, Roberto Guimarães, o artigo publicado pelo jornal O Globo analisa a qualidade do gasto público no Brasil e aponta a impossibilidade de se promover o crescimento da economia sem o aumento dos investimentos públicos em infraestrutura.

oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2022/08/gasto-publico-tem-de-ser-revisto.ghtml


09/08/2022

'O Brasil está desde a década de 70 sem um Plano de Desenvolvimento', diz presidente da ABDIB

Em entrevista à repórter Cleide Silva, do jornal O Estado de São Paulo, o presidente-executivo da ABDIB, defende maior presença dos investimentos públicos na infraestrutura. A expansão do setor, conforme os dados mais recentes, tem sido financiada apenas com recursos privados. "Há muito a ser feito, mas o setor precisa de um programa que transcenda a participação da iniciativa privada, com maior presença do poder público", diz.

estadao.com.br/economia/venilton-tadini-abidib-entrevista/?utm_source=estadao:app&utm_medium=noticia:compartilhamento


31/08/2022

Artigo: Agenda para a infraestrutura

Em artigo assinado por Venilton Tadini, presidente executivo da ABDIB e Roberto Guimarães, diretor de economia da ABDIB e publicado pelo jornal Valor Econômico, afirmam que não é crível um ajuste fiscal que perpetue despesas correntes e renúncia fiscal enquanto penaliza os investimentos. É preciso definir uma estratégia disruptiva de desenvolvimento para romper com o marasmo de crescimento.

valor.globo.com/opiniao/coluna/agenda-para-a-infraestrutura.ghtml


02/09/2022

Propostas para infraestrutura

Candidatos e representantes das principais candidaturas à Presidência da República apresentaram suas ideias para a infraestrutura no país. Evento da ABDIB ouviu Geraldo Alckmin (PSB), candidato a vice-presidente de Luiz Inácio Lula da Silva (PT); Ciro Gomes (PDT); Germano Rigotto (representando Simone Tebet, do MDB); e Felipe D'Ávila (Novo). A chapa de Jair Bolsonaro (PL) foi convidada, mas não enviou representante.

valor.globo.com/empresas/noticia/2022/08/30/candidaturas-apresentam-propostas-para-infraestrutura.ghtml


13/09/2022

Investimento se recupera com dinheiro privado, mas segue abaixo do patamar de 2013

Apesar do crescimento da taxa de investimentos no segundo trimestre de 2022, o setor produtivo ainda vê restrições para que o país se recupere do colapso verificado a partir de 2013.

"Não adianta querer jogar tudo para o setor privado, porque o setor privado não tem apetite, em função de rentabilidade e risco, para todas as necessidades. O mercado de capitais privado sozinho não é suficiente. Vai precisar do BNDES", afirma Roberto Figueiredo Guimarães, diretor de planejamento e economia da ABDIB.

folha.uol.com.br/mercado/2022/09/investimento-se-recupera-com-dinheiro-privado-mas-segue-abaixo-do-patamar-de-2013.shtml

**03/11/2022**

Infraestrutura diz que 'ranço' sobre investimento privado ficou para trás

A agenda setorial de infraestrutura deve seguir inalterada no governo Luiz Inácio Lula da Silva, na expectativa de associações da área. Mais do que leilões de concessões, porém, é importante que os marcos regulatórios avancem para promover a atração de investimentos. “Não vemos problemas de continuidade de agenda, o ranço em relação à participação privada na infraestrutura foi resolvido. O próprio governo do PT já havia começado a tocar as concessões no setor”, disse a O Estado de S. Paulo o presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini.

estadao.com.br/economia/coluna-do-broad/infraestrutura-diz-que-ranço-sobre-investimento-privado-ficou-para-tras

**08/11/2022**

Artigo: Infraestrutura precisa de financiamento

Por mais que divirjam em relação a certos temas, há consenso entre os economistas quanto à importância dos investimentos em infraestrutura. Públicos ou privados, eles deverão ser a mola propulsora do desenvolvimento do país, num mundo marcado por mudanças econômicas acarretadas pela pandemia e pelos efeitos da guerra na Ucrânia. Um mundo com pressões inflacionárias e elevação das taxas de juros, impactado pela desglobalização das cadeias produtivas de valor e pela transição energética rumo ao carbono zero.

oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2022/11/infraestrutura-precisa-de-financiamento.ghtml

**19/11/2022**

A radiografia dos 432 projetos de infraestrutura em andamento no Brasil

O jornal Valor Econômico, em reportagem de Taís Hirata, destacou os principais detalhes da edição de 2022 do Livro Azul da Infraestrutura — o mais amplo e detalhado levantamento sobre o setor realizado no Brasil. Elaborado pela Diretoria de Planejamento e Economia da ABDIB, sob coordenação do diretor Roberto Guimarães e do economista Frederico Barreto, o livro mostra o ponto em que se encontra cada um dos 432 projetos ou iniciativas levantadas a partir da consulta direta aos órgãos responsáveis pelas concessões. Somados, eles representam investimentos da ordem de R\$ 540 bilhões.

valor.globo.com/empresas/noticia/2022/11/19/novas-concessoes-devem-gerar-r-173-bi-ate-2027.ghtml?utm_campaign=Boletim+Inter-no&utm_content=Novas+concess%C3%B5es+devem+gerar+R%24+173+bi+at%C3%A9+2027+%7C+Empresas+%7C+Valor+Econ%C3%B4mico+%281%29&utm_medium=email&utm_source=Email-Marketing&utm_term=Boletim+Inter-no+408%E2%80%93+21%2F10%2F2022

 04/12/2022

Mais investimento

O jornal Folha de S. Paulo publicou em editorial uma série de dados levantados pela ABDIB na edição de 2022 do Livro Azul da Infraestrutura. O texto aponta o crescimento dos investimentos privados e mostra a queda expressiva dos investimentos públicos sem infraestrutura. Em 2022, o volume estimado de aportes privados atingiu R\$ 131 bilhões, o maior da série histórica iniciada em 2003, em valores corrigidos pela inflação. Já os desembolsos do setor público permanecem deprimidos, somando apenas R\$ 31,9 bilhões, segundo menor montante desde 2006, considerando todos os níveis de governo.

folha.uol.com.br/opiniao/2022/12/mais-investimento.shtml

 30/11/2022

ABDIB: Investimentos estimados em 179 projetos nos próximos 5 anos somam R\$ 173 bi

A ABDIB lançou nesta quarta-feira a terceira edição 2022 do Livro Azul da Infraestrutura, que reúne informações de projetos em várias áreas (excluindo petróleo e gás). Para os próximos cinco anos, são estimados R\$ 173 bilhões de investimentos em 179 projetos. O Livro Azul reúne detalhes de 432 projetos que estão em vários status, desde o início até o edital, em diferentes esferas. Os investimentos totais previstos são de R\$ 543 bilhões.

broadcast.com.br/cadernos/financeiro/?id=NDByNG1KVGxqMDIsQnJWdWJXb1c3UT09

 11/12/2022

Investimento é pouco até para manter infraestrutura

O Brasil deveria aplicar R\$ 423 bilhões por ano para atender as necessidades da infraestrutura do país, como rodovias, ferrovias e aeroportos. É o equivalente a 4,3% do PIB (Produto Interno Bruto). Esse montante é necessário para tornar a nação uma economia desenvolvida no longo prazo e evitar a “depreciação dos ativos”, como dizem os especialistas para se referir aos custos de manutenção.

poder360.com.br/poderespecial/brasilia-frente/investimento-e-pouco-ate-para-manter-infraestrutura



Companhias Associadas

Accenture do Brasil LTDA	BR Infra Group
Acciona Infraestructuras S.A.	BRG Capital
Aegea Saneamento e Participações S.A.	BRK Ambiental
Alstom Brasil Energia e Transporte LTDA	Brookfield Brasil LTDA
Alupar Investimento S.A.	Caixa Econômica Federal
Andrade Gutierrez S.A.	Camargo Correa Infra S.A.
Andritz Hydro LTDA	Campos Mello Advogados
AON Holding Corretores de Seguros LTDA	Cascione, Pulino, Boulos Sociedade Advogados
Arap, Nishi & Uyeda Advogados	CCR S.A
Arcadis Logos S.A.	Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais
Aroeira Salles Advogados	Cescon.Barrieu,Flesch & Barreto Sociedade Adv
Arteris S.A.	Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.
Alya Construtora S.A	CPFL Energia S.A
Azevedo Sette Advogados Associados	CPP – Companhia Paulista de Parcerias
Barbosa Mello Participações e Investimentos S.A.	Crasa Infraestrutura S.A.
Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez Advogados	CSO Ambiental de Salto Spe S.A
BDO RCS Auditores Associados LTDA	Delta Comercializador de Energia LTDA
BF Capital Ass. em Operações Financeiras LTDA	Demarest Advogados
BMG Seguros S.A	ECB – Empresa Construtora Brasil S.A
BNDES	Ecorodovias Infraestrutura e Logistica S.A.

Companhias Associadas

EDP Energias do Brasil S.A	Intertechne Consultores Associados S.C. S.A.
Effectus Soluções de Negócios	IPGC – Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades
Egis Engenharia e Consultoria LTDA	ISA CTEEP – Cia Transm. de Energia Elétrica Paulista
Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Itazi Engenharia LTDA
Enel Distribuição São Paulo	KPMG Corporate Finance LTDA
Eneva S.A	Leite, Tosto e Barros Advogados Associados
Engetec Construções e Montagens S.A..	Machado, Meyer, Sandacz e Opice Advogados
Engie Brasil Participações LTDA	Macquarie Brasil Participações LTDA
Ey – Ernst&Young Ass. Empresarial LTDA	Madrona Advogados
Fabiane Tessari Sociedade Individual de Advocacia	Manesco, Ramires, Peres, Sociedade e Advogados
Fator Seguradora	Marsh Corretora de Seguros LTDA
Felsberg e Pedretti Consultores Legais	Mattos Filho Advogados
Fidens Construções S.A	Monte Rodovias S.A.
Furnas Centrais Elétricas S.A.	Motta Fernandes Advogados
General Electric Energy do Brasil LTDA	Natturis Consultoria e Assessoria Ambiental
GLP Brasil Gestão de Recursos e Adm	Neoenergia S.A
GO Associados Consultoria Empresarial LTDA	Norte Energia S.A
Greca Distribuidora de Asfaltos LTDA	NUCLEP - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A
GS Inima Brasil LTDA	OEC – Odebrecht, Engenharia e Construção
Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A	Pinheiro Neto Advogados
Hitachi Energy Brasil LTDA	

Companhias Associadas

Primav Construções e Comércio S.A.	Tarobá Engenharia e Negócios LTDA.
Promon Engenharia LTDA	Tauil & Chequer Advogados
Repume Repuxação e Metalurgica LTDA	Terrafirma Consultoria Empresarial e de Projetos
Roadis Brasil Participações de Infraestrutura LTDA	Tozzini, Freire, Teixeirae Silva Advogados
Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Sociedade de Advogados	TSEA Energia
Rumo S.A	Ultrapar
SABESP – Cia. Saneamento Básico do Estado de SP	UNA Consultoria Econômica
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	Vale S.A.
Santos Basil Participações	Vallya Advisors Assessoria Financeira LTDA
Siemens Energy Brasil LTDA	Vieira Rezende Advogados
Siemens Infraestrutura e Indústria LTDA	Vinci Airports
SM Assessoria Empresarial e Gestão Hospitalar	VLI Multimodal
Socicam Infraestrutura e Participações LTDA	Voith Hydro LTDA
Solvi Participações S.A.	Wabtec Brasil Fabricação e Manutenção de Equipamentos LTDA
State Grid Brazil Holding S.A	WEBUILD S.P.A.
TAESA – Transm. Aliança de Energia Elétrica S.A.	WEG Equipamentos Elétricos S.A.



ABDIB

www.abdib.org.br